

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

DANIELA CAMBRUZZI ÁVILA

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO
INSTRUMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO EM UMA COOPERATIVA DE
ENERGIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TREVISÓ, SC.**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010

DANIELA CAMBRUZZI ÁVILA

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO
INSTRUMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO EM UMA COOPERATIVA DE
ENERGIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TREVISÓ, SC.**

Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em Administração de Empresas, no curso de Administração de Empresas, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Profº Dr. Abel Côrrea de Souza

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010.

DANIELA CAMBRUZZI ÁVILA

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO
INSTRUMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO EM UMA COOPERATIVA DE
ENERGIA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE TREVISÓ, SC.**

Monografia aprovada pela Banca Examinadora para
obtenção do Grau de Bacharel em Administração de
Empresas, no Curso de Administração de Empresas,
da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 06 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Abel Côrrea de Souza - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Leopoldo Pedro Guimarães Filho - Mestre - (UNESC)

Prof. Marcelo Miloli Bristot - Especialista - (UNESC)

DEDICATÓRIA

A meus queridos e amados pais, Solange e Olinto, que estiveram sempre ao meu lado, me incentivando durante toda minha vida, sendo que sem eles, não teria alcançado o sucesso neste trabalho, a minha irmã Daiana, e ao meu namorado Felipe, por todo carinho e apoio que recebi, durante a conclusão desta etapa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, por estar sempre ao meu lado, e ter concebido minha existência, em uma família maravilhosa e abençoada.

Agradeço de coração, a meus pais, Solange e Olinto, que lutaram sempre para me proporcionar uma vida digna e com muito amor. Devo a eles tudo que hoje sou, e aprendi que a educação é meu maior tesouro, esta herança vem sendo concedida a mim desde pequena, através de muito esforço de meus pais, que abriram mão de muitas coisas materiais, para fornecer a mim estudos de qualidade em escolas conceituadas, e finalmente este curso de graduação, na Unesc.

Agradeço ainda a minha irmã Daiana, que sempre esteve me apoiando nesta jornada, com muito amor, tendo sido sempre minha fortaleza. Agradeço também a meu namorado Felipe, por ter me apoiado e me incentivado em todos os momentos, mostrando-se sempre presente e disposto a ajudar no que fosse necessário.

Agradeço ainda ao meu querido orientador Abel, por clarear meus caminhos com sabedoria e conhecimento, durante todo este processo, o agradeço ainda, pela disponibilidade que sempre possuiu em me auxiliar, e por ter me ensinado muito, desde o início deste curso, e principalmente nesta etapa de orientação.

Sem estas pessoas, o alcance deste sonho não teria sido possível, a todos agradeço profundamente.

“O desenvolvimento da ciência não se efetua por acumulação dos conhecimentos, mas por transformação dos princípios que organizam o conhecimento. A ciência não se limita a crescer mas em transformar-se.”

Thomas Khum

RESUMO

AVILA, Daniela Cambruzzi. **A importância da implantação do fluxo de caixa como instrumento de controle financeiro em uma cooperativa de energia localizada no município de Treviso, SC.** 2010. 96 folhas. Monografia do Curso de Administração, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma.

A finalidade deste trabalho é a apresentação de uma proposta de fluxo de caixa, para a Cooperativa de Energia Treviso, sob a ótica de ser utilizado como instrumento de planejamento e controle financeiro. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com diversos autores das áreas da administração, para servir como base teórica para a realização da pesquisa. Através desta, constatou-se que o fluxo de caixa nas organizações é um instrumento de elevada importância, pois é por meio de sua visualização, que o administrador financeiro pode vislumbrar as situações em que a empresa se encontra, analisando item por item, as entradas e saídas ocorridas, diagnosticando se estão de acordo com a política financeira estabelecida. Desta forma, foi observada a deficiência financeira da cooperativa, em seus planejamentos e controles financeiros de forma eficiente, com embasamento real em um instrumento da área. Foi realizada para isto, uma coleta de dados documental, de caráter qualitativo, onde foram analisados todos os ingressos e desembolsos ocorridos no período de um ano. Posteriormente, os dados foram organizados, e foi escolhido um modelo de fluxo de caixa ideal, seguido pela apresentação da proposta de implantação, com a visão do planejamento financeiro, tendo como base, as projeções nos períodos mensais em que ocorreram saldos positivos ou negativos.

Palavras-chave: Fluxo de Caixa. Ingressos. Desembolsos. Planejamento Financeiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01: O planejamento nos três níveis da empresa.....	26
Figura 01: Exemplo de organograma da área de finanças.....	37
Figura 02: Principais ingressos e desembolsos do fluxo de caixa.....	43
Quadro 02: Fluxo de caixa mensal (método direto).....	45
Quadro 03: Controle do fluxo de caixa semanal.....	46
Quadro 04: Apresentação do modelo de fluxo de caixa.....	48
Quadro 05: Ingressos da Cooperativa de Energia Treviso – ano de 2009...	60
Quadro 06: Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009, com o Setor de Distribuição.....	61
Figura 03: Desembolsos do Setor de Distribuição, ano de 2009.....	62
Quadro 07: Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009, com o Setor de Administração.....	63
Figura 04: Desembolsos do Setor de Administração, ano de 2009.....	65
Quadro 08: Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009, com o Setor de Administração.....	66
Figura 05: Desembolsos do Setor de Comercialização, ano de 2009.....	67
Quadro 09: Desembolsos com Salários.....	68
Quadro 10: Desembolsos com Ordenados.....	68
Quadro 11: Desembolsos com INSS.....	69
Quadro 12: Desembolsos com FGTS.....	69
Quadro 13: Desembolsos com Férias.....	70
Quadro 14: Desembolsos com 13º Salário.....	70
Quadro 15: Desembolsos com Roupas Profissionais.....	71
Quadro 16: Desembolsos com Combustíveis.....	71
Quadro 17: Desembolsos com Seguros.....	72
Quadro 18: Desembolsos com Serviços de Terceiros.....	72
Quadro 19: Desembolsos com Tributos.....	73
Quadro 20: Desembolsos com Materiais.....	73
Quadro 21: Desembolsos com Vale Refeição.....	74
Quadro 22: Desembolsos com Indenizações Trabalhistas.....	74
Quadro 23: Desembolsos com Gastos Diversos.....	75

Quadro 24: Desembolsos com Compra de Energia Elétrica para Revenda..	75
Quadro 25: Desembolsos com Outras Despesas Pessoais	76
Quadro 26: Desembolsos com Publicidades.....	76
Quadro 27: Total de Ingressos no ano de 2009.....	77
Figura 06: Total de Ingressos, ano de 2009.....	77
Quadro 28: Total de Desembolsos no ano de 2009.....	78
Figura 07: Total de Ingressos, ano de 2009.....	79
Quadro 29: Proposta de Fluxo de Caixa para a Cooperativa de Energia Treviso. Ano base de 2009.	80
Figura 08: Disponibilidade Acumulada no ano de 2009.....	82

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA	12
1.2 PROBLEMA.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	12
1.3.1 Objetivo Geral	12
1.3.2 Objetivos Específicos	12
1.4 JUSTIFICATIVA.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 ADMINISTRAÇÃO	15
2.1.1 Origens da Administração.....	15
2.1.2 Evolução das Teorias de Pensamento Administrativo	19
2.1.3 Concepções Atuais da Administração	23
2.1.4 Processo Administrativo	25
2.2 PLANEJAMENTO	25
2.3 COOPERATIVISMO	27
2.3.1 Histórico do Cooperativismo	27
2.3.2 Os Princípios Cooperativistas	29
2.3.3 Cooperativismo no Brasil	30
2.3.4 Classificação das Cooperativas.....	31
2.3.5 Criação e Administração das Cooperativas.....	33
2.4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	35
2.4.1 Conceito de Administração Financeira	35
2.4.2 Classificação – Tesouraria e Controladoria.....	37
2.4.2.1 Tesouraria	38
2.4.2.2 Controladoria	39
2.4.3 Atribuições do Gestor Financeiro.....	40
2.4.4 Planejamento Financeiro	40
2.4.5 Instrumentos da Administração Financeira.....	41
2.4.5.1 Orçamento	42
2.4.5.2 Fluxo de Caixa	43
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
3.1 TIPOS DE PESQUISA	52

3.1.2 Pesquisa Documental	53
3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA	54
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	55
3.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	56
3.5 AMBIENTE DE PESQUISA	57
3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	58
4 EXPERIÊNCIA DE PESQUISA.....	60
5 CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXO	89

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as empresas precisam manter-se competitivas para estarem à frente do mercado. Para isto, é preciso manter o controle sobre seus recursos, inclusive entradas e saídas, e gerenciar o capital de giro para que seja suficiente para lidar com todas as situações cotidianas ou imprevistas, a fim de assegurar sua estabilidade financeira. A Cooperativa de Energia localizada no município de Treviso, SC, é carente neste quesito, pela falta de um instrumento financeiro considerado básico para gestão de recursos.

Esta monografia visa à demonstração da importância da implantação de fluxo de caixa na Cooperativa de Energia, e tem como foco, a área de finanças da Administração, com destaque para formulação de um modelo de fluxo de caixa.

A fim de obter os conhecimentos necessários para clarear os caminhos antes da execução da pesquisa, foi realizada a fundamentação teórica no capítulo 02, com os seguintes temas: Administração; Origens da Administração; Evolução das Teorias de Pensamento Administrativo; Concepções Atuais da Administração; Processo Administrativo; Planejamento; Cooperativismo; Histórico do Cooperativismo; Cooperativismo no Brasil; Classificação das Cooperativas; Criação e Administração das Cooperativas; Administração Financeira; Conceito de Administração Financeira; Classificação – Tesouraria e Controladoria; Tesouraria; Controladoria; Atribuições do Gestor Financeiro; Planejamento Financeiro; Instrumentos da Administração Financeira; Orçamento e Fluxo de Caixa.

O capítulo 03 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa, como por exemplo, a técnica de coleta de dados e a análise e interpretação dos dados.

O instrumento financeiro, fluxo de caixa, é muito importante, pois além de apresentar as movimentações que ocorrem nos períodos analisados, fornece a possibilidade de realização de projeções para os períodos seguintes, facilitando as simulações de empréstimos ou aplicações. Pelo fato da Cooperativa de Energia Treviso não possuí-lo, apresentando deficiência na gestão de seus recursos, principalmente com relação ao controle e planejamento, serão apresentadas no capítulo 04, as formas de procedimentos utilizados, para elaboração da proposta de implantação do modelo de fluxo de caixa, e abordado sua importância, para suprir

este problema.

1.1 TEMA

A importância da implantação do fluxo de caixa como instrumento de controle financeiro em uma cooperativa de energia localizada no município de Treviso, SC.

1.2 PROBLEMA

Em tempos atuais, é de total importância utilizar o fluxo de caixa como ferramenta na área financeira das empresas, instrumento este que possibilita o planejamento e projeções ideais para manter as organizações monetariamente saudáveis, além de garantir um melhor posicionamento no mercado. A Cooperativa de Energia Treviso não possui esta ferramenta, sendo que todos os dados e informações referentes à área financeira são computados em um sistema e, por meio deste, são emitidos relatórios sobre os assuntos relacionados. Considerando a importância da existência do fluxo de caixa nas empresas, pergunta-se: Qual a importância da implantação de um fluxo de caixa como instrumento de planejamento e controle financeiro na Cooperativa de Energia Treviso?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Propor a adoção de um modelo de fluxo de caixa que sirva como instrumento de planejamento e controle financeiro.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Organizar os dados e informações existentes na empresa relativos a ingressos e desembolsos;
- Analisar quais métodos a administração financeira que a Cooperativa

utiliza para analisar seus ingressos e desembolsos;

- Identificar o modelo de fluxo de caixa mais adequado às necessidades da Cooperativa;
- Evidenciar a importância da utilização do instrumento de fluxo de caixa nos processos decisórios da cooperativa;
- Propor a implantação do modelo ideal de fluxo de caixa na Cooperativa.

1.4 JUSTIFICATIVA

O cenário da atual conjuntura econômica exige que a administração financeira da empresa esteja adequada às exigências do mundo moderno, assim como preparada para eventuais mudanças nacionais e também globais. Estes cenários precisam ser previamente analisados e diagnosticados pelo gestor financeiro, através de suas projeções de curto, médio e longo prazo.

O mercado econômico oscila de uma forma ameaçadora, demonstrando por vezes instabilidade econômica, e em outras vezes, momentos de estabilidade de taxas e juros. Existem empresas que têm dificuldade na manutenção de seu equilíbrio financeiro, muitas vezes pela análise e formulação incorreta de políticas de pagamento de fornecedores e recebimentos de clientes, impossibilitando a criação de um capital de giro considerável. Desta forma, acabam optando involuntariamente pela captação de recursos por meio de empréstimos e outros, ao invés, da utilização correta de instrumentos adequados para gerenciar o controle financeiro da empresa e permitir um melhor planejamento, por não tê-lo implantado.

A área financeira deve estar atrelada a todos os demais setores da organização, para obtenção correta de dados e informações necessárias. Dentre os instrumentos possíveis nesta área, o fluxo de caixa é uma das melhores maneiras do gestor financeiro controlar os ingressos e desembolsos em todos os instantes da existência da empresa, possibilitando além do controle de suas finanças, um melhor planejamento orçamentário.

A Cooperativa de Energia Treviso é uma empresa que atende o município de Treviso e algumas outras localidades do município de Siderópolis, como por exemplo, a Vila São Jorge e Rio Jordão. A partir de reuniões com a gerência

administrativa, financeira e o contador da empresa, foi possível constatar que os dados referentes a ingressos e desembolsos são todos gerenciados em um sistema próprio da empresa, porém ao questionar sobre a ferramenta fluxo de caixa, foi constatado que a cooperativa não a utiliza como um instrumento para planejamento e controle financeiro, servindo-se apenas de relatórios.

No mês de março do presente ano, esta Cooperativa firmou contrato com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, sendo a partir de então regularizada por este órgão. Muitas mudanças estão sendo planejadas e efetuadas em todos os setores da empresa, inclusive no setor financeiro. Portanto, visualizando este cenário, oportuniza-se a necessidade de estudar as formas que mais se adequam à empresa para a implantação de um fluxo de caixa, sendo que a mesma possui em seu sistema esta ferramenta, mas ainda está desativada, pois não realizam até o presente momento esta função. Também se pretende indicar a importância deste procedimento administrativo financeiro.

O projeto é viável, por tratar-se de uma cooperativa, que precisa gerenciar os seus ingressos e desembolsos através do instrumento fluxo de caixa. Para a pesquisadora, apesar da mesma não possuir vínculo empregatício, o assunto reveste-se de importância, pois irá melhor unir o aprendizado teórico com a experiência prática. O presidente da Cooperativa, aliado aos gerentes administrativo e financeiro, permitiu livre acesso a dados e informações, para execução da pesquisa, visando obter uma proposta de implantação de fluxo de caixa, o que vem a ser de muita valia para enriquecimento de instrumentos de avaliação financeira na empresa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo será apresentado às fundamentações teóricas necessárias para uma melhor compreensão do assunto.

2.1 ADMINISTRAÇÃO

Serão esboçadas a seguir, as concepções e considerações sobre as origens da administração, suas evoluções ao longo da história mundial, e a concepção atual do ato de administrar.

2.1.1 Origens da Administração

Para Pedroso (2004), desde os primórdios dos tempos, com a convivência do ser humano em sociedade criou-se a necessidade da Administração, devido ao fato de “[...] ser a administração uma atividade relacionada com a cooperação humana [...]” (PEDROSO, 2004, p.05).

De acordo com Silva (2004), a origem da administração e seus conceitos, surgiram nas primeiras civilizações do mundo. Maximiano (2004) ao apresentar a mesma opinião que Silva (2004), enfatiza que as atuais técnicas e conceitos da administração são resultados do processo de evolução e aprimoramento no decorrer da história.

Silva (2004) indica que a cerca de 5.000 anos atrás, a civilização Suméria utilizava a “[...] escrita para registrar e explicar as transações realizadas pelos muitos sacerdotes, dos bens e propriedades da corporação religiosa.” (SILVA, 2004, p.87). Ao realizar, portanto, uma atividade administrativa desde os primórdios.

Conforme Maximiano (2004), a antiga civilização Suméria, que surgiu a cerca de 3.000 a.C, por estar situada na região da Mesopotâmia, onde atualmente em termos geográficos encontra-se o país do Iraque, oportunizou a água existente na região para a criação de sistemas de irrigação, cujos responsáveis pela manutenção de ordem nestes sistemas, eram os sacerdotes. Estes solicitavam a construção de templos para fins considerados administrativos, os funcionários do templo anotavam em placas, registros de “[...] recebimento, armazenagem e

desembolsos de produtos.” (MAXIMIANO, 2004, p.74). Os sacerdotes utilizavam o que sobrava da agricultura, para pagamento de seus funcionários e aquisição de produtos que não eram disponíveis na região para suprir as eventuais necessidades. Enfim, anotações que hoje são consideradas os primeiros registros de livros contábeis. A administração pública, ainda segundo este autor, foi criada pelos sumérios. (MAXIMIANO, 2004).

Pedroso (2004) menciona a afirmativa de vários estudiosos da administração, em que desde o período da Antiguidade, com a citação dos papiros egípcios, já existia uma noção administrativa para a construção das pirâmides, como por exemplo, no aspecto de lidar com os escravos, ou seja, a mão de obra na época. Diante a estas ideias, Silva (2004) afirma que a forma como os egípcios determinavam a construção das pirâmides, bem como a indicação da proveniência das pedras, o volume que seria utilizado nas construções e a maneira como seria realizado o transporte, que pode ser considerado, portanto, um processo logístico até o local estimado, como indícios da existência já na época, de uma maneira de administrar e planejar.

No período de 2.000 a 1.700 a.C, de acordo com o mesmo autor acima citado, a população que se desenvolveu a volta dos rios Tigre e Eufrates, conhecida como a Babilônia, é lembrada historicamente pelo chamado Código de Hamurabi, conjunto de leis que regia esta antiga civilização. Segundo Maximiano (2004) e Silva (2004), os babilônios foram também a primeira civilização a oferecer salário como meio de pagamento aos trabalhadores, tendo como exemplo, o que cita Maximiano (2004) ao dizer que o pagamento de salários as mulheres responsáveis pela fiação, era feito de acordo com seus desempenhos individuais, nas fábricas têxteis.

Conforme Maximiano (2004), os chineses são responsáveis por várias inovações na administração pública. Por volta de 2.350 a 2.256 a.C, foi desenvolvido pelo imperador Yao, o sistema de assessoria, para auxiliar nas atividades político administrativas, o qual ainda hoje, é usado em muitos sistemas governamentais no mundo. Silva (2004), ainda menciona o fato dos chineses se preocuparem com a especialização dos indivíduos nas atividades desenvolvidas por si, para obtenção de um melhor desempenho.

De acordo com Silva (2004), a população grega, por ascender após outras civilizações aqui já mencionadas, apresentou grandes evoluções no

desenvolvimento de métodos científicos de pesquisa e administração. Para este povo, o comércio ainda era um dos grandes impulsionadores de sua economia, enfatizava-se ainda a necessidade de aprimoramento e aperfeiçoamento na atividade desenvolvida em cada segmento, pelos indivíduos que desempenhassem estes papéis, sejam estes comerciantes, artesões, dentre tantas outras, determinando, portanto o início das teorias de especialização, criada e difundida por Platão.

O Império Romano, segundo Silva (2004), foi o primeiro modelo de organização já registrado, pelo fato de Roma ter conquistado extensos territórios. Assim, precisou organizar-se administrativamente para tê-los sob controle. Os princípios de descentralização de governo foram inicialmente utilizados para manutenção da ordem, como uma maneira eficaz de controlar os problemas encontrados pela vasta extensão geográfica. O imperador Dioclesiano, porém delegou somente alguns poderes para controle e ordem dos civis, sendo que o poderio militar ainda achava-se sob seu domínio, de forma a governar ainda de forma centralizada, porém distribuída conforme seus interesses. Maximiano (2004) aborda uma evolução desenvolvida por Roma, na área da administração financeira, por meios de tributos pagos pelos habitantes de novos territórios conquistados, servindo como ingressos financeiros para o Estado.

Maximiano (2004) elege e afirma a importância da existência do mesmo objetivo a todos, para que uma organização sobreviva. O período feudal é exemplo disto, pelo fato da carência desta afirmativa. Silva (2004), explica que neste período, o rei era detentor de todas as terras e as dividia em troca de interesses com os senhores feudais, que permitiam que a população trabalhasse em suas terras, com a exigência de pagamentos, por meio de impostos e participação nas colheitas. Neste sistema, as pessoas permaneciam sempre na mesma classe social hereditariamente, sem possibilidades de ascensão.

De acordo com Maximiano (2004), foi no período do Renascimento que surgiu o Estado Moderno, com a queda do poder por parte dos senhores feudais. As pessoas agruparam-se nas cidades, o que gerou uma série de problemas pela falta de infra-estrutura, e dessa forma, surgiu à necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos para suprir estas dificuldades.

Ainda conforme Maximiano (2004), o período do Mercantilismo em meados do século XV, ocasionou mudanças nos negócios. A classe burguesa elevou-se a comerciantes, surgindo então o capitalismo. O comércio expandiu consideravelmente por meio de redes de relacionamento criadas, que ultrapassavam as fronteiras geográficas dos países, onde as transações comerciais passaram a ser realizadas em grandes escalas.

Segundo Silva (2004), no fim do século XVIII, ocorreram mudanças significativas a partir da Revolução Industrial, onde o trabalho do homem passou a ser gradativamente substituído por máquinas. Com o advento das máquinas a vapor, e a utilização da energia a vapor, as indústrias obtiveram aumentos em suas produções, assim como a demanda que crescia aleatoriamente e com isso aumentou a necessidade de mão de obra nos processos produtivos. Para financiar estes aparatos tecnológicos e novos empreendimentos, era necessária a aplicação de capital financeiro para o crescimento em massa continuar sendo promissor. Para manter-se no mercado, o trabalhador precisou se especializar nas atividades a que lhe fossem destinadas para manter-se a frente do mercado em evolução. A necessidade do gerenciamento adequado a estas mudanças elencou a administração e o planejamento como ferramentas essenciais de controle.

Para Maximiano (2004), a Revolução Industrial ocasionou uma mudança de enfoque nos atos administrativos, que até então, eram impulsionados pela história das civilizações, seus avanços políticos e religiosos, e passou a ser direcionado para as indústrias.

Ainda para Maximiano (2004), o advento da Revolução Industrial trouxe muitas tendências administrativas, como o sistema de fabricação para fora, onde eram entregues aos artesãos matérias-primas e equipamentos têxteis. Porém, este sistema possuía desvantagens pelo fato do resultado produtivo depender exclusivamente do artesão, que recebia de acordo com sua produção por peça, sendo que ao alcançar seus objetivos econômicos, a tendência produtiva deste sofria uma redução significativa, fato que levou os proprietários ao diagnóstico de ineficiência deste modelo, pela ausência de um gerenciamento sólido.

Conforme Maximiano (2004), com a percepção dos comerciantes sobre a necessidade de produzir de forma eficaz, obtendo melhores desempenhos nos processos de produção, estes começaram a reunir em galpões artesões para

fabricação têxtil, com a finalidade de manipular o processo produtivo por meio do controle durante os procedimentos realizados. As pessoas que viviam no campo passaram a agrupar-se nos nascentes pólos industriais, na época, Inglaterra e Escócia, de forma precária, o que ocasionou grandes problemas sociais, pela ausência de uma estrutura básica que lhes assegurasse condições de vida saudáveis, entretanto, a mão de obra cresceu significativamente, possibilitando o crescimento das indústrias, assim como o aumento das sociedades de consumo.

Na concepção de Silva (2004), concomitante a Maximiano (2004), a Revolução Industrial foi o período mais impulsionador da história, na evolução das teorias e práticas administrativas.

Enfim, Silva (2004), salienta que a administração é uma ciência resultante do desenvolvimento de todos os povos, durante todo o progresso da humanidade, responsável pela forma de gerenciamento das instituições e da sociedade em geral.

2.1.2 Evolução das Teorias de Pensamento Administrativo

Conforme Maximiano (2004), o engenheiro e pioneiro da Escola Clássica da Administração, Henry Fayol (1841 - 1925), ao sentir a necessidade de uma teoria administrativa que norteara a administração, criou sua própria teoria ao dividir a empresa em seis áreas: Técnica; Comercial; Financeira; Segurança; Contabilidade e Administração. Dentre estas áreas, enfatizou que a de maior relevância é a área administrativa e as subdividiu em cinco funções conforme segue abaixo:

- Planejamento: Visualização do cenário futuro, com a finalidade de examiná-lo para buscar eventuais soluções e propor melhores medidas de determinar as atividades. (MONTANA, CHARNOV, 2003);
- Organização: Montagem da estrutura organizacional e divisão de responsabilidades para cada gerente. (MONTANA, CHARNOV, 2003). Utilização dos recursos para concretizar as ações na administração. (SILVA, 2004);
- Comando: A forma com que os gerentes orientam seus funcionários para realização das atividades afim de bons resultados. (SILVA, 2004);
- Coordenação: Reunir os esforços individuais para atingir o mesmo objetivo dentro da organização. (MONTANA, CHARNOV, 2003);

- Controle: Averiguar se as tarefas estão sendo executadas conforme determinou o comando. (SILVA, 2004).

Para Silva (2004), as funções administrativas são de suma importância ainda nos dias atuais, e expõe que para Fayol, a função de maior significado era a de previsão, pois desta forma é possível criar um plano de ação para as atividades futuras.

Segundo Silva (2004), a Administração Científica foi o início do estudo da teoria da administração com enfoque nas tarefas dos empregados, enquanto na Teoria Administrativa Clássica, vinculada a Fayol o enfoque era direcionado a organização como um todo. Entrementes, o grande impulsionador da Administração Científica, foi Frederick Winslow Taylor (1856 - 1915), que enfatiza que a produtividade deve ser alcançar sempre o ponto máximo, por intermédio da eficiência dos trabalhadores, desta forma o negócio será próspero.

Taylor afirmava o seguinte, conforme Montana e Charnov (2003, p.13): “A tarefa redesenhada, projetada para alcançar a eficiência máxima, era a única maneira correta de se fazer o trabalho.”. Deste modo, criou o estudo de tempos e movimentos, por meio da análise e cronometragem pela realização das tarefas pelo operário durante o processo de produção, fracionando as atividades desenvolvidas em tempos padrões. Implantou ainda, que os salários seriam pagos de acordo com o produzido. Sua forma de gerenciar os processos foi visualizada pela administração como meio de aumentar a produtividade e minimizar os custos. (MONTANA; CHARNOV, 2003).

Conforme Maximiano (2004), a proposta de Taylor para o alcance da produtividade máxima, é resultado da eficiência e não da elevação ao máximo de esforços para realização das tarefas, e sim da forma correta de realizá-los.

No entender de Silva (2004), o impulsionador da teoria clássica da administração foi Henry Ford (1863 - 1947), empresário de uma fábrica de automóveis, que assim como Taylor difundia a necessidade de eficiência nos processos de produção, e em sua concepção afirmava que para isto, era necessário distinguir planejamento e execução. O planejamento seria elaborado por especialistas no assunto, e os operários deveriam apenas executar os que lhes fosse apresentado.

Para Silva (2004), a ênfase de Ford era à redução de tempo e material, o oposto da proposta de Taylor, que tinha como foco a contenção do trabalho humano. Ford propôs que a determinação do tempo necessário para realização de uma tarefa, seria aquele utilizado pela equipe de acordo com o ritmo dos operários, e não individualmente.

A saber, Silva (2004, p.131) menciona que: “A política de Ford se alicerçou na produção contínua; no pagamento de altos salários e na fixação de preços mínimos para os bens produzidos.”. Para isto, era preciso que o trabalho fosse feito de forma eficiente, utilizando a produtividade máxima e enfocando sempre a economia das matérias-primas utilizadas e o tempo para produzir. Ford implantou a economia e produção em massa, produzindo a um nível exorbitante a outras fábricas na época, com custos menores a serem repassados ao consumidor final, de forma a apresentar um modelo excepcional de administração eficiente à humanidade. (SILVA, 2004).

De acordo com Maximiano (2004), Ford implantou a padronização de peças e a especialização dos operários. Dessa forma, simplificou e uniformizou os componentes a serem utilizados no produto final, e especialização do operário em uma única tarefa, ou seja, aquela a que lhe fosse destinada na linha de produção, já que cada indivíduo era responsável por uma etapa da linha de montagem, deste modo, Ford iniciou a produção em massa. Foi responsável também pela implantação da jornada de trabalho em oito horas diárias, e dobrou o salário de seus funcionários, para que tivessem condições de adquirir o produto que fabricavam. Suas idéias foram adotadas rapidamente por outras empresas em todo o mundo.

A burocracia, de acordo com as afirmações de Silva (2004), teve sua origem no final do século XX, na Europa, desenvolvida por Max Weber (1864 - 1920), porém, é necessário levar em consideração a partir da concepção de organização, que está seja uma atividade muito antiga. De acordo com Silva (2004, p.161) “[...] os estudos e trabalhos de Weber correram cronologicamente paralelos aos de Henry Fayol e de Frederick Taylor.”.

Conforme explana Silva (2004), a burocracia de acordo com Max Weber possui as seguintes características: divisão de trabalho; hierarquia de autoridade; racionalidade; regras e padrões; compromisso profissional; registros escritos; impessoalidade. Desta forma, a organização possui uma melhor estrutura e

organização pela divisão sistemática das funções, pois surgiu da necessidade de organização e de um modelo padrão a ser seguido. Foi Weber o autor da teoria da autoridade, diferenciando o conceito de poder, onde o indivíduo pode exercer sua vontade mesmo que não seja aceita por outras pessoas, e o de persuasão que é a capacidade de influenciar os demais por meio de argumentos ou ações.

No entendimento de Silva (2004), a grande crítica ao modelo burocrático usado até os dias atuais, imposto por Weber, implica justamente naquela a qual considerava a “[...] sua principal vantagem, ou seja, a eficiência, pois tende ao formalismo excessivo e à despersonalização.” (SILVA, 2004, p.166). No entanto, é aplicável “[...] a todos os tipos e tamanhos de organizações formais.” (SILVA, 2004, p.177).

O movimento das relações humanas, conforme Montana e Charnov (2003), possui relação principalmente a Elton Mayo (1880 - 1949), que através de seus estudos enfatizou que deve ser levado em consideração os aspectos psicológicos e sociais de cada indivíduo para que se obtenha aumentos na produtividade e na eficácia do trabalhador, conclusões obtidas através dos estudos de Hawthorne. De acordo com Maximiano (2004), para Mayo o importante nos administradores, é que façam com que seus empregados tenham maior participação em grupos, que estejam envolvidos e motivados.

Para Chiavenato (2000), a Teoria Neoclássica, apresenta as seguintes características:

- Ênfase na prática da administração: “Os autores neoclássicos procuram desenvolver os seus conceitos de forma prática e utilizável, visando principalmente à ação administrativa.” (CHIAVENATO, 2000, p. 172);
- Reafirmação relativa dos postulados clássicos: Utilizam conceitos elaborados durante a teoria clássica, inserindo-os na nova realidade;
- Ênfase nos princípios gerais de administração: “[...] procuram definir o processo pelo qual o administrador deve planejar, organizar, dirigir e controlar o trabalho dos seus subordinados.” (CHIAVENATO, 2000, p.174);
- Ênfase nos objetivos e resultados: Através da definição dos objetivos, deve ser traçados quais procedimentos utilizar para alcançar os

resultados almejados. Os autores neoclássicos introduziram a chamada Administração por Objetivos;

- Ecletismo da teoria neoclássica: Realizou o aprimoramento das teorias já existentes, de acordo com novas concepções.

Para Oliveira (2006), a evolução da administração, acompanha a evolução das empresas, que têm se reorganizado de forma mais eficiente, buscando alternativas para que os indivíduos tenham condições de exercer melhor suas funções na organização, tendo caminhos a seguir.

2.1.3 Concepções Atuais da Administração

Atualmente a administração de acordo com Maximiano (2004), é resultado da transformação provocada pela globalização. Após a Revolução Industrial e hoje em meados da Revolução Digital, as influências quanto à forma de administrar são perceptíveis em todas suas áreas.

Para Robbins (2000), o administrador da atualidade deve estar atento a todos os cenários mundiais, pois estes influenciarão no cenário do país em que estiver situada a organização, já que as fronteiras nacionais não servem mais como parâmetros para isolamento da empresa. Todos e quaisquer tipos de negócios estão inseridos no mesmo contexto, fato oriundo do fenômeno globalização.

De acordo com Maximiano (2004), a maneira de administrar uma empresa tornou-se mais participativa, as opiniões das pessoas são levadas em consideração para decisões finais. Ainda para este autor, a administração pode usar o modelo diretivo, administrando de forma centralizada, onde os papéis a serem desempenhados pelos gerentes são predeterminados e o nível de autonomia é quase que insignificante. Outra forma a ser usada é o modelo participativo como já mencionado, com a intervenção das pessoas na organização em questão.

Na concepção de Montana e Charnov (2003), a natureza do trabalho sofreu mudanças significativas, no aspecto dos trabalhadores estarem mais qualificados a desenvolverem suas atividades, além do aspecto da tecnologia e informação presente em grande parte das organizações, facilitando desde funções na área de produção a administração central. As mulheres também ocupam mais

lugares no mercado de trabalho, devido algumas mudanças que ocorreram quanto a valores sociais.

Para Robbins (2000), o cliente esta cada vez mais exigente. Os produtos que há algum tempo atrás eram produzidos em massa, atualmente são feitos de acordo com as exigências do consumidor, algumas empresas fornecem a possibilidade de personalizá-lo. A qualidade do serviço ou produto é primordial para o sucesso da empresa, além de outros fatores como rapidez na fabricação e entrega final e valores acessíveis de compra.

Conforme Maximiano (2004), a realidade virtual permite que as pessoas mesmo que localizadas fisicamente em outros ambientes, possam estar conectadas através de redes de computadores discutindo assuntos de uma organização, fator atribuído ao avanço das tecnologias.

Segundo Montana e Charnov (2003), apesar das tecnologias estarem presente nas empresas, o bom resultado final é atribuído ao ideal gerenciamento das pessoas que estão por trás destes aparatos, que devem ser utilizados como meios, e não fins. Para isto os gerentes recebem maior treinamento com relação às praticas gerenciais e habilidades interpessoais.

De acordo com Robbins (2000), devido à rapidez das mudanças no mundo moderno, é necessário que as empresas façam uso da reengenharia, desta forma, a organização verifica seus processos como se estivesse iniciando novamente, para corrigir as falhas verificadas e aperfeiçoar alguns setores de acordo com novas necessidades.

Ainda para Robbins (2000), outro aspecto a ser analisado são os horários de trabalho que se tornaram mais flexíveis, visto que o trabalhador conforme a necessidade da empresa realiza algumas atividades de seu trabalho em sua própria casa. Outro aspecto é em relação à remuneração que se tornou mais flexível, variando de acordo o desempenho do funcionário, vale ressaltar que estas novas políticas de pagamento não são padrões, mais são novos modelos adotados na atualidade.

2.1.4 Processo Administrativo

De acordo com Robbins (2000), Henry Fayol foi responsável pela afirmativa da presença da administração em todos os setores, e não somente nas empresas, mas também enquanto governo e sociedade.

Para Andrade e Amboni (2010), é preciso diferenciar claramente a expressão administrar de liderar. A expressão administrar refere-se a aceitar responsabilidades e fazer com que estas aconteçam, enquanto a liderança é a capacidade que o indivíduo possui de convencer as pessoas de um grupo a atuarem em prol de um determinado objetivo.

Ainda, conforme Andrade e Amboni (2010), Henry Fayol afirmava que o processo de controle está ligado às demais funções, pois é através do controle que pode ser observado a correlação do planejamento com o resultado final. O controle pode ser classificado em:

- **Estratégico:** Realizado pelo mais alto nível da organização, com ênfase no acompanhamento das atividades por meio de uma visão global da empresa;
- **Tático:** Análise de cada departamento, observando as atividades executadas, facilitando a visualização e detalhamentos maiores, direcionando-os para o médio prazo;
- **Operacional:** Destina-se ao controle de cada operação individualmente, é mais detalhista, pois ao acompanhar uma única atividade, apresenta maior facilidade no controle desta.

2.2 PLANEJAMENTO

De acordo com Chiavenato (2004), as empresas precisam estar atentas ao que o mercado exige, para identificar as oportunidades e poder atuar nestes nichos. Assim como, é preciso que estejam atentas as possíveis ameaças para prevenir-se e alavancar ao sucesso. Desta forma, portanto, será possível que a administração construa estratégias adequadas.

A conceituação de planejamento, para Maximiano (2004), significa a análise dos cenários futuros e a definição de planos de ação para serem

executados. O processo de planejamento trata da definição de estratégias para alcançar o almejado, por meio da definição de planos, que é composto pela definição de objetivos, ou seja, o que a empresa deseja, quais são os resultados que pretende alcançar em determinado período de tempo, quais recursos serão utilizados para conceber o pretendido e os meios de controle que “[...] são informações a respeito da ação que se baseia nos objetivos.” (MAXIMIANO, 2004, p.108).

Conforme Chiavenato (2004), o planejamento ocorre em diferentes níveis: o institucional, intermediário e operacional. O quadro 01 exemplifica cada um destes:

Níveis da Empresa	Planejamento	Conteúdo	Extensão de Tempo	Amplitude
Institucional	Estratégico	Genérico e Sintético	Longo Prazo	Macroorientado. Aborda a empresa como uma totalidade.
Intermediário	Tático	Menos genérico e mais detalhado	Médio Prazo	Aborda cada unidade da empresa ou cada conjunto de recursos separadamente
Operacional	Operacional	Detalhado e Analítico	Curto Prazo	Microorientado. Aborda cada tarefa ou operação isoladamente.

Quadro 01: O planejamento nos três níveis da empresa.

Fonte: CHIAVENATO, p.146, 2004.

Ainda para Chiavenato (2004), o planejamento estratégico é, portanto, aquele que acontece no nível institucional da organização, e que tem por característica a projeção em longo prazo. Não se limita as decisões que devem ser feitas no futuro, mais sim, a diagnosticar a importância do resultado de uma tomada de decisão realizada no presente, determinando o que esta virá a ocasionar no futuro, enfim é a análise das estratégias para que as ações realizadas sejam feitas da maneira correta.

Para Maximiano (2004), as empresas determinam suas estratégias de acordo com suas expectativas, levando em consideração as circunstâncias do ambiente que estão inseridas, estando diretamente ligadas aos objetivos traçados.

Segundo Chiavenato (2004), após a realização da formulação do planejamento estratégico, que por fim, pode ser definido como aquele traçado em função global da empresa, abrangendo todos os setores, para sua implementação, ou seja, colocá-lo em ação, é necessário observar a qual nível destina-se, pois serão classificados em tático e operacional.

Ainda para Chiavenato (2004), o planejamento tático está inserido no nível intermediário da organização, sendo desenvolvido em médio prazo, visualizando geralmente uma parte específica da empresa, determinando os caminhos a serem seguidos, por meio de planos. Já o planejamento operacional, é direcionado em curto prazo, e é aquele que se preocupa com a forma de execução das atividades em si, a diferença é que “[...] o planejamento operacional está voltado para a otimização e maximização dos resultados, enquanto o planejamento tático está voltado para resultados satisficientes.” (CHIAVENATO, 2004, p.184).

Chiavenato (2004) ressalta que os orçamentos, são planos operacionais das organizações, sendo em sua maioria determinados para o período de um ano, porém, quando tratar-se de mais tempo e maior alocação de recursos, será considerado como integrante do planejamento financeiro, destinado ao nível intermediário da empresa. Os fluxos de caixa também estão inseridos no planejamento operacional.

2.3 COOPERATIVISMO

Serão apresentados nos próximos tópicos o histórico do cooperativismo, sua evolução no Brasil, e suas classificações, visando fornecer ao leitor o entendimento sobre este tipo de organização.

2.3.1 Histórico do Cooperativismo

Para Cruz (S.d), o homem quando surgiu em sua forma mais primitiva, utilizava os recursos naturais para suprir suas necessidades. Com o passar do tempo, sentiu a necessidade de começar a produzir e dessa forma ocorreram sobras. Estas eram trocadas por outros produtos de seus interesses, processo conhecido como escambo. O papel de intermediário nestas trocas veio a se tornar o

comerciante, que realiza a “[...] ligação entre os produtores e consumidores.” (CRUZ, S.d, p.07).

Ainda para Cruz (S.d), o crescimento do comércio, da moeda, dos bancos, e a ascensão social da classe burguesa, a qual sentia a carência do poder de manifestação para continuar detentora do poder adquirido, resultou na necessidade de criação de vínculos com o Absolutismo e a Igreja, sinônimos de poder para a época em assunto.

Na concepção de Cardone (2007), nas antigas civilizações a idéia do cooperativismo já existia. No antigo Egito, uma associação de operários e artesãos administrava o comércio durante o período de poder de cada faraó. Na Babilônia, por meio do Código de Hamurabi, os agricultores reuniam-se para administrar seus negócios em grupo, facilitando sua situação. Na Grécia Antiga os trabalhadores de classes inferiores da sociedade, reuniam-se para custear cultos fúnebres. Com a Revolução Industrial, no século XIX, os trabalhadores da França, reuniam-se na busca de alternativas e oposição a substituição de sua mão de obra por máquinas, esta união era chamada de “[...] cooperativas operárias de produção.” (CARDONE, 2007, p.14).

De acordo com Rech (2000), somente no século XIX, as cooperativas surgiram de acordo com o modelo conhecido atualmente.

Para Cruzio (2000), as cooperativas são a união de pessoas que embora possuam interesses individuais, trabalham em prol do objetivo geral da organização a qual constituem.

Na concepção de Silva Filho (2001), a primeira cooperativa de acordo com a concepção atual do termo, foi criada em 21 de dezembro de 1884, em Rochdale, Lancashire no país da Inglaterra, em um armazém, fundada em um armazém “[...] como cooperativa de consumo, posteriormente ampliou suas atividades, alcançando novas finalidades, tais quais voltadas para a aquisição de moradias para os sócios e compra de terras [...]” (SILVA FILHO, 2001, p.47).

Conforme Abrantes (2004), a cooperativa acima mencionada, surgiu da união de um grupo de 28 tecelões, desempregados pelo advento da Revolução Industrial, onde reuniram fundos para formação do que viria a ser Rochdale.

Segundo Abrantes (2004), a cooperativa em Rochdale que foi implantada em meio ao capitalismo, provou que era possível obter sucesso e lucros, sem

grandes aplicações de capitais, através da união de indivíduos com um objetivo em comum.

Em 1895 foi criada a Aliança Cooperativa Internacional para regularizar e fiscalizar os princípios cooperativos, adotando os princípios da cooperativa de Rochdale. (SILVA FILHO, 2001).

2.3.2 Os Princípios Cooperativistas

De acordo com a OCB (2008), com o surgimento da primeira cooperativa na Inglaterra, foram aprovados os setes princípios cooperativistas, que norteiam as práticas e valores destas. Os princípios são:

- Adesão voluntária e livre: Todos os indivíduos podem participar de cooperativas, caso possuam interesse, e não podem sofrer quaisquer tipos de discriminação;
- Gestão democrática: Os membros das cooperativas participam de forma democrática das decisões e na formulação de suas políticas;
- Participação econômica dos membros: Os membros da cooperativa devem participar ativamente das contribuições para o capital da empresa, o qual é em partes de propriedade comum, sendo que excedentes podem ser destinados a atividades que foram permitidas com a concessão de seus sócios;
- Autonomia e independência: São organizações que possuem autonomia em suas decisões e são independentes, sendo que são controladas por seus membros;
- Educação, formação e informação: As cooperativas, devem contribuir para a formação e educação de seus cooperados e trabalhadores, além de informar o público sobre todas as vantagens e características do cooperativismo;
- Intercooperação: A união entre cooperativas fortalece o movimento e traz vantagens a seus membros;
- Interesse pela comunidade: Devem trabalhar em prol do bem comum para a sociedade através de políticas e iniciativas adotadas e aprovadas por seus membros.

2.3.3 Cooperativismo no Brasil

Segundo Cardone (2007), a primeira cooperativa de trabalho brasileira foi instalada no estado do Paraná, e se chamava Colônia Tereza Cristina. No ano de 1890, foi autorizada por meio de um decreto, a possibilidade aos militares de se reunirem em cooperativas para defender seus interesses. O governo de Getúlio Vargas apoiava a formação de cooperativas, principalmente se fossem relacionadas ao trigo e soja.

Ainda para Cardone (2007), no ano de 1903 foi promulgado o primeiro decreto, que possibilitava a organização de sindicatos pelos agricultores rurais para defenderem seus objetivos.

No ano de 1907 foi aceita por meio de um decreto a criação de “[...] sindicatos profissionais e sociedades cooperativas.” (PERIUS, 2001, p.16). Para Cardone (2007, p.18), no ano de 1932, “[...] as cooperativas são consideradas como institutos autônomos em relação aos sindicatos. A partir desta data, as cooperativas de consumo e rurais passaram a se desenvolver em maior escala.”.

Perius (2001) contempla, que o decreto instaurado em 1938, diz que o Ministério da Agricultura, da Fazenda, do Trabalho, Indústria e Comércio seriam responsáveis pela fiscalização das cooperativas. Em 1939, é admitida a participação de pessoas jurídicas em cooperativas voltadas ao segmento de extração.

Em 1942, é autorizado em um novo decreto, “[...] a intervenção estatal nas sociedades cooperativas.” (CARDONE, 2007, p.19). Conforme Cardone (2007) outros decretos que devem ser levados em consideração foram instituídos nos anos de 1957, sobre “[...] cooperativas de transportes e cargas.” (CARDONE, 2007, p.20).

De acordo Perius (2001), o cooperativismo no Brasil, sofreu um enorme intervencionismo estatal, até aproximadamente o ano de 1988. É claro que anteriormente esta nova situação já vinha sendo almejada e sendo traçados meios para isso, mais somente com a constituição de 1988, é possibilitada a criação de cooperativas sem intervenção do Estado, gerando autonomia. Ao Estado, limitou-se o incentivo ao cooperativismo.

Na concepção de Abrantes (2004), o cooperativismo no Brasil, em tempos atuais, vem sendo visto de forma promissora por muitas pessoas, ao considerar que é uma forma de trabalho em que todos atuam em prol do objetivo comum,

principalmente, ao deslumbrar que o cenário de desemprego é elevado em determinados setores, e a união de pessoas para formar cooperativas, a exemplo do que ocorreu em Rochdale, é cada vez mais comum, observa-se isto, pelo fato do maior número de cooperativas no país por ramo, serem as de trabalho.

2.3.4 Classificação das Cooperativas

Em relação à classificação e tipos das cooperativas, Perius (2001) contempla a proposta de ramos, pela Organização das Cooperativas Brasileiras:

- Agropecuário: Composto por “[...] produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao cooperante.” (PERIUS, 2001, p. 63);
- Consumo: “[...] Formadas por pessoas físicas, objetivando a compra e venda de bens de consumo duráveis [...]” (CRÚZIO, 2000, p.14);
- Crédito: Formadas por pessoas que tenham viabilidade financeira de propiciar crédito a seus cooperados, em condições mais vantajosas que as praticadas pelo mercado. (CRÚZIO, 2000);
- Educacional: Composta por pais de alunos ou interessados ao segmento, em investimentos e manutenção da área educacional. (CRÚZIO, 2000);
- Especial: Formada “[...] por pessoas que precisam ser tuteladas.” (PERIUS, 2001, p.63);
- Habitacional: Constituída por pessoas físicas, com a finalidade de buscar alternativas de construção, para suas próprias residências. (CRÚZIO, 2000);
- Infra-estrutura: Sua “[...] finalidade é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infra-estrutura.” (PERIUS, 2001, p.63);
- Mineral: “São formadas por mineradores, objetivando compartilhar materiais e equipamentos de mineração ou a prestação de serviços de mineração a determinadas empresas de mineração.” (CRÚZIO, 2000, p.14);
- Produção: “[...] cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens de mercadorias [...]” (PERIUS, 2001, p.63);

- Saúde: “[...] se dedicam à preservação e à recuperação da saúde humana.” (PERIUS, 2001, p.63);
- Trabalho: formado por “[...] trabalhadores de qualquer categoria profissional, para prestar serviços como autônomos, organizados num empreendimento próprio.” (PERIUS, 2001, p.63);
- Turismo e Lazer: Cooperativas que se dediquem ao turismo e lazer. (PERIUS, 2001).

Na conclusão de Perius (2001), a classificação desta forma, não resistiu a decretos como o do ano de 1971, pois as cooperativas cresceram e surgiram rapidamente nas mais variadas áreas econômicas, após a concessão da liberdade no cooperativismo, tornando a ramificação destas muito extensa e inconveniente. Este decreto afirma que podem utilizar-se nas cooperativas, quaisquer tipos de serviço ou atividade como objeto, e também lhes assegura o direito de usar a palavra cooperativa em seus nomes.

Ainda para Perius (2001), a aceitação da proposta da Organização das Cooperativas Brasileiras, impacta na problemática de enquadramento de alguns ramos.

De acordo com Rech (2000), as cooperativas podem ser classificadas de acordo com a sua natureza, ou seja, conforme as atividades que pratiquem, sejam estas de serviços, produção ou trabalho, quanto a funções, ou seja, unifuncionais, multifuncionais ou integrais, conforme a quantidade de funções que atendam, ou ainda quanto ao nível de organização, conforme a lei determina. Cruzio (2000) enfatiza claramente esta última classificação que pode ser entendida da seguinte maneira:

- Cooperativas Singulares: uma cooperativa criada para atender os associados e o objetivo estabelecido seja este de natureza política, econômica ou social;
- Cooperativas Centrais e Federações: Formada por no mínimo três cooperativas para facilitar processos e organizar suas atividades;
- Cooperativas Confederações: Nesta classificação são incorporadas no mínimo três cooperativas centrais, onde estas são organizadas para fins de suas atividades;

- Cooperativas Mistas: “São criadas para prestar serviços diretamente aos associados e atender a mais de um objetivo econômico, político ou social.” (CRÚZIO, 2000, p.16).

As classificações acima descritas por Crúzio (2000) são classificadas por Cruz (S.d), com a finalidade de definir “[...] nível hierárquico da representação cooperativista, dentro do seu próprio sistema.” (CRUZ, S.d, p. 63).

2.3.5 Criação e Administração das Cooperativas

De acordo com Rech (2000), as cooperativas são, portanto, organizações que apesar de dedicarem-se ao comércio, não visam à obtenção de lucros e possuem capital social. O autor, assim como Abrantes (2004), elenca ainda, que as cooperativas são a união de pessoas que possuam o mesmo objetivo, este é o fator inicial para que seja constituída uma cooperativa.

No entanto, ainda para Rech (2000), é preciso muito mais que a existência do objetivo comum para formação da cooperativa, para que os cooperados não desistam ao longo do tempo, a partir do momento em que surgirem impasses e dificuldades. Para alcançar este patamar de compromisso entre todos, é preciso formular “[...] um significado absolutamente essencial que perpassa a vida do associado para permitir sua permanente participação e que o impeça de encontrar justificativas fáceis que o demovam do objetivo inicial.” (RECH, 2000, p.67).

Conforme Perius (2001), aos associados à cooperativa, imperam direitos e deveres, de acordo com as leis vigentes. É direito do cooperado, o voto igualitário a todos, a utilização dos serviços, ressaltando que é o uso do serviço aos sócios o objetivo deste tipo de organização, e não a viabilização de lucros. O ingresso de novos sócios é livre, desde que de acordo com especificidades técnicas da cooperativa. Com relação aos deveres, as decisões realizadas pela Assembléia Geral, diz respeito à totalidade dos sócios, é preciso respeitar os estatutos sociais, que são “[...] o conjunto de regras institucionais que regulam as relações dos sócios e a cooperativa. O ingresso já pressupõe a submissão às regras estatutárias.” (PERIUS, 2001, p.43). Ainda para Perius (2001), os sócios devem colaborar com a empresa, e a inadimplência de pagamentos de serviços prestados, por exemplo, implica no veto ao voto e a participação nas Assembléias Gerais.

Para Rech (2000), é muito importante ser realizado previamente a criação da cooperativa, um levantamento de viabilidade econômica, ou seja, uma análise da região local, com relação à disponibilidade de mão-de-obra para integrar a equipe administrativa e técnica, estudos financeiros sobre desembolsos, necessidades de financiamentos, enfim, realizar um planejamento estruturado e elaborado de acordo com as expectativas predeterminadas no objetivo geral da cooperativa.

De acordo com Abrantes (2004), é preciso ser elaborado uma proposta do estatuto social para a cooperativa, de acordo com o determinado pela Lei 5.764/71 e observando o disposto pela Organização da Cooperativa do Estado. Esta proposta deve ser distribuída aos interessados, com o prazo de no mínimo quinze dias, sendo que após esta data, deve ser realizada uma reunião de discussão da proposta, para analisar o conteúdo da mesma. Então, novamente com o prazo de quinze dias pelo menos, devem ser convocados todos os indivíduos interessados sobre o local, data e horário em que irá ser realizada a Assembléia Geral, para formalizações.

Conforme Rech (2000), após estas definições, a fundação da cooperativa acontece “[...] mediante uma assembléia. Nela deverão ser aprovados os estatutos, definidos os sócios fundadores e eleitas pessoas para os cargos estabelecidos nos estatutos. Isso deve ser tudo registrado numa ata.” (RECH, 2000, p.80).

Vale ressaltar, de acordo com Abrantes (2004), que existem ainda outros passos importantes a serem acometidos, como por exemplo, o registro no cadastro geral de pessoas jurídicas, para aquisição do número de CNPJ, registro na junta comercial, inscrição estadual na Secretaria de Estado da Fazenda, entre outros.

Conforme Rech (2000), a estrutura de poder na cooperativa, é representada pela figura do presidente, como aquele detentor de administrar todos os aspectos na organização, do vice-presidente que deve estar atento as necessidades dos sócios, do conselho fiscal que detêm a responsabilidade de vistoriar as atividades e realizar a comunicação entre a direção e demais departamentos, e os departamentos específicos por áreas e atividades.

Na compreensão de Abrantes (2004), existem sim, gastos envolvidos com a criação de uma cooperativa, principalmente, no início, quando ainda não existe capital de giro para financiar os desembolsos necessários, como, por exemplo, aquisição ou aluguel de um local para ser instalada a cooperativa, aquisição de materiais e equipamentos de escritório, pagamento de funcionários, entre outros.

Segundo Rech (2000), é importante lembrar que não existe a expressão lucros, em cooperativas, pois não é esta sua finalidade, e sim atender as necessidades de seus sócios. É preciso compreender que, no entanto, por meio da realização de suas atividades comerciais ou prestação de serviços, “[...] os resultados positivos serão obtidos para que a cooperativa possa melhorar sua performance, oferecer novos serviços, avançar.” (RECH, 2000, p.142). Ainda segundo Rech (2000), é por meio destes resultados que são cobertos os gastos com a manutenção da mesma e sua estrutura, e caso haja sobras, estas devem constar no balanço final.

2.4 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Adiante serão apresentados os conceitos mais utilizados para administração financeira, suas classificações em tesouraria e controladoria, as principais atribuições do gestor financeiro, e os instrumentos de orçamento e fluxo de caixa.

2.4.1 Conceito de Administração Financeira

Historicamente as finanças eram “[...] consideradas como parte do estudo das Ciências Econômicas [...]” (ASSAF NETO, 2005, p.30). Somente no final do século XX, houve compreensão efetiva da importância desta área, como fator determinante para o alcance do sucesso, para as empresas no mercado de negócios. Este fator foi primordial para que as finanças passassem a ser estudadas individualmente. (ASSAF NETO, 2005).

Ainda para Assaf Neto (2005), o contexto de objetivos da administração financeira, veio a tomar novos rumos, somente após a crise econômica dos anos de 1929/1930, pois até então se ocupava exclusivamente com a manutenção do capital de giro e captação de recursos. Nesta mesma época começaram a aparecer às teorias desenvolvidas por Taylor, Fayol e Ford, despertando inclusive na área financeira a necessidade de voltar-se a análise de seus processos operacionais internos, dando ênfase ao que acontece no interior da organização, para posteriormente observar o mercado externo. Assim, tornou “[...] o estudo das

finanças corporativas também preocupado com a liquidez e solvência das empresas.” (ASSAF NETO, 2005, p.30).

Na seqüência, Assaf Neto (2005), enfatiza que até a década de 50 as empresas voltaram a dar atenção ao mercado externo, e a partir desta década, com o surgimento dos conceitos de retorno de investimento e custo de capital, a preocupar-se com ganhos obtidos por meio de investimentos do capital da organização.

A base moderna da área de finanças é formada por este enfoque, sobre “[...] a irrelevância da estrutura de capital e dividendos sobre o valor de mercado da empresa.” (ASSAF NETO, 2005, p.31). Nesse contexto, a partir da década de 90, o mercado financeiro passou a destacar a importância da gestão de riscos, desenvolvendo estratégias para obter retornos almejados mesmo atuando em um mercado estrategicamente perigoso, pela incerteza de retornos. (ASSAF NETO, 2005).

Na concepção de Gitman (1997), as finanças estão presentes em todas as organizações e na vida de cada indivíduo, pois quaisquer fundos que estes obtenham são gerenciados por meio de instrumentos da área. Ressalta ainda, que as atribuições dos gestores financeiros são ditadas pela administração financeira, e que estes devem estar cada vez mais capacitados, pois com a globalização é preciso estar atento a todo o mercado econômico, lidando com diferentes situações e moedas estrangeiras que afetam diretamente seus fluxos de caixa.

Segundo Groppelli e Nikbakht (2002), o valor de mercado da empresa é definido pelo sucesso de suas ações no mercado financeiro. Quanto maior a segurança de risco e retornos quase que imediatos demonstrados financeiramente, maiores serão as possibilidades de sucesso a serem alcançadas pelos gestores desta área, que devem estar sempre atualizados.

De acordo com Hoji (2001), o principal objetivo da administração financeira é a maximização de valores em longo prazo, visando aumentar o lucro de seus proprietários, ou seja, seus acionistas ou sócios. Nas palavras do autor, afirma-se que “O proprietário de uma empresa privada espera que seu investimento produza um retorno compatível com o risco assumido, por meio de geração de resultados econômicos e financeiros adequados.” (HOJI, 2001, p.17).

No entanto, para Assaf Neto (2005), o lucro não deve ser considerado o único fator de sinônimo de sucesso para a empresa, portanto, propõe que o objetivo da administração financeira esteja voltado a aumentar seu valor de mercado. Para alcançar esta proposta, é necessário que a empresa utilize de maneira eficiente os recursos disponíveis, realizando aplicações no mercado financeiro com a visualização correta dos riscos, dos quais está sujeita, assim como, procure alternativas de financiamentos adequadas a suas possibilidades, visando sempre aumentar a riqueza de seus proprietários.

Enfim, Zdanowicz (1989), afirma que a administração financeira deve além de garantir resultados positivos nas operações de caixa, “[...] propiciar condições para a obtenção de lucros que compensem os riscos dos investimentos e a capacidade empresarial.” (ZDANOWICZ, 1989, p.33).

2.4.2 Classificação – Tesouraria e Controladoria

De acordo com Sanvicente (1987), a administração financeira pode ser classificada nas atividades de: Tesouraria e Controladoria. Porém, o sucesso de uma administração financeira não deve ser atribuído a estas divisões de estrutura, pois em alguns casos é possível que uma única pessoa seja responsável por essas subáreas. O enfoque desta divisão de funções é a especialização no desenvolvimento das atividades atribuídas a cada classificação.

Na figura 01, estão descritas as atribuições das atividades de tesouraria e controladoria na área de finanças:

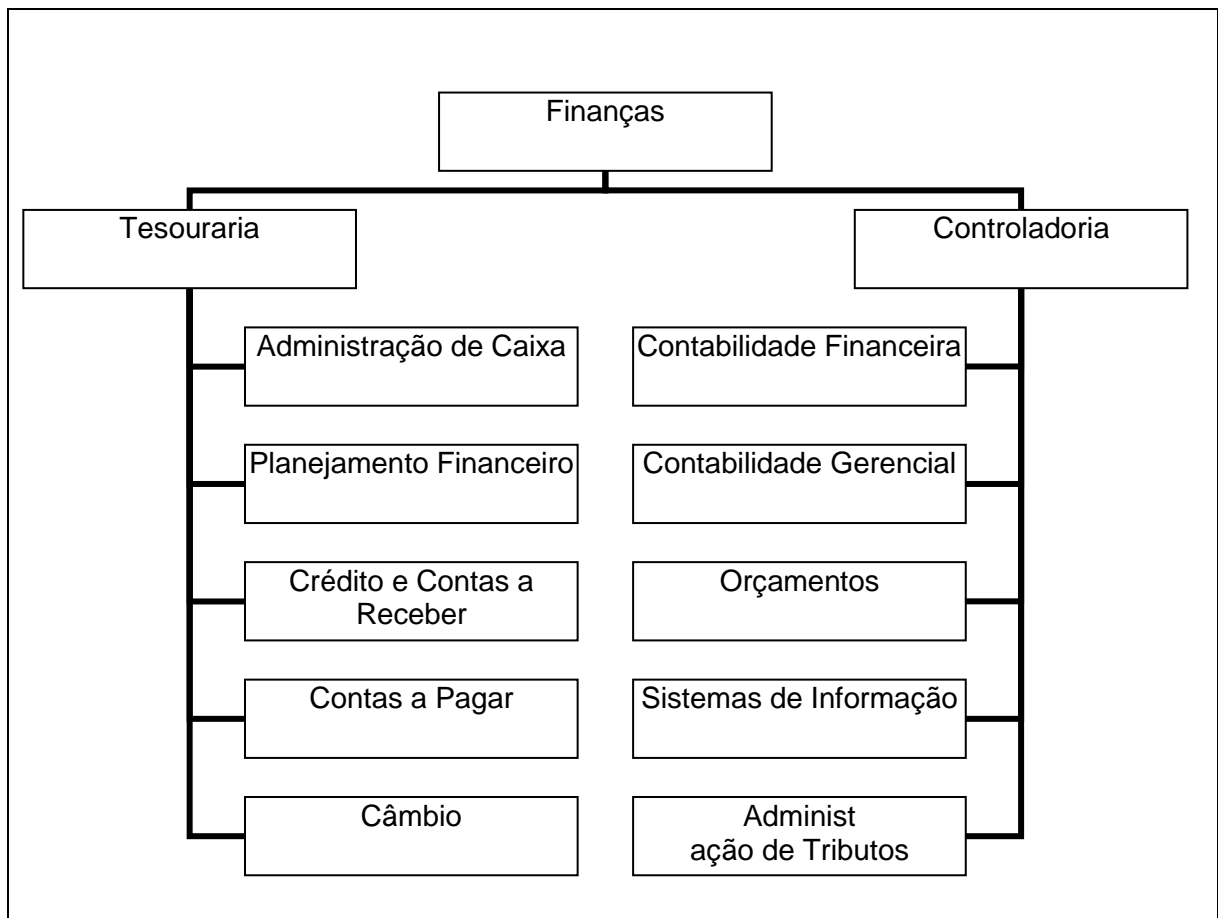


Figura 01: Exemplo de organograma da área de finanças.

Fonte: Hoji, 2001, p. 21.

2.4.2.1 Tesouraria

Segundo Sanvicente (1987), a tesouraria é responsável por atividades de gerenciamento do uso do dinheiro, possuindo contato com o público externo da empresa, como por exemplo, caixa e bancos.

As responsabilidades do tesoureiro estão diretamente ligadas à formulação de “[...] atividades como planejamento financeiro e obtenção de fundos, decisões sobre investimentos de capital, administração de caixa, de crédito e do fundo de pensão.” (GITMAN, 1997, p. 10-11).

A tesouraria, apesar de não ser responsável direta pela obtenção de lucros, possui papel importante dentro da organização, pois é de sua competência a realização de financiamentos com condições satisfatórias, e realização de aplicações quando houver recursos financeiros suficientes, dentre outros. (SILVA, 2006).

As atividades de controles internos da tesouraria são conforme cita Silva, (2006) divididas nos seguintes tópicos: Saldos de disponibilidades de recursos; Aplicações financeiras e spread bancário; Empréstimos e financiamentos; Custos financeiros e rentabilidades de operações financeiras; Contas a receber (por idade); Contas a pagar (por idade e tipo de compras); Reciprocidade, float bancário e operações de hedge/swap; Inadimplência de clientes; Seguros. Menciona ainda que existam outras atividades a serem consideradas como: Tarifas bancárias; Talões de cheques; Cheques devolvidos; Cheques cancelados; Cheques emitidos e não retirados; Fundos fixos de caixa; Inventários de cofres, custódia etc.; Depósitos e cauções; Cartão de créditos.

Na concepção de Silva (2006), a tesouraria é, portanto o setor responsável pela manutenção e equilíbrio financeiro da empresa, ou seja, que deve zelar pela “[...] manutenção da liquidez adequada de modo a gerir os negócios da organização.” (SILVA, 2006, p.22).

2.4.2.2 Controladoria

De acordo com Sanvicente (1987), a controladoria é responsável pelo controle das informações financeiras dentro da empresa, e ainda cita que a sua principal função é controlar se os recursos existentes na empresa estão sendo aplicados da melhor maneira possível.

Na empresa, a controladoria possui “[...] autoridade para tomar decisões sobre eventos, transações e atividades que possibilitem o adequado suporte ao programa de gestão.” (PELEIAS, 2002, p.13). Atuando, portanto, em todos os setores através de diretrizes próprias estabelecidas. (PELEIAS, 2002).

De acordo com Mosimann e Fisch (1999), é de responsabilidade da controladoria a escolha por alternativas eficazes para um bom desempenho da empresa. Possui influência direta em todos os setores da organização e participa dos planejamentos estratégicos, projetando cenários tanto internos quanto externos, para buscar alternativas antecipadamente, e operacionais, a fim de “[...] gerenciar para que os resultados econômicos da empresa sejam otimizados.” (MOSIMANN E FISCH, 1999, p.119).

Mosimann e Fisch (1999), ainda acrescentam que a controladoria, deve supervisionar e controlar se as metas alcançadas estão de acordo com o planejamento.

2.4.3 Atribuições do Gestor Financeiro

Conforme colocações de Groppelli e Nikbakht (2002), a função do administrador financeiro não se resume apenas ao gerenciamento de ingressos e desembolsos ocorridos, mas também na realização de projeções e aplicações que viabilizem um retorno financeiro com obtenção de lucros, para que a empresa mantenha-se competitiva no mercado e possua condições financeiras de expandir sua estrutura. De acordo com Zdanowicz (1989), a finalidade deste, não é somente manter uma situação de liquidez estável, mais sim, a de propor situações que possibilitem rentabilidade a empresa, para compensar os riscos que alguns investimentos acarretam caso não obtenham os resultados esperados.

Para o administrador financeiro, a maior parte de seu tempo é disposta para “[...] solução de problemas de capital de giro, como financiamento de estoques, gerenciamento da inadimplência de clientes e administração das insuficiências de caixa.” (SANTOS, 2001, p.15). A administração correta do capital de giro possibilita a resolução para estas ocorrências, por meio da análise e planejamento. (SANTOS, 2001).

Conforme Gitman (1978), o administrador financeiro ao gerenciar as atividades designadas possui como principal objetivo a satisfação no alcance das metas traçadas pelos proprietários da empresa. Além de maximizar o lucro, estratégia que deve ser considerada em curto prazo enfatiza que se deve almejar a maximização da riqueza, pois desta forma aumentando os investimentos na organização, os resultados a serem alcançados são mais favoráveis, visando elevação das ações desta empresa no mercado.

2.4.4 Planejamento Financeiro

Segundo Robbins (2003, p.116), o conceito de planejamento trata sobre, “[...] a definição das metas de uma organização, o estabelecimento de uma

estratégia global para alcançar essas metas e o desenvolvimento de uma hierarquia de planos abrangente para integrar e coordenar atividades.”.

Para Peleias (2002), o planejamento representa a existência da preocupação dos indivíduos na organização, em relação à análise dos fatores previsíveis futuros, traçando objetivos e meios a serem realizados para alcançar objetivos previamente delineados pela gestão da empresa. Ainda para este autor, o planejamento é uma estratégia para evitar cometer os mesmos erros que já ocorreram em algum período, na organização.

Para Sanvicente (1978), o planejamento é classificado em longo e em curto prazo. Respectivamente, o primeiro engloba ações do mercado no qual a empresa esta inserida, e o segundo é a definição das ações e meios que serão utilizados para alcançar os objetivos determinados em longo prazo, geralmente dividindo-os para que seja de fácil compreensão o que deve ser feito no período estipulado, que na maioria é de um ano. Para isso são utilizados instrumentos, como o orçamento, para servir como norte a ser seguido pela empresa no decorrer do prazo estimado.

De acordo com Groppelli e Nikbakht (2002), é necessário que o planejamento financeiro seja flexível, pois nem sempre o que foi planejado poderá ser executado, devido a mudanças que podem ocorrer no mercado. No entanto, se faz necessário o uso de ferramentas eficazes que diminuam os riscos financeiros, sempre visando o objetivo final a ser alcançado. Ressalta ainda, que através do planejamento financeiro a empresa estipula de que forma usara seus fundos para subsidiar seus interesses e fornece caminhos a serem seguidos, optando por financiamentos, investimentos e outros. Porém, é preciso manter capital de giro, para possíveis eventualidades, e cumprir com as obrigações de pagamentos padrões que a organização possui, assim como taxas e juros de eventuais empréstimos.

2.4.5 Instrumentos da Administração Financeira

Os instrumentos mais conhecidos da administração financeira, são orçamento e fluxo de caixa, abaixo seguem seus conceitos e características.

2.4.5.1 Orçamento

De acordo com Robbins (2003, p.146), o “[...] orçamento é um plano numérico de alocação de recursos para atividades específicas.”. Desta forma o gerente financeiro possui dados quantitativos para controlar seus recursos. (ROBBINS, 2003).

Segundo Zdanowicz (1989), o orçamento é um plano definido pela alta administração, para regulamentar e orientar a forma com que serão realizados os investimentos, operações e demais situações especificadas.

Conforme Sanvicente (1987), este instrumento da administração financeira pode ser elaborado sob a esfera global, onde insere todas as atividades a serem realizadas num período, ou ainda, de forma parcial, inserindo apenas determinadas atividades que julgar serem de máxima importância para suas operações.

Para Zdanowicz (1989), o orçamento pode ser estudado por meio de estágios, e os principais estágios a serem estudados são classificados em operacional, estratégico e tático. Ainda para Zdanowicz (1989, p.127), a composição do “[...] estágio operacional engloba a elaboração dos orçamentos que compõe o Plano Geral de Operações (vendas, produção, despesas operacionais, caixa, Demonstrativo do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial) [...]”, vale ressaltar ainda que neste estágio, são estudadas as variações do capital de giro. O mesmo autor, ainda cita que o estágio estratégico deve ser elaborado em curto prazo, definindo os objetivos e metas da organização a serem alcançados por meio da alocação de seus recursos. Por fim, no estágio tático, é observado o nível desejado de caixa, de acordo com as projeções realizadas nos estágios anteriores, almejando sempre, manter um equilíbrio entre os ingressos e desembolsos.

De modo geral, Sanvicente (1978), conceitua orçamento como um instrumento financeiro utilizado pelas empresas para quantificar os objetivos definidos em planos, geralmente elaborados para o período de doze meses, podendo ser classificado como global, abrangendo todos os setores da empresa ou parcial, especificando as atividades correspondentes ao orçamento.

2.4.5.2 Fluxo de Caixa

Para Silva (2006), o instrumento da administração financeira, conhecido como fluxo de caixa trata-se geralmente de uma planilha onde são informados os ingressos e desembolsos ocorridos na empresa em determinado período de tempo. Através deste, é possível que sejam realizadas projeções, para obter um planejamento adequado na organização em todos os setores.

Conforme Santos (2001), existem vários aspectos que englobam a necessidade da realização do fluxo de caixa nas empresas, demonstrando sua importância. “A principal delas é informar a capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros a curto e longo prazo.” (SANTOS, 2001, p. 57). Ainda para o autor, outras finalidades mencionadas à utilização do fluxo de caixa, estão relacionadas às projeções de formas de financiamentos e investimentos, assim como amortizações e resgates financeiros no mercado. Em detrimento a este pensamento, Silva, (2006) aborda que o principal objetivo é a visualização “[...] de todas as atividades (entradas e saídas) diárias, do grupo do ativo circulante, assim se tem uma visão das disponibilidades, representando o grau de liquidez da empresa.” (SILVA, 2006, p. 19).

Santos (2001), ainda menciona, quais as características que devem ser observadas para elaboração de um fluxo de caixa, como por exemplo, a determinação do período de tempo a ser considerado, e informa que a forma mais comum são as coberturas mensais, de trinta dias. Ressalta que além da apresentação das entradas e saídas mais representativas, deve também informar o saldo inicial e saldo final de caixa. “O saldo inicial de caixa de um período de informação é igual ao saldo final de caixa do período anterior.” (SANTOS, 2001, p.61).

Na figura 02, são indicados os principais ingressos e desembolsos que devem constar no fluxo de caixa da empresa:

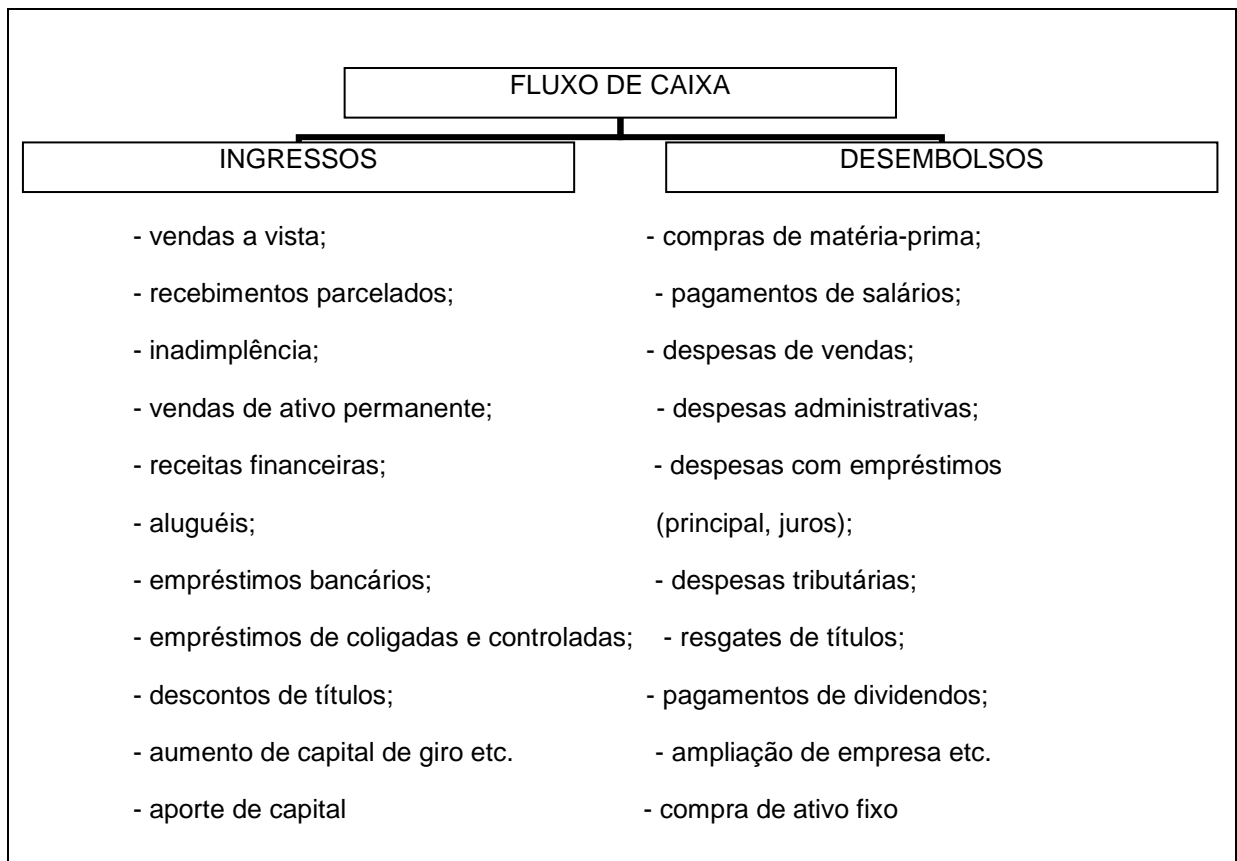


Figura 02: Principais ingressos e desembolsos do fluxo de caixa.

Fonte: SILVA, 2006, p.23.

Após a elaboração do fluxo de caixa, Silva (2006), afirma que para que análise seja realizada de forma correta, é primordial que o gerente financeiro conheça todos os setores da empresa. Assim, será possível que faça bom uso da liquidez de caixa, sendo capaz de negociar prazos de recebimento menores e prazos de pagamentos maiores, definindo políticas de pagamentos e recebimentos de forma eficaz, obtendo desta forma um capital de giro suficiente a satisfazer as necessidades da empresa.

Silva (2006, p.80), argumenta que “Os acompanhamentos das entradas e saídas devem ser comprovados por documentos, como: notas fiscais de compra e venda; títulos a receber e a pagar; notas promissórias; e duplicatas [...]”.

Para Hoji (2001), é fundamental que o administrador financeiro tenha a noção do conceito de capital de giro, que “[...] corresponde aos recursos aplicados em ativos correntes e fica girando dentro da empresa, sofre transformação em seu estado patrimonial em cada fase do ciclo operacional.” (HOJI, 2001, p.83).

Ainda de acordo com Hoji (2001), é de relativa importância o entendimento dos conceitos dos ciclos econômico, financeiro e operacional, conforme segue:

- Ciclo econômico: Inicia no momento de aquisição da matéria-prima e finaliza com a venda do produto final;
- Ciclo financeiro: Inicia quando ocorre o primeiro desembolso, e finaliza com o ingresso pelo pagamento de uma venda já efetuada;
- Ciclo operacional: Inicia e finaliza juntamente ao ciclo econômico ou financeiro, junto aquele que primeiro for iniciado.

Conforme Hoji (2001), o regime de caixa realizado na empresa, em que são planejados os fins para as sobras ou prejuízos nos períodos analisados, oriundos do controle de ingressos e desembolsos, coincide com o processo de ciclo financeiro, essa função é geralmente executada pelo tesoureiro. Já a contabilidade, preocupa-se com o regime de competência, em que “[...] as receitas são reconhecidas no momento da venda, e as despesas, quando incorridas. [...] coincide com o ciclo econômico.” (HOJI, 2001, p.86).

De acordo com Santos (2001), a implantação do fluxo de caixa em uma empresa, se caracteriza de extrema importância, pelo fato da grande maioria das organizações não possuir o instrumento, e sim apenas, informações contábeis. Desta forma, a situação real de caixa em determinados momentos não fica visível para uma eficiente administração financeira. Ressalta ainda, o fato da contabilidade não preocupar-se com resultados em “[...] períodos muito curtos, como um dia ou semana. Entretanto, o administrador financeiro precisa conhecer a situação do caixa diária ou semanalmente.” (SANTOS, 2001, p.56).

Conforme Zdanowicz (1989), utilizando o fluxo de caixa, o administrador pode controlar além de suas entradas e saídas, ou seja, planejar objetivos a serem alcançados, com a alocação de seus recursos disponíveis ou obtenção de financiamentos, para fins específicos da empresa. A necessidade de realizar de forma correta o fluxo de caixa tem como finalidade “[...] reduzir a necessidade de capital de giro, diminuir seus custos financeiros e dispor da liquidez almejada.” (ZDANOWICZ, 1989, p.33)

No quadro 02 é apresentado um modelo de fluxo de caixa mensal tradicional:

ATIVIDADES	PERÍODOS								
	Jan			Fev			Total		
	P	R	D	P	R	D	P	R	D
1. ENTRADAS									
Vendas a vista									
Cobranças em carteira									
Cobranças em bancos									
Descontos de duplicatas									
Aluguéis									
Aumento de capital social									
Vendas de ativo permanente									
Receitas financeiras									
Dividendos de coligadas e controladas									
Outros tipos de receitas									
Total de entradas									
2. SAÍDAS									
Fornecedores									
Salários									
Luz									
Telefone									
Compras a vista									
Manutenção									
Despesas administrativas									
Despesas com vendas									
Despesas financeiras									
Impostos									
Compras de ativo permanente									
Outros tipos de despesas									
Total de saídas									
3. ENTRADAS - SAÍDAS (1 - 2)									
4. SALDO INICIAL DE CAIXA									
5. DISPONIBILIDADE (3 + 4)									
6. EMPRÉSTIMOS A CAPTAR									
7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS									
8. AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS									
9. SALDO FINAL									
Observação: P= projetado; R = realizado; D = diferença (pode ser em R\$ ou em %).									

Quadro 02: Fluxo de caixa mensal (método direto).

Fonte: SILVA, 2006, p.75.

Conforme Silva (2006), o modelo apresentado no quadro 02, representa o método direto, na utilização do fluxo de caixa, e apresenta os ingressos e desembolsos realizados durante o mês. “O fluxo de caixa demonstra todas as entradas e saídas de determinado período e apontará excedente ou escassez de recursos financeiros para a formação do saldo final de caixa.” (SILVA, 2006, p.80).

Não obstante a outras apresentações de fluxo de caixa, Silva (2006), relata que a escolha do modelo a ser utilizado pela empresa é opcional de acordo com suas necessidades. O quadro 03 apresenta o modelo para controle semanal.

Itens	Períodos/ Ano							
	1ª semana		...		4ª semana		Total	
	Planej.	Realiz.	Planej.	Realiz.	Planej.	Realiz.	Planej.	Realiz.
Entradas								
Vendas a vista								
Cobrança atrasada								
Aluguéis								
Vendas de ativo fixo								
Aumento de capital								
Receitas financeiras								
Outras entradas								
Total de entradas								
Saídas								
Fornecedores								
Salários								
Despesas com pessoal								
Despesas de vendas								
Despesas administrativas								
Despesas financeiras								
Impostos								
Dividendos a distribuir								
Fgts a recolher								
Outras saídas								
Total de saídas								
Saldo de caixa								
Saldo inicial de caixa								
Saldo final de caixa								
Saldo mínimo de caixa								
Captações de recursos								
Aplicações financeiras								
Amortizações								
Resgates								
Novo saldo de caixa								

Quadro 03: Controle do fluxo de caixa semanal.

Fonte: SILVA, 2006, p.83.

De acordo com Santos (2001), a elaboração da estrutura de fluxo de caixa em uma empresa que possua sistemas informatizados, ocorre de maneira mais fácil, pois pode ser realizada uma interligação entre os sistemas, para que os dados financeiros possam ser utilizados no fluxo de caixa. Porém, se o sistema da empresa não tiver esta compatibilidade, os mesmos dados precisarão ser digitados novamente, tornando um pouco mais cansativa a tarefa.

No quadro 04, a seguir, é apresentado o modelo de fluxo de caixa proposto por Zdanowicz (1989):

Períodos	Janeiro			Fevereiro			Março			...			Total		
Itens	P	R	D	P	R	D	P	R	D	P	R	D	P	R	D
1. Ingressos															
Vendas à vista															
Cobrança em Carteira															
Cobrança Bancária															
Desconto de Duplicatas															
Venda de itens do ativo permanente															
Aluguéis recebidos															
Aumento do capital social															
Receitas financeiras															
Outros															
SOMA															
2. DESEMBOLSOS															
Compras à vista															
Fornecedores															
Salários e ordenados															
Compra de itens do ativo permanente															
Energia elétrica															
Telefone															
Manutenção de máquinas															
Despesas administrativas															
Despesas com vendas															
Despesas Tributárias															
Despesas Financeiras															
Outros															
SOMA															
3. DIFERENÇA DO PERÍODO (1-2)															
4. SALDO INICIAL DE CAIXA															
5. DISPONIBILIDADE ACUMULADA (+-3+4)															
6. NÍVEL DESEJADO DE CAIXA															
7. EMPRÉSTIMOS A CAPTAR															
8. APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO															
9. AMORTIZAÇÕES															
10. RESGATES															
11. SALDO FINAL DE CAIXA															

Quadro 04: Apresentação do modelo de fluxo de caixa.

Fonte: ZDANOWICZ, 1989, p.64.

Para Zdanowicz (1989, p.65), a “[...] vantagem deste modelo é a sua flexibilidade [...]”.

A descrição dos itens do fluxo de caixa, conforme Zdanowicz (1989) é a seguinte:

- Diferença do período: Neste item, é realizada a subtração respectivamente, entre a soma total dos ingressos e soma total de desembolsos, que ocorreram no mês analisado;
- Saldo inicial de caixa: Possui o mesmo valor do saldo final de caixa do período anterior;
- Disponibilidade Acumulada: Representa os valores acumulados no final de cada mês, ou seja, a adição entre o total da diferença do período e o saldo inicial de caixa;
- Nível desejado de caixa: Corresponde ao valor que a empresa deseja manter em caixa, ou seja, “[...] a determinação do capital de giro líquido necessário pela empresa [...]” (ZDANOWICZ, 1989, p.66);
- Empréstimos a captar: Sempre que o resultado da disponibilidade acumulada for negativo, significa que faltam recursos, para isto, deve ser realizado empréstimo no período, este valor é representado pela soma do nível desejado de caixa e o total da disponibilidade acumulada;
- Aplicações no mercado financeiro: Quando o resultado da disponibilidade acumulada for positivo, significa que existem recursos disponíveis, para que este dinheiro seja melhor gerenciado, deve ser realizada aplicação no mercado financeiro. Se houver empréstimo no período mensal anterior, este valor resulta da subtração da disponibilidade acumulada e saldo inicial de caixa, somando-o com o valor de amortização. Caso tenha ocorrido resultado positivo no mês anterior, e haver sido realizada uma aplicação financeira, a conta será resultante da subtração da disponibilidade acumulada, somando-se ao resgate da aplicação financeira;
- Amortizações: É o valor a ser pago pelo empréstimo realizado no mês anterior;
- Resgates: Trata do resgate da aplicação financeira realizada no mês anterior;

- Saldo final de caixa: É a soma dos itens de disponibilidade acumulada, empréstimos a captar, aplicações no mercado financeiro, amortizações e resgates.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Andrade (1997), pesquisa são os procedimentos a serem realizados para atingir determinado objetivo.

O conhecimento científico, conforme Köche (1999, p. 29) tem a intenção de “[...] propor uma forma sistemática, metódica e crítica da sua função de desvelar o mundo, compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo.”. Ou seja, é através do conhecimento científico que o homem é capaz de explicar fenômenos por meio de explicações, utilizando-se inicialmente de um problema, e a seguir buscando as alternativas que o solucionem, definindo então o conhecimento. (KÖCHE, 1999). Para Appolinário (2006), é necessário compreender o que significa o método científico, para concretizar o entender sobre a conceituação de conhecimento científico.

Ainda para Appolinário (2006), método significa delinear passo a passo o caminho, ou as estratégias necessárias para atingir o objetivo inicialmente determinado. Afirma ainda que, as etapas necessárias para a construção deste tipo de conhecimento são para o autor, as observações de algum fenômeno, a criação de alguma hipótese que o explique, a experimentação para comprová-la ou não, e a conclusão final, após a análise destas.

Enfim, o conhecimento científico no entender de Appolinário (2006) trata de um conhecimento oriundo dos fatos, obtido através da determinação de um método científico. Faz-se necessário a apresentação de verificabilidade, ou seja, ser comprovado, para ser válido.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

As pesquisas possuem muitas classificações. Neste tópico foram abordados os tipos de pesquisa utilizados de acordo com os objetivos específicos do presente estudo, as quais se denominam em: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

3.1.1 Pesquisa Bibliográfica

Conforme Andrade (1997), os trabalhos universitários têm como característica, a utilização de pesquisa bibliográfica em seu desenvolvimento. Para isso fez-se o uso de bibliotecas, em que foram identificadas as fontes utilizadas na pesquisa, por meio de consultas a acervos de obras.

Para Gil (1996), as pesquisas bibliográficas são aquelas desenvolvidas com base em materiais já existentes e menciona os livros de referência, como uma das principais fontes utilizadas neste tipo de pesquisa, enfatizando que estes são também conhecidos como livros de consulta, pois abordam temas geralmente específicos facilitando ao pesquisador, a obtenção de informações de forma rápida. Ressalta ainda, a importância da utilização de varias obras oriundas de fontes diversas, para garantir que estas sejam fidedignas.

De acordo com Andrade (1997, p.40), a “Bibliografia, portanto, é o conjunto de obras escritas para esclarecer fontes primárias, analisá-las, divulgá-las ou estabelecê-las.”. Podem ser classificadas em fontes primárias em que as informações contidas são originais, e fontes secundárias que já sofreram algum tipo de interpretação enquanto fonte primária. (ANDRADE, 1997).

Ainda, para Andrade (1997), as fases da pesquisa bibliográfica dividem-se em: escolha e delimitação do tema; coleta de dados; localização das informações; documentação dos dados; seleção do material; plano do trabalho; redação das partes; leitura crítica para a redação final e organização da bibliografia.

Conforme Köche (1999), a pesquisa bibliográfica é utilizada em sua maioria, quando o objetivo do pesquisador é explicar algum problema, baseado em teorias já existentes.

Portanto, neste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica no momento da fundamentação teórica, além da utilização da mesma para sustentar os resultados da pesquisa de campo que foi realizada.

3.1.2 Pesquisa Documental

A pesquisa documental conforme Gil (1996), é muito similar a pesquisa bibliográfica. A diferença consiste no fato de que a segunda é elaborada com base

em fontes de conhecimentos de diversos autores, em documentos já publicados. Enquanto a pesquisa documental é conduzida com base em “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (GIL, 1996, p.51).

Para Gil (1996), este tipo de pesquisa é vantajoso da perspectiva econômica, pois pouco se gasta para realizá-la. Além do mais, é ainda uma forma de obter dados estáveis sem precisar manter contato direto com as pessoas relacionadas à pesquisa.

No presente estudo a pesquisa documental foi utilizada no momento de coletar dados na área financeira da cooperativa, para análise e formulação do modelo ideal de fluxo de caixa.

3.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

Conforme Appolinário (2006), existem dois tipos de abordagem de pesquisa quanto a sua natureza, estes são qualitativa e quantitativa. A quantitativa preocupa-se em quantificar dados, generalizando-os. A abordagem utilizada no presente estudo foi à qualitativa.

Para Appolinário (2006), a utilização da análise qualitativa de dados, permite que esta seja elaborada inclusive durante o processo da coleta. Ainda afirma que seu principal objetivo não é resultar em dados generalizados que expliquem o fenômeno, mais sim, organizá-los corretamente, visto que o número de informações resultantes em grande parte dos casos é elevado, e utilizá-los para qualificá-los por meio da análise e interpretação, “[...] normalmente prevê a coleta dos dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado.” (APPOLINÁRIO, 2006, p. 61).

Dentre as formas de análise dos dados neste tipo de abordagem, Appolinário (2006, p.160), afirma que estas estão relacionadas às “[...] escolhas teórico-metodológicas feitas pelo pesquisador ainda na fase de concepção do projeto da pesquisa.”.

A escolha da abordagem qualitativa no presente estudo deve-se ao fato de que apesar de tratar-se de uma pesquisa relacionada à área financeira da cooperativa, que utilizou em grande parte do tempo de dados estatísticos e

financeiros, o objetivo final de suas utilizações, foi a de qualificar o setor, por meio da implantação de um importante instrumento de análise e planejamento financeiro. Para isto, foi além de estruturado o modelo apropriado, apresentado a importância do mesmo.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

No entender de Appolinário (2006) a população pode ser entendida como uma totalidade que possui características em comum, e amostra como uma parte da população extraída com a utilização de algum método de amostragem.

Ainda para Appolinário (2006) as amostras podem ser classificadas em probabilísticas, em que se utiliza a probabilidade para determinar qual parte da população será utilizada para a pesquisa, já que dentre estas, quaisquer uma possui condições de ser escolhida, e não-probabilísticas, em que a seleção é feita de outra forma. As amostragens probabilísticas são classificadas em:

- Amostragem Aleatória Simples: Qualquer membro da população pode ser escolhido para participar da amostra, todos possuem a mesma chance de serem escolhidos. É realizada normalmente por meio de um sorteio;
- Amostragem Estratificada: Ocorre quando a amostragem é dividida em classes diferentes, ou seja, são estratificadas. Pode ser considerada proporcional, onde o número de componentes da classe é proporcional a população, ou não-proporcional, quando a quantidade de participantes da classe é desproporcional a população em questão;
- Amostragem Sistemática: “[...] a expansão da amostra se dá sistematicamente por meio de algum critério posicional aplicado à lista original de integrantes da população.” (APPOLINÁRIO, 2006, p.129). Ou seja, são determinados critérios para seleção da amostragem;
- Amostragem por Conglomerados: Quando o pesquisador não obtém os dados de todos os indivíduos da população que será considerada na pesquisa, porém, possui informações com relação a subgrupos da mesma, pode realizar primeiramente a escolha dos subgrupos, e posteriormente é selecionada a amostragem dentro do conglomerado;
- Amostragem de Múltiplos Estágios: “[...] várias etapas são realizadas

até que se obtenha a amostra final.” (APPOLINÁRIO, 2006, p.130). Geralmente quando a população é demasiadamente grande.

Com relação à classificação ainda podem ser consideradas não-probabilísticas conforme mencionado, e subdivide-se em: (APPOLINÁRIO, 2006).

- Amostragem Bola de Neve: O indivíduo escolhido para fazer parte da amostragem indica outro, e assim sucessivamente;
- Amostragem por Conveniência: Neste tipo de amostragem são escolhidos os indivíduos de acordo com a conveniência por parte do pesquisador;
- Amostragem por quotas: São estabelecidos critérios para a escolha da amostragem anteriormente ao processo.

Enfim, no trabalho em questão a população utilizada, foi a Cooperativa de Energia Treviso. A amostra é classificada como não-probabilística e amostragem por conveniência, ou seja, o setor financeiro da empresa.

3.4 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

No entender de Andrade (1997), as técnicas de pesquisa estão possuem ligação direta com a coleta de dados. Trata da determinação de quais caminhos serão realizados, e de que forma estes serão executados, para obter os dados necessários a pesquisa. “Portanto, observa-se que método constitui um procedimento geral, enquanto técnica abrange procedimentos específicos.” (ANDRADE, 1997, p.115).

Para Lakatos e Marconi (1992), as técnicas de pesquisa, podem ser consideradas como documentação direta, classificando-se em direta intensiva quando utilizar de técnicas de observação ou entrevistas, e direta extensiva quando tratar de questionários, formulários, medidas de opinião e de atitudes, testes, pesquisas de mercados dentre outros, ou indireta, quando falar-se em pesquisas do tipo bibliográfica e documental. Então, de acordo com estas classificações de procedimentos que foram utilizados, é possível indicar a classificação desta pesquisa como documentação indireta.

Segundo Appolinário (2006) a coleta de dados, é a etapa em que os dados são adquiridos através do instrumento escolhido, em que é mensurado o

objeto de pesquisa. A pesquisa que foi utilizada no presente estudo é a pesquisa documental, pois tem por base documentos da área financeira para sua elaboração.

Para Andrade (1997), a coleta de dados deve ser cuidadosamente estabelecida previamente a sua aplicação. Desta forma, a ordem cronológica de execução das atividades será preservada, de modo a garantir melhores resultados no processo de coleta.

Portanto, para Martins (2009), a técnica de coleta de dados deve ser utilizada para obter os dados que posteriormente serão analisados, para dar continuidade a pesquisa e obter conclusões sobre o tema abordado.

Conforme Lima (2004), a técnica de coleta de dados documental, geralmente, consiste na análise de materiais e documentos, que até o momento não sofreram nenhum tipo de análise ou interpretação. As fontes podem ser consideradas primárias quando são produzidas por pessoas que estão diretamente ligadas ao fato pesquisado, ou secundárias, quando são formuladas por outros indivíduos. Ainda para Lima (2004), os documentos oriundos de arquivos públicos são mais acessíveis que os de empresas particulares.

Na concepção de Martins (2009) uma pesquisa poderá ser exclusivamente documental, fato correspondente ao presente estudo, ou utilizar a técnica para complementar as evidências obtidas por meio de outras técnicas, em ambos os casos, é fundamental que seja verificada se as informações contidas nos documentos utilizados na pesquisa são confiáveis.

Foram utilizados nesta pesquisa, documentos de origem da área financeira da Cooperativa de Energia Treviso, ou seja, balancetes mensais, que englobaram todas as contas de débito e crédito dos períodos, e corresponderam aos itens estipulados no modelo de fluxo de caixa que foi considerado adequado à empresa, para que o mesmo fosse formulado com base nos dados coletados.

3.5 AMBIENTE DE PESQUISA

A Cooperativa de Energia Treviso - CERTREL está localizada no município de Treviso, Santa Catarina. Foi fundada por Modesto Carminati, na data de 27 de maio de 1972, para suprir a necessidade de fornecimento de energia elétrica na cidade, atuando a 38 anos no mercado.

Atualmente a CERTREL é uma cooperativa sólida e eficaz quanto ao fornecimento de energia elétrica a todos seus cooperados, realizando com eficácia as manutenções sempre que necessárias em suas redes, além de oferecer um ótimo atendimento. No presente ano de 2010, regularizou sua situação junto a Aneel.

O ambiente em que a pesquisa foi realizada na maior parte do tempo, responde ao setor financeiro, juntamente ao gerente da área e o contador da cooperativa.

3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Segundo Andrade (1997), inicialmente é necessário observar se os dados coletados são suficientes e se foram obtidos corretamente por meio da aplicação dos instrumentos de coleta, para prosseguir então a análise e interpretação destes. Em seguida, devem ser classificados em categorias, pois a execução deste procedimento, além de “[...] facilitar a contagem e a tabulação, transforma dados qualitativos em quantitativos, tornando mais clara sua representação.” (ANDRADE, 1997, p.133). Desta forma, os dados são tabulados em tabelas para melhor visualização e compreensão. (ANDRADE, 1997).

Conforme Andrade (1997), a análise de dados significa verificar as relações e semelhanças entre os dados obtidos e o objeto de estudo, por meio da organização e classificação destes para que sejam analisados e permitam chegar a conclusões que os expliquem. Já a interpretação, consiste em relacionar as conclusões adquiridas pela análise, com os demais conhecimentos obtidos pelo pesquisador. Para Appolinário (2006), no caso de pesquisas qualitativas a análise de dados é feita através da análise do conteúdo e suas interpretações.

De acordo com Martins (2009), em casos de análise de dados qualitativos, após a sua coleta, estes devem ser simplificados, desconsiderando o que não for necessário ou não estiver relacionado ao objeto de estudo, e em seguida devem ser organizados para facilitar o entendimento ao pesquisador que ira interpretá-los e obter conclusões.

Portanto, na presente pesquisa, após a realização da coleta de dados por meio da técnica selecionada, ressaltando que esta foi à documental, estes foram analisados e interpretados. A análise dos documentos coletados foi redigida da

seguinte forma: os dados foram classificados em ingressos e desembolsos, e tabulados em uma planilha do Microsoft Excel, onde foram realizados os devidos ajustes para visualização adequada do setor financeiro da cooperativa, e então foram direcionados a uma segunda planilha onde constou o modelo de fluxo de caixa considerado ideal, por meio da interpretação dos dados.

4 EXPERIÊNCIA DE PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os dados da experiência de pesquisa na Cooperativa de Energia Treviso, tendo como base a fundamentação teórica desenvolvida no capítulo anterior.

Inicialmente, foram coletados os dados necessários para análise dos ingressos e desembolsos que ocorreram no período analisado, referente ao ano de 2009, utilizando a pesquisa documental, no setor financeiro. A gerência financeira da cooperativa e o contador disponibilizaram os balancetes do período mencionado, onde foi possível analisar todas as contas do ativo e passivo, e os resultados do exercício.

A Cooperativa de Energia Treviso, utiliza para averiguação de seus resultados mensais, balancetes e relatórios contábeis, sendo que os dados de entradas e saídas são todos lançados no sistema gerencial da empresa. No decorrer do mês, e sempre que necessários, são extraídos do sistema, porém, a ferramenta fluxo de caixa não está habilitada no mesmo, e tampouco disponível em outro documento para que a gerência financeira possa realizar o controle adequado de seus recursos, e realizar suas projeções de aplicação quando houver sobra de caixa, ou empréstimos quando houver resultados negativos.

O modelo de balancete utilizado pela pesquisadora, para obtenção dos dados financeiros, e para a elaboração da proposta de fluxo de caixa está contido no anexo. Portanto, observando o exposto nos balancetes em anexo, é possível observar a carência da empresa, na visualização de suas entradas e saídas, sendo que o resultado de exercício por si só, não traduz a situação real da empresa em determinado período, fazendo-se então, de muita importância à elaboração de uma proposta de fluxo de caixa.

Após a análise dos dados expostos nos balancetes, foram selecionados aqueles referentes ao resultado de exercício, como itens a serem abordados no fluxo de caixa. A seleção baseou-se nos dados significativos de entradas e saídas, que podem ser observados nos balancetes como, itens de débitos e de créditos. Os dados retirados do resultado de exercício foram analisados por setor, os quais se dividem em: Distribuição, Administração e Comercialização.

As contas de ingressos são representadas em grande parte pela receita

de venda da energia elétrica. Os dados mensais dos ingressos foram lançados em uma planilha auxiliar no Excel, classificadas em três contas de valores representativos financeiramente, conforme segue no quadro 05, abaixo:

Ingressos da Cooperativa de Energia Treviso – ano de 2009			
Meses	Comercialização de Energia Elétrica	Outras Receitas e Rendas	Receita de Venda de Produtos e Serviços
Janeiro	R\$ 618.999,09	R\$ 6.460,00	R\$ 3.632,40
Fevereiro	R\$ 625.472,29	R\$ 3.276,34	R\$ 3.632,40
Março	R\$ 715.096,64	R\$ 3.951,21	R\$ 7.264,80
Abril	R\$ 632.348,00	R\$ 5.703,61	R\$ 3.632,40
Maio	R\$ 639.945,25	R\$ 19.822,11	-
Junho	R\$ 640.014,90	R\$ 4.724,59	R\$ 7.264,80
Julho	R\$ 703.385,65	R\$ 21.371,12	R\$ 3.632,40
Agosto	R\$ 740.012,49	R\$ 9.858,04	R\$ 3.632,40
Setembro	R\$ 767.168,21	R\$ 13.823,13	R\$ 3.632,40
Outubro	R\$ 702.624,75	R\$ 6.994,39	R\$ 3.632,40
Novembro	R\$ 757.454,62	R\$ 10.004,52	R\$ 3.632,40
Dezembro	R\$ 740.930,98	R\$ 11.976,23	-
Total	R\$ 8.283.452,87	R\$ 117.965,29	R\$ 43.588,80

Quadro 05: Ingressos da Cooperativa de Energia Treviso – ano de 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

O valor total da conta, Comercialização de Energia Elétrica, engloba as receitas de operações com energia elétrica, obtidas pelo fornecimento de energia nos seguintes setores: Residencial; Industrial; Comercial; Rural; Poderes Públicos; Iluminação Pública; Serviço Público e Convênio de Iluminação Pública.

A conta outras receitas e vendas, na tabela de Ingressos da Cooperativa de Energia Treviso, no ano de 2009, faz referência a valores provenientes de serviços taxados, os quais são: Taxa de Religação, Segunda via de Faturas, Aluguel de Transformador e outros serviços. A soma destes itens mencionados integra o valor total da conta.

Ainda com relação aos ingressos, a conta Receita de Venda de Produtos e Serviços trata da venda de serviços, como por exemplo, o compartilhamento de postes.

Após a realização do levantamento de ingressos, foi iniciada a classificação de contas, dos itens de desembolsos. Foi elaborado um quadro com os gastos por setor, no ano de 2009.

Segue o quadro 06, sobre desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009, ocorridos no Setor de Distribuição:

Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009												
Setor de Distribuição												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Gastos Operacionais:												
Salários	R\$ 117.168,15	R\$ 73.194,87	R\$ 58.322,19	R\$ 32.049,13	R\$ 54.476,71	R\$ 104.909,85	R\$ 64.464,68	R\$ 52.705,46	R\$ 82.208,90	R\$ 79.718,39	R\$ 80.385,39	R\$ 85.336,56
Ordenados	R\$ 41.158,46	R\$ 39.295,26	R\$ 36.471,05	R\$ 17.042,64	R\$ 28.077,06	R\$ 24.933,58	R\$ 33.116,71	R\$ 27.572,29	R\$ 43.902,88	R\$ 46.466,67	R\$ 47.190,31	R\$ 49.798,16
INSS	R\$ 28.463,55	R\$ 17.173,13	R\$ 13.942,03	R\$ 7.203,15	R\$ 12.728,01	R\$ 25.048,26	R\$ 14.132,36	R\$ 12.214,63	R\$ 18.332,55	R\$ 17.868,32	R\$ 16.881,59	R\$ 19.091,34
FGTS	R\$ 6.570,47	R\$ 3.767,23	R\$ 3.220,66	R\$ 1.919,03	R\$ 3.226,43	R\$ 6.147,37	R\$ 3.437,42	R\$ 2.999,33	R\$ 4.736,58	R\$ 4.573,44	R\$ 8.366,74	R\$ 4.844,50
Férias	R\$ 37.433,17	R\$ 4.448,00	R\$ 1.128,77	R\$ 2.639,99	R\$ 5.432,35	R\$ 45.145,38	R\$ 5.772,66	R\$ 5.798,86	R\$ 8.587,15	R\$ 6.156,07	R\$ 3.586,78	R\$ 6.392,63
13º salário	R\$ 3.542,50	R\$ 3.348,25	R\$ 3.559,68	R\$ 3.244,32	R\$ 5.012,35	R\$ 3.635,26	R\$ 4.079,53	R\$ 4.120,35	R\$ 6.649,74	R\$ 4.518,89	R\$ 4.359,97	R\$ 4.366,93
Roupas Profis.	-	R\$ 5.163,00	-	-	-	-	R\$ 3.916,00	-	-	R\$ 135,00	-	R\$ 843,00
Material:												
Combustíveis	R\$ 8.807,11	-	R\$ 4.346,79	R\$ 6.449,75	R\$ 3.192,27	R\$ 7.808,69	R\$ 6.447,34	R\$ 7.062,60	R\$ 5.769,28	R\$ 3.955,86	R\$ 2.994,17	R\$ 3.093,50
Ferram. Perecíveis	R\$ 7.431,60	R\$ 29.944,11	R\$ 5.897,90	R\$ 16.600,63	R\$ 4.304,25	R\$ 43.766,95	R\$ 61.368	R\$ 14.558	R\$ 24.822,30	R\$ 34.672,45	R\$ 60.125,21	R\$ 63.325,30
Máquinas e Equip.	-	R\$ 2.100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros:												
Linhas e Redes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 185,40
Manut.Transformador	R\$ 5.683,86	R\$ 3.767,50	R\$ 8.130,44	R\$ 9.595,50	-	R\$ 4.000,59	-	-	R\$ 1.881,54	-	R\$ 5.876,21	R\$ 7.089,49
Manut. De Veículos	-	-	-	-	R\$ 1.068,20	R\$ 2.615	-	R\$ 358,49	R\$ 338,60	R\$ 1.254,75	R\$ 788,27	-
Seguros:												
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 4.773,85
Tributos:												
PIS	R\$ 411,58	R\$ 392,95	R\$ 366,04	R\$ 185,55	R\$ 297,39	R\$ 261,62	R\$ 331,17	R\$ 275,72	R\$ 439,71	R\$ 464,67	R\$ 471,57	R\$ 497,98

Quadro 06: Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009, com o Setor de Distribuição.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

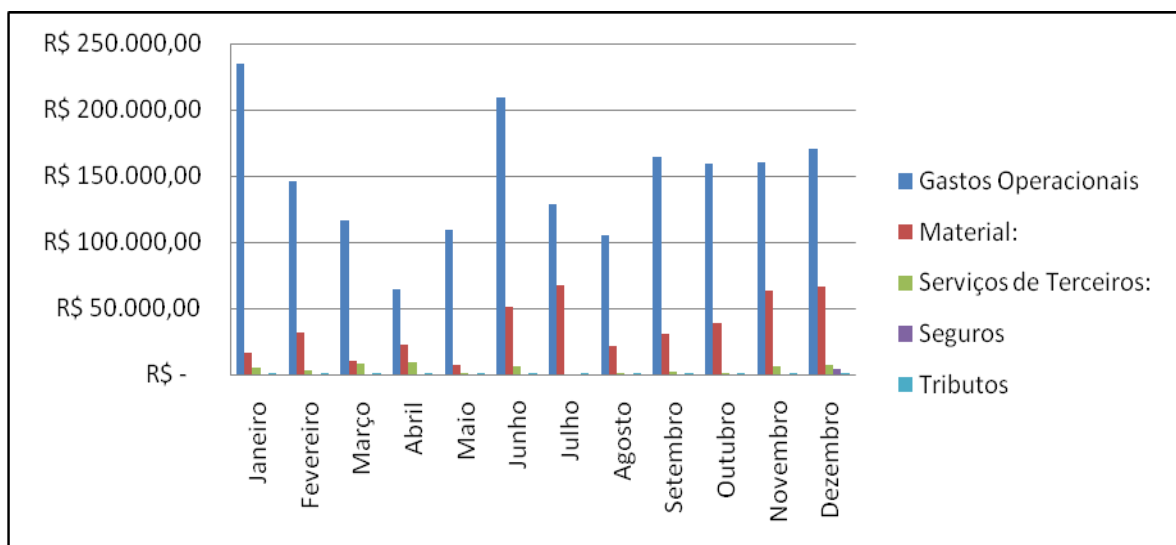


Figura 03: Desembolsos do Setor de Distribuição, ano de 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

A figura 03 demonstra que a maior parte dos desembolsos que ocorreram no setor de Distribuição da cooperativa, estão classificados, na conta de Gastos Operacionais, ou seja, saídas relativas com: Salários; Ordenados; INSS; FGTS; Férias; 13º Salário e Roupas Profissionais. Os maiores valores desta conta ocorreram nos meses de janeiro e junho, devido às saídas relativas a férias de funcionários do setor de Distribuição, pois na cooperativa, este benefício trabalhista é incentivado nestes meses, devido a preferências de seus funcionários.

A segunda conta, de maior representatividade nos desembolsos deste setor, é a de materiais, a qual engloba saídas com: Combustíveis; Ferramentas Perecíveis; Máquinas e Equipamentos.

A mesma técnica foi utilizada para o setor de Administração, conforme quadro 07 abaixo:

Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009												
Setor de Administração												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Gastos Operacionais	R\$ 51.439,88	R\$ 39.113,55	R\$ 44.471,50	R\$ 50.581,31	R\$ 48.056,67	R\$ 75.919,14	R\$ 39.460,36	R\$ 49.392,02	R\$ 52.511,92	R\$ 50.185,98	R\$ 56.212,59	R\$ 29.676,17
Salários	R\$ 29.815,99	R\$ 23.460,93	R\$ 26.143,16	R\$ 29.112,00	R\$ 27.741,67	R\$ 41.785,32	R\$ 19.845,18	R\$ 29.000,01	R\$ 29.757,64	R\$ 28.906,38	R\$ 31.908,26	R\$ 18.638,86
Ordenados	R\$ 6.451,10	R\$ 6.842,17	R\$ 6.842,17	R\$ 8.907,72	R\$ 8.704,49	R\$ 8.799,79	R\$ 8.369,76	R\$ 9.179,86	R\$ 7.971,10	R\$ 9.101,23	R\$ 11.055,31	-
INSS	R\$ 3.765,71	R\$ 4.289,58	R\$ 4.102,22	R\$ 4.578,29	R\$ 4.566,67	R\$ 7.543,35	R\$ 4.404,65	R\$ 4.666,98	R\$ 4.984,60	R\$ 4.641,25	R\$ 4.728,99	R\$ 2.368,26
FGTS	R\$ 1.024,29	R\$ 655,04	R\$ 653,78	R\$ 851,19	R\$ 846,46	R\$ 1.649,66	R\$ 800,19	R\$ 877,20	R\$ 953,46	R\$ 869,65	R\$ 1.799,81	R\$ 298,16
Férias	R\$ 5.821,71	R\$ 769,14	R\$ 759,99	R\$ 989,80	R\$ 919,95	R\$ 11.087,52	R\$ 935,58	R\$ 1.019,97	R\$ 2.565,48	R\$ 1.011,25	R\$ 1.041,15	R\$ 2.943,44
Vale Alimentação	R\$ 4.030,00	R\$ 2.520,00	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00	R\$ 4.320,00	R\$ 4.320,00	R\$ 5.105,00	R\$ 4.648,00	R\$ 4.898,00	R\$ 4.898,00	R\$ 4.898,00	R\$ 4.644,00
13º Salário	R\$ 531,08	R\$ 576,69	R\$ 570,18	R\$ 742,31	R\$ 957,43	R\$ 733,50	-	-	R\$ 1.381,64	R\$ 758,22	R\$ 781,07	R\$ 783,45
Material:	R\$ 13.120,68	R\$ 10.511,08	R\$ 8.116,67	R\$ 6.216,52	R\$ 7.818,35	R\$ 2.606,17	R\$ 10.255,50	R\$ 2.979,57	R\$ 7.376,27	R\$ 8.264,21	R\$ 3.985,80	R\$ 7.891,32
Mat. Auxiliar e de Consumo	R\$ 7.298,00	R\$ 9.291,43	R\$ 5.834,86	R\$ 2.357,57	R\$ 2.307,80	R\$ 1.199,00	R\$ 5.370,50	R\$ 2.349,35	R\$ 5.081,51	R\$ 1.924,31	R\$ 3.985,80	R\$ 7.293,61
Mat. De Escritório	R\$ 5.822,68	R\$ 1.219,65	R\$ 2.281,81	R\$ 3.858,95	R\$ 5.510,55	R\$ 1.407,17	R\$ 4.885,00	R\$ 630,22	R\$ 2.294,76	R\$ 6.339,90	-	R\$ 597,71
Serviços de Terceiros:	R\$ 56.188,20	R\$ 28.313,33	R\$ 31.005,61	R\$ 42.354,58	R\$ 55.092,31	R\$ 45.979,65	R\$ 48.616,02	R\$ 41.511,76	R\$ 50.046,87	R\$ 51.804,07	R\$ 64.989,84	R\$ 69.210,28
Convenio Hospitalar	R\$ 86,00	R\$ 106,00	R\$ 78,00	R\$ 84,00	R\$ 85,00	R\$ 88,00	R\$ 94,00	R\$ 104,00	R\$ 91,00	R\$ 85,00	R\$ 84,00	R\$ 87,00
Fundo da Infância e Adolescência	R\$ 21,50	R\$ 23,50	R\$ 21,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 21,50	R\$ 20,50	R\$ 17,50	R\$ 22,50	R\$ 26,50	R\$ 21,50	R\$ 21,50
Manutenção de Veículos	R\$ 2.309,16	R\$ 1.030,30	R\$ 1.237,73	R\$ 3.798,83	R\$ 3.859,50	R\$ 3.317,90	R\$ 3.278,99	R\$ 3.640,40	R\$ 1.534,53	R\$ 3.435,38	R\$ 4.699,04	R\$ 1.502,80
Combustíveis	R\$ 3.233,99	-	R\$ 997,38	-	R\$ 1.757,85	-	-	R\$ 40,02	-	-	R\$ 10,00	-
Telecomunicações	R\$ 150,00	-	R\$ 253,48	-	-	-	-	R\$ 1.190,00	-	-	-	R\$ 210,00
Manutenção de Equipamentos	R\$ 240,00	R\$ 75,00	-	-	-	-	R\$ 5.349,01	-	R\$ 363,00	-	-	R\$ 500,00
Fretes	R\$ 42,13	R\$ 75,00	R\$ 56,88	R\$ 108,10	-	R\$ 13,92	R\$ 54,75	R\$ 143,97	R\$ 106,10	R\$ 69,17	R\$ 56,45	R\$ 107,60
Serviços Temporários	R\$ 988,00	R\$ 102,70	R\$ 1.405,26	R\$ 584,00	R\$ 8.731,23	-	-	-	-	R\$ 400,00	R\$ 800,00	R\$ 14.166,81
Água	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 18,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00	R\$ 36,00
Segurança e Vigilância	R\$ 3.254,00	R\$ 10,00	R\$ 256,92	R\$ 20,00	R\$ 44,50	-	-	-	R\$ 32,00	-	R\$ 12,00	R\$ 170,00
Telefone e Telex	R\$ 5.897,72	R\$ 4.195,08	R\$ 2.941,63	R\$ 3.757,88	R\$ 3.686,23	R\$ 4.731,39	R\$ 3.328,13	R\$ 4.046,05	R\$ 4.216,22	R\$ 3.509,36	R\$ 5.691,15	R\$ 4.285,67
Viagens e Representações	R\$ 2.040,50	R\$ 403,04	R\$ 447,05	R\$ 192,35	R\$ 1.795,00	R\$ 39,95	R\$ 1.048,55	R\$ 74,00	R\$ 67,20	R\$ 233,00	R\$ 1.381,82	R\$ 292,65
Serviços Profis. Contratados	R\$ 37.889,20	R\$ 22.256,71	R\$ 23.273,78	R\$ 33.750,92	R\$ 35.074,50	R\$ 37.748,99	R\$ 35.406,09	R\$ 32.219,82	R\$ 43.578,32	R\$ 44.009,66	R\$ 52.197,88	R\$ 47.830,25
Seguros	-	-	-	-	-	-	R\$ 403,46	R\$ 759,98	R\$ 759,97	R\$ 346,07	-	R\$ 346,07
												Continua ...

... continuação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Tributos	R\$ 6.148,15	R\$ 4.156,14	R\$ 3.405,62	R\$ 3.140,30	R\$ 5.955,80	R\$ 3.330,07	R\$ 3.211,33	R\$ 3.480,86	R\$ 4.359,52	R\$ 4.691,46	R\$ 3.680,59	R\$ 3.548,34
PIS	R\$ 64,51	R\$ 68,42	R\$ 68,42	R\$ 89,08	R\$ 87,04	R\$ 88,00	R\$ 83,70	R\$ 91,80	R\$ 79,71	R\$ 91,01	R\$ 93,70	-
Impostos e Taxas	R\$ 4.121,82	R\$ 3.803,70	R\$ 3.261,56	R\$ 2.184,30	R\$ 5.001,84	R\$ 2.359,31	R\$ 2.228,74	R\$ 3.313,42	R\$ 4.204,17	R\$ 4.524,81	R\$ 3.511,25	R\$ 3.472,70
OCESC	R\$ 1.961,82	R\$ 202,19	R\$ 75,64	R\$ 866,92	R\$ 866,92	R\$ 882,76	R\$ 898,89	R\$ 75,64	R\$ 75,64	R\$ 75,64	R\$ 75,64	R\$ 75,64
IPTU	-	R\$ 81,83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos Diversos	R\$ 30.829,86	R\$ 16.845,86	R\$ 14.310,44	R\$ 3.492,15	R\$ 24.949,59	R\$ 25.566,70	R\$ 26.356,61	R\$ 29.925,56	R\$ 30.114,99	R\$ 33.682,21	R\$ 32.345,22	R\$ 22.791,13
Aluguel	-	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00	R\$ 415,00
Patrocínio e Doações	R\$ 970,00	R\$ 120,00	R\$ 1.750,00	R\$ 390,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.130,00	R\$ 1.190,00	R\$ 1.130,00	R\$ 2.284,00	R\$ 1.130,00	R\$ 670,00	R\$ 5.304,75
Energia Elétrica	R\$ 26.849,27	R\$ 13.877,76	R\$ 10.057,78	R\$ 1.440,95	R\$ 21.465,38	R\$ 22.282,82	R\$ 22.139,89	R\$ 24.018,91	R\$ 25.683,99	R\$ 30.155,64	R\$ 29.705,05	R\$ 16.265,93
Correios	R\$ 207,50	R\$ 230,80	R\$ 237,60	R\$ 221,70	R\$ 65,05	R\$ 455,50	R\$ 213,00	R\$ 840,95	R\$ 212,00	R\$ 213,00	R\$ 293,40	R\$ 262,82
Copa, Cozinha e Refeições	R\$ 1.603,09	R\$ 1.617,30	R\$ 1.087,06	R\$ 469,50	R\$ 604,16	R\$ 865,38	R\$ 1.158,72	R\$ 1.850,70	-	R\$ 1.118,57	R\$ 261,77	R\$ 442,63
Revistas e Publicações	R\$ 1.200,00	R\$ 585,00	R\$ 763,00	R\$ 555,00	R\$ 400,00	R\$ 418,00	R\$ 1.240,00	R\$ 1.670,00	R\$ 1.520,00	R\$ 650,00	R\$ 1.000,00	R\$ 100,00
Outras Despesas Pessoais	R\$ 9.865,00	R\$ 2.860,00	R\$ 1.341,70	R\$ 2.687,01	R\$ 902,53	R\$ 1.705,85	R\$ 16.829,09	R\$ 2.151,90	R\$ 15.517,36	R\$ 6.609,87	R\$ 2.398,66	R\$ 8.929,84
Publicidades	R\$ 8.940,37	R\$ 2.860,00	R\$ 1.341,70	R\$ 2.321,99	R\$ 190,00	R\$ 1.705,85	R\$ 13.950,00	R\$ 2.151,90	R\$ 15.155,31	R\$ 6.609,87	R\$ 2.303,66	R\$ 7.279,64

Quadro 07: Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009, com o Setor de Administração.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

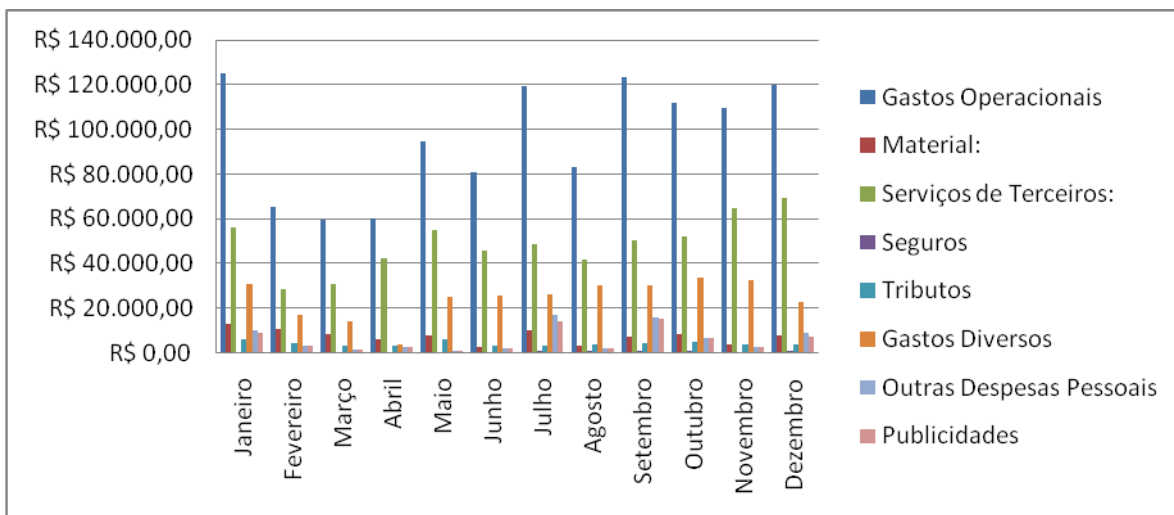


Figura 04: Desembolsos do Setor de Administração, ano de 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

De acordo com a figura 04, é possível verificar que o setor de Administração, no ano de 2009, assim como o setor Distribuição, possuiu a maior parte de seus desembolsos correspondentes a saídas referentes a gastos operacionais com seus funcionários.

A conta Serviços de Terceiros neste setor, tem abrangência a gastos com: Convênio Hospitalar; Doações ao Fundo da Infância e Adolescência; Manutenção de Veículos; Manutenção de Equipamentos; Telecomunicações; Fretes; Serviços Temporários; Água; Segurança e Vigilância; Telefone e Telex; Viagens e Representações; Serviços Profissionais Contratados.

Portanto, a contratação de serviços de terceiros profissionais, acarreta a uma saída significativa durante o ano de 2009, estes serviços são necessários para a cooperativa, dentre estes se mencionam, gastos com advocacias, gráficas, assinaturas com jornais, manutenção do sistema gerencial pela empresa contratada, entre outros.

Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009												
Setor de Comercialização												
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Gastos Operacionais	R\$ 38.743,38	R\$ 34.428,66	R\$ 41.353,70	R\$ 35.224,46	R\$ 82.981,72	R\$ 67.432,74	R\$ 102.970,52	R\$ 85.589,16	R\$ 73.191,28	R\$ 22.209,66	R\$ 20.162,04	R\$ 47.021,94
Salários	R\$ 20.371,69	R\$ 17.214,33	R\$ 20.676,85	R\$ 17.612,23	R\$ 41.490,86	R\$ 33.716,37	R\$ 51.485,26	R\$ 42.794,58	R\$ 36.595,64	R\$ 11.104,83	R\$ 10.081,02	R\$ 23.460,97
Ordenados	R\$ 11.540,30	R\$ 9.435,20	R\$ 11.530,30	R\$ 10.541,30	R\$ 28.437,00	R\$ 22.835,06	R\$ 25.972,47	R\$ 29.000,87	R\$ 25.416,45	R\$ 6.517,60	R\$ 5.577,60	R\$ 7.818,10
INSS	R\$ 3.737,37	R\$ 2.859,32	R\$ 3.802,76	R\$ 3.565,70	R\$ 8.418,69	R\$ 6.661,75	R\$ 10.659,10	R\$ 8.678,08	R\$ 7.503,25	R\$ 2.409,72	R\$ 2.415,75	R\$ 4.926,78
FGTS	R\$ 1.084,03	R\$ 1.690,11	R\$ 1.101,80	R\$ 1.040,45	R\$ 2.463,41	R\$ 2.003,99	R\$ 3.024,10	R\$ 2.527,09	R\$ 2.154,93	R\$ 641,36	R\$ 567,79	R\$ 1.380,26
Férias	R\$ 1.048,34	R\$ 263,75	R\$ 1.281,14	R\$ 1.370,61	R\$ 1.235,52	R\$ 1.272,19	R\$ 10.893,30	R\$ 1.250,24	R\$ 869,10	R\$ 880,77	R\$ 868,78	R\$ 8.783,91
Indenizações Trabalhistas	-	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13º salário	R\$ 961,65	R\$ 965,95	R\$ 960,85	R\$ 1.094,17	R\$ 936,24	R\$ 943,38	R\$ 936,29	R\$ 1.338,30	R\$ 651,91	R\$ 655,38	R\$ 651,10	R\$ 651,92
Material:	R\$ 4.598,65	R\$ 7.000,27	R\$ 5.906,74	R\$ 4.080,58	R\$ 3.448,42	R\$ 3.318,68	R\$ 3.948,58	R\$ 4.742,83	R\$ 4.541,99	R\$ 3.213,74	R\$ 11.386,45	R\$ 4.338,05
Manutenção de Veículos	-	-	R\$ 186,81	R\$ 496,36	-	R\$ 239,23	R\$ 670,32	-	-	-	R\$ 2.882,73	-
Combustíveis	R\$ 4.598,65	R\$ 7.000,27	R\$ 5.719,93	R\$ 3.584,22	R\$ 3.448,42	R\$ 3.079,45	R\$ 3.278,26	R\$ 4.742,83	R\$ 4.541,99	R\$ 3.213,74	R\$ 8.503,72	R\$ 4.338,05
Tributos	R\$ 115,40	R\$ 94,35	R\$ 115,30	R\$ 105,41	R\$ 286,21	R\$ 228,35	R\$ 259,72	R\$ 290,01	R\$ 254,16	R\$ 64,79	R\$ 55,78	R\$ 78,18
PIS	R\$ 115,40	R\$ 94,35	R\$ 115,30	R\$ 105,41	R\$ 286,21	R\$ 228,35	R\$ 259,72	R\$ 290,01	R\$ 254,16	R\$ 64,79	R\$ 55,78	R\$ 78,18
Outras Despesas	R\$ 12.516,26	-	R\$ 6.258,13	R\$ 6.220,24	R\$ 5.689,03	R\$ 5.481,48	R\$ 7.697,28	R\$ 5.481,48	R\$ 10.962,96	R\$ 21.925,92	-	-
Compra de Energia Elétrica	R\$ 265.756,97	R\$ 283.358,74	R\$ 240.411,30	R\$ 194.482,30	R\$ 256.698,97	R\$ 241.286,06	R\$ 232.797,30	R\$ 238.933,22	R\$ 239.570,95	R\$ 200.135,04	R\$ 225.895,79	R\$ 189.453,15

Quadro 08: Desembolsos da Cooperativa de Energia Treviso no ano de 2009, com o Setor de Administração.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

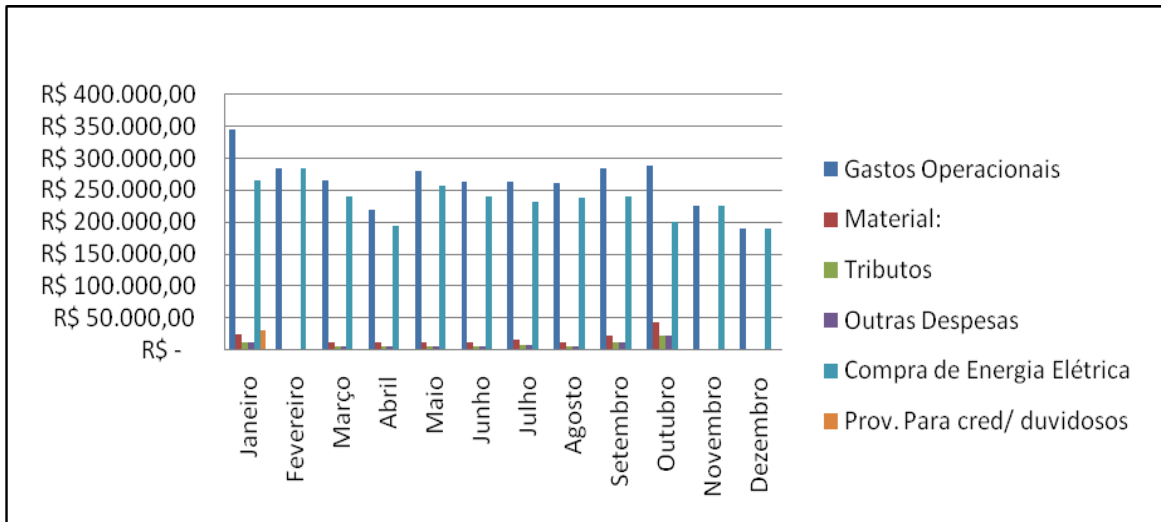


Figura 05: Desembolsos do Setor de Comercialização, ano de 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Conforme a figura 05, o setor de Comercialização, assim como os demais já mencionados, também concentra a maior parte de suas saídas com os gastos operacionais. Porém, a conta compra de energia elétrica para revenda, além de possuir a segunda maior saída no setor, possui muita importância para a cooperativa, pois seu produto final é a revenda deste serviço.

Após a análise dos itens de desembolsos por setor no período analisado, foi realizada uma comparação entre as contas de mesmo significado entre as áreas de distribuição, administração e comercialização da cooperativa, e realizado uma somatória daquelas que possuem mesma natureza financeira. Abaixo seguem as comparações por itens de contas:

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de Salários
Janeiro	R\$ 117.168,15	R\$ 29.815,99	R\$ 23.460,97	R\$ 170.445,11
Fevereiro	R\$ 73.194,87	R\$ 23.460,93	R\$ 10.081,02	R\$ 106.736,82
Março	R\$ 58.322,19	R\$ 26.143,16	R\$ 11.104,83	R\$ 95.570,18
Abril	R\$ 32.049,13	R\$ 29.112,00	R\$ 36.595,64	R\$ 97.756,77
Mai	R\$ 54.476,71	R\$ 27.741,67	R\$ 42.794,58	R\$ 125.012,96
Junho	R\$ 104.909,85	R\$ 41.785,32	R\$ 51.485,26	R\$ 198.180,43
Julho	R\$ 64.464,68	R\$ 19.845,18	R\$ 33.716,37	R\$ 118.026,23
Agosto	R\$ 52.705,46	R\$ 29.000,01	R\$ 41.490,86	R\$ 123.196,33
Setembro	R\$ 82.208,90	R\$ 29.757,64	R\$ 17.612,23	R\$ 129.578,77
Outubro	R\$ 79.718,39	R\$ 28.906,38	R\$ 20.676,85	R\$ 129.301,62
Novembro	R\$ 80.385,39	R\$ 31.908,26	R\$ 17.214,33	R\$ 129.507,98
Dezembro	R\$ 85.336,56	R\$ 18.638,86	R\$ 20.371,69	R\$ 124.347,11

Quadro 09: Desembolsos com Salários.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de Ordenados
Janeiro	R\$ 41.158,46	R\$ 6.451,10	R\$ 7.818,10	R\$ 55.427,66
Fevereiro	R\$ 39.295,26	R\$ 6.842,17	R\$ 5.577,60	R\$ 51.715,03
Março	R\$ 36.471,05	R\$ 6.842,17	R\$ 6.517,60	R\$ 49.830,82
Abril	R\$ 17.042,64	R\$ 8.907,72	R\$ 25.416,45	R\$ 51.366,81
Mai	R\$ 28.077,06	R\$ 8.704,49	R\$ 29.000,87	R\$ 65.782,42
Junho	R\$ 24.933,58	R\$ 8.799,79	R\$ 25.972,47	R\$ 59.705,84
Julho	R\$ 33.116,71	R\$ 8.369,76	R\$ 22.835,06	R\$ 64.321,53
Agosto	R\$ 27.572,29	R\$ 9.179,86	R\$ 28.437,00	R\$ 65.189,15
Setembro	R\$ 43.902,88	R\$ 7.971,10	R\$ 10.541,30	R\$ 62.415,28
Outubro	R\$ 46.466,67	R\$ 9.101,23	R\$ 11.530,30	R\$ 67.098,20
Novembro	R\$ 47.190,31	R\$ 11.055,31	R\$ 9.435,20	R\$ 67.680,82
Dezembro	R\$ 49.798,16	-	R\$ 11.540,30	R\$ 61.338,46

Quadro 10: Desembolsos com Ordenados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de INSS
Janeiro	R\$ 28.463,55	R\$ 3.765,71	R\$ 4.926,78	R\$ 37.156,04
Fevereiro	R\$ 17.173,13	R\$ 4.289,58	R\$ 2.415,75	R\$ 23.878,46
Março	R\$ 13.942,03	R\$ 4.102,22	R\$ 2.409,72	R\$ 20.453,97
Abril	R\$ 7.203,15	R\$ 4.578,29	R\$ 7.503,25	R\$ 19.284,69
Maiο	R\$ 12.728,01	R\$ 4.566,67	R\$ 8.678,08	R\$ 25.972,76
Junho	R\$ 25.048,26	R\$ 7.543,35	R\$ 10.659,10	R\$ 43.250,71
Julho	R\$ 14.132,36	R\$ 4.404,65	R\$ 6.661,75	R\$ 25.198,76
Agosto	R\$ 12.214,63	R\$ 4.666,98	R\$ 8.418,69	R\$ 25.300,30
Setembro	R\$ 18.332,55	R\$ 4.984,60	R\$ 3.565,70	R\$ 26.882,85
Outubro	R\$ 17.868,32	R\$ 4.641,25	R\$ 3.802,76	R\$ 26.312,33
Novembro	R\$ 16.881,59	R\$ 4.728,99	R\$ 2.859,32	R\$ 24.469,90
Dezembro	R\$ 19.091,34	R\$ 2.368,26	R\$ 3.737,37	R\$ 25.196,97

Quadro 11: Desembolsos com INSS.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de FGTS
Janeiro	R\$ 6.570,47	R\$ 1.024,29	R\$ 1.380,26	R\$ 8.975,02
Fevereiro	R\$ 3.767,23	R\$ 655,04	R\$ 567,79	R\$ 4.990,06
Março	R\$ 3.220,66	R\$ 653,78	R\$ 641,36	R\$ 4.515,80
Abril	R\$ 1.919,03	R\$ 851,19	R\$ 2.154,93	R\$ 4.925,15
Maiο	R\$ 3.226,43	R\$ 846,46	R\$ 2.527,09	R\$ 6.599,98
Junho	R\$ 6.147,37	R\$ 1.649,66	R\$ 3.024,10	R\$ 10.821,13
Julho	R\$ 3.437,42	R\$ 800,19	R\$ 2.003,99	R\$ 6.241,60
Agosto	R\$ 2.999,33	R\$ 877,20	R\$ 2.463,41	R\$ 6.339,94
Setembro	R\$ 4.736,58	R\$ 953,46	R\$ 1.040,45	R\$ 6.730,49
Outubro	R\$ 4.573,44	R\$ 869,65	R\$ 1.101,80	R\$ 6.544,89
Novembro	R\$ 8.366,74	R\$ 1.799,81	R\$ 1.690,11	R\$ 11.856,66
Dezembro	R\$ 4.844,50	R\$ 298,16	R\$ 1.084,03	R\$ 6.226,69

Quadro 12: Desembolsos com FGTS.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de Férias
Janeiro	R\$ 37.433,17	R\$ 5.821,71	R\$ 8.783,91	R\$ 52.038,79
Fevereiro	R\$ 4.448,00	R\$ 769,14	R\$ 868,78	R\$ 6.085,92
Março	R\$ 1.128,77	R\$ 759,99	R\$ 880,77	R\$ 2.769,53
Abril	R\$ 2.639,99	R\$ 989,80	R\$ 869,10	R\$ 4.498,89
Mai	R\$ 5.432,35	R\$ 919,95	R\$ 1.250,24	R\$ 7.602,54
Junho	R\$ 45.145,38	R\$ 11.087,52	R\$ 10.893,30	R\$ 67.126,20
Julho	R\$ 5.772,66	R\$ 935,58	R\$ 1.272,19	R\$ 7.980,43
Agosto	R\$ 5.798,86	R\$ 1.019,97	R\$ 1.235,52	R\$ 8.054,35
Setembro	R\$ 8.587,15	R\$ 2.565,48	R\$ 1.370,61	R\$ 12.523,24
Outubro	R\$ 6.156,07	R\$ 1.011,25	R\$ 1.281,14	R\$ 8.448,46
Novembro	R\$ 3.586,78	R\$ 1.041,15	R\$ 263,75	R\$ 4.891,68
Dezembro	R\$ 6.392,63	R\$ 2.943,44	R\$ 1.048,34	R\$ 10.384,41

Quadro 13: Desembolsos com Férias.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de 13º Salário
Janeiro	R\$ 3.542,50	R\$ 531,08	R\$ 651,92	R\$ 4.725,50
Fevereiro	R\$ 3.348,25	R\$ 576,69	R\$ 651,10	R\$ 4.576,04
Março	R\$ 3.559,68	R\$ 570,18	R\$ 655,38	R\$ 4.785,24
Abril	R\$ 3.244,32	R\$ 742,31	R\$ 651,91	R\$ 4.638,54
Mai	R\$ 5.012,35	R\$ 957,43	R\$ 1.338,30	R\$ 7.308,08
Junho	R\$ 3.635,26	R\$ 733,50	R\$ 936,29	R\$ 5.305,05
Julho	R\$ 4.079,53	-	R\$ 943,38	R\$ 5.022,91
Agosto	R\$ 4.120,35	-	R\$ 936,24	R\$ 5.056,59
Setembro	R\$ 6.649,74	R\$ 1.381,64	R\$ 1.094,17	R\$ 9.125,55
Outubro	R\$ 4.518,89	R\$ 758,22	R\$ 960,85	R\$ 6.237,96
Novembro	R\$ 4.359,97	R\$ 781,07	R\$ 965,95	R\$ 6.106,99
Dezembro	R\$ 4.366,93	R\$ 783,45	R\$ 961,65	R\$ 6.112,03

Quadro 14: Desembolsos com 13º Salário.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Total de Roupas Profissionais
Janeiro	-	-
Fevereiro	R\$ 5.163,00	R\$ 5.163,00
Março	-	-
Abril	-	-
Maio	-	-
Junho	-	-
Julho	R\$ 5.105,00	R\$ 5.105,00
Agosto	-	-
Setembro	-	-
Outubro	R\$ 135,00	R\$ 135,00
Novembro	-	-
Dezembro	R\$ 843,00	R\$ 843,00

Quadro 15: Desembolsos com Roupas Profissionais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de Combustíveis
Janeiro	R\$ 8.807,11	R\$ 3.233,99	R\$ 4.338,05	R\$ 16.379,15
Fevereiro	-	-	R\$ 8.503,72	R\$ 8.503,72
Março	R\$ 4.346,79	R\$ 997,38	R\$ 3.213,74	R\$ 8.557,91
Abril	R\$ 6.449,75	-	R\$ 4.541,99	R\$ 10.991,74
Maio	R\$ 3.192,27	R\$ 1.757,85	R\$ 4.742,83	R\$ 9.692,95
Junho	R\$ 7.808,69	-	R\$ 3.278,26	R\$ 11.086,95
Julho	R\$ 6.447,34	-	R\$ 3.079,45	R\$ 9.526,79
Agosto	R\$ 7.062,60	R\$ 40,02	R\$ 3.448,42	R\$ 10.551,04
Setembro	R\$ 5.769,28	-	R\$ 3.584,22	R\$ 9.353,50
Outubro	R\$ 3.955,86	-	R\$ 5.719,93	R\$ 9.675,79
Novembro	R\$ 2.994,17	R\$ 10,00	R\$ 7.000,27	R\$ 10.004,44
Dezembro	R\$ 3.093,50	-	R\$ 4.598,65	R\$ 7.692,15

Quadro 16: Desembolsos com Combustíveis.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Total de Seguros
Janeiro	-	-	-
Fevereiro	-	-	-
Março	-	-	-
Abril	-	-	-
Maio	-	-	-
Junho	-	-	-
Julho	-	R\$ 403,46	R\$ 403,46
Agosto	-	R\$ 759,98	R\$ 759,98
Setembro	-	R\$ 759,97	R\$ 759,97
Outubro	-	R\$ 346,07	R\$ 346,07
Novembro	-	-	-
Dezembro	R\$ 4.773,85	R\$ 346,07	R\$ 5.119,92

Quadro 17: Desembolsos com Seguros.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Total de Serviços de Terceiros
Janeiro	R\$ 5.683,86	R\$ 52.954,21	R\$ 58.638,07
Fevereiro	R\$ 3.767,50	R\$ 28.313,33	R\$ 32.080,83
Março	R\$ 8.130,44	R\$ 30.008,23	R\$ 38.138,67
Abril	R\$ 9.595,50	R\$ 42.354,58	R\$ 51.950,08
Maio	R\$ 1.068,20	R\$ 53.334,46	R\$ 54.402,66
Junho	R\$ 6.615,59	R\$ 45.979,65	R\$ 52.595,24
Julho	-	R\$ 48.616,02	R\$ 48.616,02
Agosto	R\$ 358,49	R\$ 41.471,74	R\$ 41.830,23
Setembro	R\$ 2.220,14	R\$ 50.046,87	R\$ 52.267,01
Outubro	R\$ 1.254,75	R\$ 51.804,07	R\$ 53.058,82
Novembro	R\$ 6.664,48	R\$ 64.979,84	R\$ 71.644,32
Dezembro	R\$ 7.274,89	R\$ 69.210,28	R\$ 76.485,17

Quadro 18: Desembolsos com Serviços de Terceiros.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de Tributos
Janeiro	R\$ 411,58	R\$ 6.148,15	R\$ 78,18	R\$ 6.637,91
Fevereiro	R\$ 392,95	R\$ 4.156,14	R\$ 55,78	R\$ 4.604,87
Março	R\$ 366,04	R\$ 3.405,62	R\$ 64,79	R\$ 3.836,45
Abril	R\$ 185,55	R\$ 3.140,30	R\$ 254,16	R\$ 3.580,01
Maiο	R\$ 297,39	R\$ 5.955,80	R\$ 290,01	R\$ 6.543,20
Junho	R\$ 261,62	R\$ 3.330,07	R\$ 259,72	R\$ 3.851,41
Julho	R\$ 331,17	R\$ 3.211,33	R\$ 228,35	R\$ 3.770,85
Agosto	R\$ 275,72	R\$ 3.480,86	R\$ 286,21	R\$ 4.042,79
Setembro	R\$ 439,71	R\$ 4.359,52	R\$ 105,41	R\$ 4.904,64
Outubro	R\$ 464,67	R\$ 4.691,46	R\$ 115,30	R\$ 5.271,43
Novembro	R\$ 471,57	R\$ 3.680,59	R\$ 94,35	R\$ 4.246,51
Dezembro	R\$ 497,98	R\$ 3.548,34	R\$ 115,40	R\$ 4.161,72

Quadro 19: Desembolsos com Tributos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Distribuição	Administração	Comercialização	Total de Materiais
Janeiro	R\$ 7.431,60	R\$ 13.120,68	-	R\$ 20.552,28
Fevereiro	R\$ 32.044,11	R\$ 10.511,08	R\$ 2.882,73	R\$ 45.437,92
Março	R\$ 5.897,90	R\$ 8.116,67	-	R\$ 14.014,57
Abril	R\$ 16.600,63	R\$ 6.216,52	-	R\$ 22.817,15
Maiο	R\$ 4.304,25	R\$ 7.818,35	-	R\$ 12.122,60
Junho	R\$ 43.766,95	R\$ 2.606,17	R\$ 670,32	R\$ 47.043,44
Julho	R\$ 61.368,00	R\$ 10.255,50	R\$ 239,23	R\$ 71.862,73
Agosto	R\$ 14.558,00	R\$ 2.979,57	-	R\$ 17.537,57
Setembro	R\$ 24.822,30	R\$ 7.376,27	R\$ 496,36	R\$ 32.694,93
Outubro	R\$ 34.672,45	R\$ 8.264,21	R\$ 186,81	R\$ 43.123,47
Novembro	R\$ 60.125,21	R\$ 3.985,80	-	R\$ 64.111,01
Dezembro	R\$ 63.325,30	R\$ 7.891,32	-	R\$ 71.216,62

Quadro 20: Desembolsos com Materiais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Administração	Total de Vale Refeição
Janeiro	R\$ 4.030,00	R\$ 4.030,00
Fevereiro	R\$ 2.520,00	R\$ 2.520,00
Março	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00
Abril	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00
Maio	R\$ 4.320,00	R\$ 4.320,00
Junho	R\$ 4.320,00	R\$ 4.320,00
Julho	R\$ 5.105,00	R\$ 5.105,00
Agosto	R\$ 4.648,00	R\$ 4.648,00
Setembro	R\$ 4.898,00	R\$ 4.898,00
Outubro	R\$ 4.898,00	R\$ 4.898,00
Novembro	R\$ 4.898,00	R\$ 4.898,00
Dezembro	R\$ 4.644,00	R\$ 4.644,00

Quadro 21: Desembolsos com Vale Refeição.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Comercialização	Total de Indenizações Trabalhistas
Janeiro	-	-
Fevereiro	-	-
Março	-	-
Abril	-	-
Maio	-	-
Junho	-	-
Julho	-	-
Agosto	-	-
Setembro	-	-
Outubro	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Novembro	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Dezembro	-	-

Quadro 22: Desembolsos com Indenizações Trabalhistas.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Administração	Comercialização	Total de Gastos Diversos
Janeiro	R\$ 30.829,86	-	R\$ 30.829,86
Fevereiro	R\$ 16.845,86	-	R\$ 16.845,86
Março	R\$ 14.310,44	R\$ 21.925,92	R\$ 36.236,36
Abril	R\$ 3.492,15	R\$ 10.962,96	R\$ 14.455,11
Maio	R\$ 24.949,59	R\$ 5.481,48	R\$ 30.431,07
Junho	R\$ 25.566,70	R\$ 7.697,28	R\$ 33.263,98
Julho	R\$ 29.925,56	R\$ 5.481,48	R\$ 35.407,04
Agosto	R\$ 29.925,56	R\$ 5.689,03	R\$ 35.614,59
Setembro	R\$ 30.114,99	R\$ 6.220,24	R\$ 36.335,23
Outubro	R\$ 33.682,21	R\$ 6.258,13	R\$ 39.940,34
Novembro	R\$ 32.345,22	-	R\$ 32.345,22
Dezembro	R\$ 22.791,13	R\$ 12.516,26	R\$ 35.307,39

Quadro 23: Desembolsos com Gastos Diversos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Comercialização	Total de Compra de Energia Elétrica para Revenda
Janeiro	R\$ 189.453,15	R\$ 189.453,15
Fevereiro	R\$ 225.895,79	R\$ 225.895,79
Março	R\$ 200.135,04	R\$ 200.135,04
Abril	R\$ 239.570,95	R\$ 239.570,95
Maio	R\$ 238.933,22	R\$ 238.933,22
Junho	R\$ 232.797,30	R\$ 232.797,30
Julho	R\$ 241.286,06	R\$ 241.286,06
Agosto	R\$ 256.698,97	R\$ 256.698,97
Setembro	R\$ 194.482,30	R\$ 194.482,30
Outubro	R\$ 240.411,30	R\$ 240.411,30
Novembro	R\$ 283.358,74	R\$ 283.358,74
Dezembro	R\$ 265.756,97	R\$ 265.756,97

Quadro 24: Desembolsos com Compra de Energia Elétrica para Revenda.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Administração	Total de Outras Despesas Pessoais (recreação e lazer)
Janeiro	R\$ 9.865,00	R\$ 9.865,00
Fevereiro	R\$ 2.860,00	R\$ 2.860,00
Março	R\$ 1.341,70	R\$ 1.341,70
Abril	R\$ 2.687,01	R\$ 2.687,01
Maio	R\$ 902,53	R\$ 902,53
Junho	R\$ 1.705,85	R\$ 1.705,85
Julho	R\$ 16.829,09	R\$ 16.829,09
Agosto	R\$ 2.151,90	R\$ 2.151,90
Setembro	R\$ 15.517,36	R\$ 15.517,36
Outubro	R\$ 6.609,87	R\$ 6.609,87
Novembro	R\$ 2.398,66	R\$ 2.398,66
Dezembro	R\$ 8.929,84	R\$ 8.929,84

Quadro 25: Desembolsos com Outras Despesas Pessoais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

	Administração	Total de Publicidades
Janeiro	R\$ 8.940,37	R\$ 8.940,37
Fevereiro	R\$ 2.860,00	R\$ 2.860,00
Março	R\$ 1.341,70	R\$ 1.341,70
Abril	R\$ 2.321,99	R\$ 2.321,99
Maio	R\$ 190,00	R\$ 190,00
Junho	R\$ 1.705,85	R\$ 1.705,85
Julho	R\$ 13.950,00	R\$ 13.950,00
Agosto	R\$ 2.151,90	R\$ 2.151,90
Setembro	R\$ 15.155,31	R\$ 15.155,31
Outubro	R\$ 6.609,87	R\$ 6.609,87
Novembro	R\$ 2.303,66	R\$ 2.303,66
Dezembro	R\$ 7.279,64	R\$ 7.279,64

Quadro 26: Desembolsos com Publicidades.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Desta forma, foi realizada a elaboração das tabelas de desembolsos mensais que ocorreram durante o período do ano de 2009.

A análise do total de ingressos que ocorreram no ano de 2009, também foi realizada, para formulação da visão geral do comportamento do fluxo de caixa anual, conforme segue quadro 26:

Total de Ingressos no ano de 2009	%
Comercializações de Energia Elétrica	98,09
Outras Receitas e Rendas	1,40
Receitas de Venda de Produtos e serviços	0,52
Soma dos Ingressos	100,00

Quadro 27: Total de Ingressos no ano de 2009.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Portanto, no total de ingressos que ocorreram no ano de 2009, o item Comercialização de Energia Elétrica representa a maior parte do total de entradas, com 98,09%. Explica-se este valor, pelo fato de ser este o serviço oferecido pela Cooperativa. A figura 06, apresenta a representação gráfica das entradas analisadas no período:

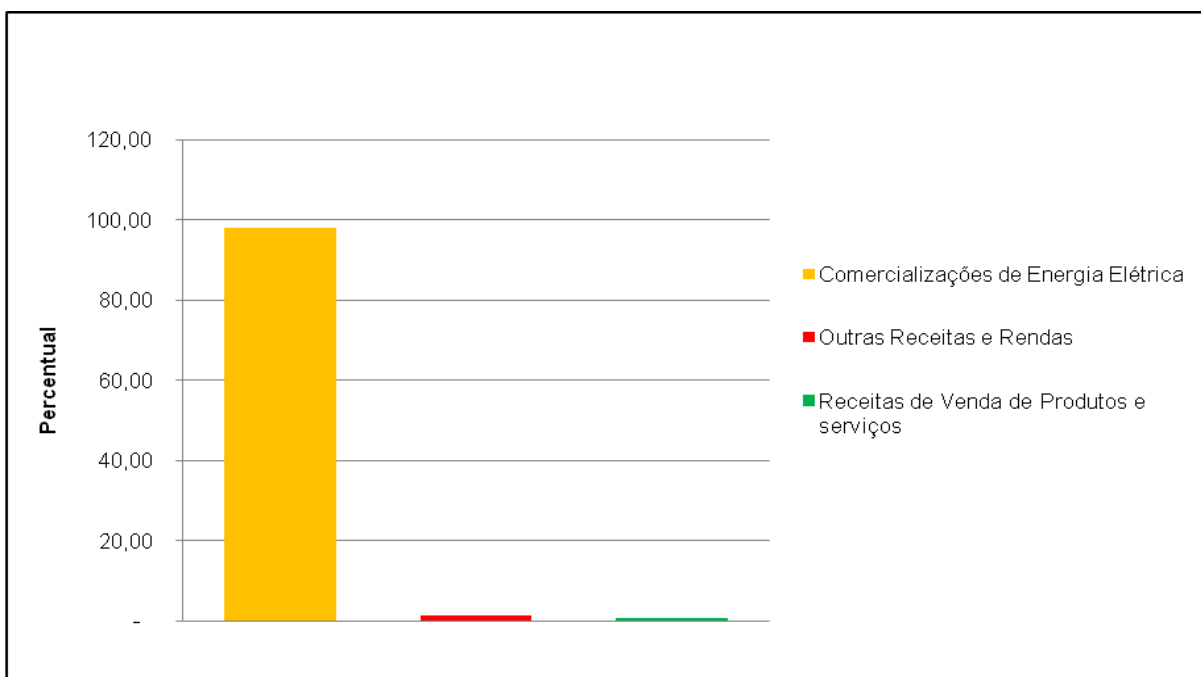


Figura 06: Total de Ingressos, ano de 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

O mesmo procedimento foi realizado, para visualizar o total de desembolsos, conforme segue no quadro 27:

Total de Desembolsos no ano de 2009	%
Salários	20,33
Ordenados	9,48
INSS	4,25
FGTS	1,11
Férias	2,53
13º Salário	0,91
Vale Alimentação	0,72
Roupas Profissionais	0,15
Indenizações Trabalhistas	0,05
Combustíveis	1,60
Seguros	0,10
Serviços de Terceiros	8,30
Tributos	0,73
Material	6,08
Gastos Diversos	4,95
Compra de Energia Elétrica para Revenda	36,90
Outras Despesas Pessoal (recreação e lazer)	0,94
Publicidades	0,85

Quadro 28: Total de Desembolsos no ano de 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010

Com relação ao total de desembolsos ocorridos em 2009, observou-se que a maior parte das saídas estão relacionadas com a compra de energia elétrica para revenda. Desta forma, o desembolso está de acordo com os ingressos, pois é necessário comprar a energia elétrica para revender, caracterizando o serviço oferecido pela Cooperativa em estudo. O segundo item de maior representatividade nos desembolsos ocorre com o pagamento de salários dos funcionários. Abaixo segue a figura 07, com a representação gráfica dos desembolsos no ano de 2009:

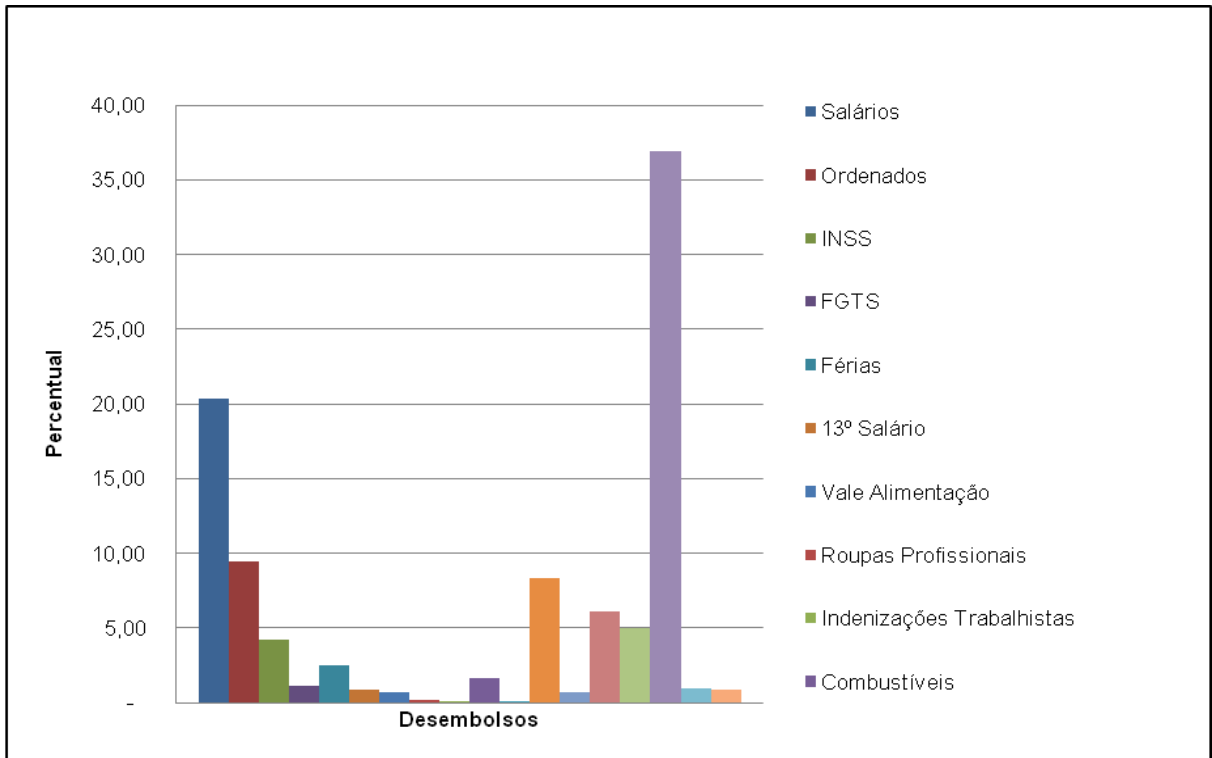


Figura 07: Total de Desembolsos, ano de 2009.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2010.

Finalmente, todas as entradas e saídas já estavam dispostas para apresentação em um modelo de fluxo de caixa para a Cooperativa de Energia Treviso.

A decisão do modelo de fluxo de caixa ideal englobou não somente a visualização dos ingressos e desembolsos, mas também, a projeção do fluxo de caixa para os períodos, servindo, portanto, como instrumento de controle financeiro, onde foram realizadas projeções de aplicações quando houve sobra de caixa, e empréstimos quando o saldo final de caixa foi negativo, além de projetar os resgates e amortizações das atividades ocorridas nos períodos em análise. Foi utilizado como modelo, uma adaptação da proposta apresentada por Zdanowicz (1989), na qual foram inseridos os dados de ingressos e desembolsos ocorridos no ano de 2009.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total ano
1. INGRESSOS													
1.1 - Comercializações de Energia Elétrica	R\$ 618.999,09	R\$ 625.472,29	R\$ 715.096,64	R\$ 632.348,00	R\$ 639.945,25	R\$ 640.014,90	R\$ 703.385,65	R\$ 740.012,49	R\$ 767.168,21	R\$ 702.624,75	R\$ 757.454,62	R\$ 740.930,98	R\$ 8.283.452,87
1.2 - Cobranças em Carteira	R\$ 12.379,98	R\$ 12.509,45	R\$ 14.301,93	R\$ 12.646,96	R\$ 12.798,91	R\$ 12.800,30	R\$ 14.067,71	R\$ 14.800,25	R\$ 15.343,36	R\$ 14.052,50	R\$ 15.149,09	R\$ 14.818,62	R\$ 165.669,06
1.3 - Cobranças Bancária	R\$ 606.619,11	R\$ 612.962,84	R\$ 700.794,71	R\$ 619.701,04	R\$ 627.146,35	R\$ 627.214,60	R\$ 689.317,94	R\$ 725.212,24	R\$ 751.824,85	R\$ 688.572,26	R\$ 742.305,53	R\$ 726.112,36	R\$ 8.117.783,83
1.4 - Outras Receitas e Rendas	R\$ 6.460,00	R\$ 3.276,34	R\$ 3.951,21	R\$ 5.703,61	R\$ 19.822,11	R\$ 4.724,59	R\$ 21.371,12	R\$ 9.858,04	R\$ 13.823,13	R\$ 6.994,39	R\$ 10.004,52	R\$ 11.976,23	R\$ 117.965,29
1.5 - Receitas de Venda de Produtos e serviços	R\$ 3.632,40	R\$ 3.632,40	R\$ 7.264,80	R\$ 3.632,40		R\$ 7.264,80	R\$ 3.632,40	R\$ 3.632,40	R\$ 3.632,40	R\$ 3.632,40	R\$ 3.632,40		R\$ 43.588,80
Soma	R\$ 629.091,49	R\$ 632.381,03	R\$ 726.312,65	R\$ 641.684,01	R\$ 659.767,36	R\$ 652.004,29	R\$ 728.389,17	R\$ 753.502,93	R\$ 784.623,74	R\$ 713.251,54	R\$ 771.091,54	R\$ 752.907,21	R\$ 8.445.006,96
2. DESEMBOLSOS													
2.1 - Salários	R\$ 170.445,11	R\$ 106.736,82	R\$ 95.570,18	R\$ 97.756,77	R\$ 125.012,96	R\$ 198.180,43	R\$ 118.026,23	R\$ 123.196,33	R\$ 129.578,77	R\$ 129.301,62	R\$ 129.507,98	R\$ 124.347,11	R\$ 1.547.660,31
2.2 - Ordenados	R\$ 55.427,66	R\$ 51.715,03	R\$ 49.830,82	R\$ 51.366,81	R\$ 65.782,42	R\$ 59.705,84	R\$ 64.321,53	R\$ 65.189,15	R\$ 62.415,28	R\$ 67.098,20	R\$ 67.680,82	R\$ 61.338,46	R\$ 721.872,02
2.3 - INSS	R\$ 37.156,04	R\$ 23.878,46	R\$ 20.453,97	R\$ 19.284,69	R\$ 25.972,76	R\$ 43.250,71	R\$ 25.198,76	R\$ 25.300,30	R\$ 26.882,85	R\$ 26.312,33	R\$ 24.469,90	R\$ 25.196,97	R\$ 323.357,74
2.4 - FGTS	R\$ 8.975,02	R\$ 4.990,06	R\$ 4.515,80	R\$ 4.925,15	R\$ 6.599,98	R\$ 10.821,13	R\$ 6.241,60	R\$ 6.339,94	R\$ 6.730,49	R\$ 6.544,89	R\$ 11.856,66	R\$ 6.226,69	R\$ 84.767,41
2.5 - Férias	R\$ 52.038,79	R\$ 6.085,92	R\$ 2.769,53	R\$ 4.498,89	R\$ 7.602,54	R\$ 67.126,20	R\$ 7.980,43	R\$ 8.054,35	R\$ 12.523,24	R\$ 8.448,46	R\$ 4.891,68	R\$ 10.384,41	R\$ 192.404,44
2.6 - 13º Salário	R\$ 4.725,50	R\$ 4.576,04	R\$ 4.785,24	R\$ 4.638,54	R\$ 7.308,08	R\$ 5.305,05	R\$ 5.022,91	R\$ 5.056,59	R\$ 9.125,55	R\$ 6.237,96	R\$ 6.106,99	R\$ 6.112,03	R\$ 69.000,48
2.7 - Vale Alimentação	R\$ 4.030,00	R\$ 2.520,00	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00	R\$ 4.320,00	R\$ 4.320,00	R\$ 5.105,00	R\$ 4.648,00	R\$ 4.898,00	R\$ 4.898,00	R\$ 4.898,00	R\$ 4.644,00	R\$ 55.081,00
2.8 - Roupas Profissionais		R\$ 5.163,00					R\$ 5.105,00					R\$ 843,00	R\$ 11.246,00
2.9 - Indenizações Trabalhistas										R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00		R\$ 4.000,00
2.10 - Combustíveis	R\$ 16.379,15	R\$ 8.503,72	R\$ 8.557,91	R\$ 10.991,74	R\$ 9.692,95	R\$ 11.086,95	R\$ 9.526,79	R\$ 10.551,04	R\$ 9.353,50	R\$ 9.675,79	R\$ 10.004,44	R\$ 7.692,15	R\$ 122.016,13
2.11 - Seguros							R\$ 403,46	R\$ 759,98	R\$ 759,97	R\$ 346,07		R\$ 5.119,92	R\$ 7.389,40
2.12 - Serviços de Terceiros	R\$ 58.638,07	R\$ 32.080,83	R\$ 38.138,67	R\$ 51.950,08	R\$ 54.402,66	R\$ 52.595,24	R\$ 48.616,02	R\$ 41.830,23	R\$ 52.267,01	R\$ 53.058,82	R\$ 71.644,32	R\$ 76.485,17	R\$ 631.707,12
2.13 - Tributos	R\$ 6.637,91	R\$ 4.604,87	R\$ 3.836,45	R\$ 3.580,01	R\$ 6.543,20	R\$ 3.851,41	R\$ 3.770,85	R\$ 4.042,79	R\$ 4.904,64	R\$ 5.271,43	R\$ 4.246,51	R\$ 4.161,72	R\$ 55.451,79
2.14 - Material	R\$ 20.552,28	R\$ 45.437,92	R\$ 14.014,57	R\$ 22.817,15	R\$ 12.122,60	R\$ 47.043,44	R\$ 71.862,73	R\$ 17.537,57	R\$ 32.694,93	R\$ 43.123,47	R\$ 64.111,01	R\$ 71.216,62	R\$ 462.534,29
2.15 - Gastos Diversos	R\$ 30.829,86	R\$ 16.845,86	R\$ 36.236,36	R\$ 14.455,11	R\$ 30.431,07	R\$ 33.263,98	R\$ 35.407,04	R\$ 35.614,59	R\$ 36.335,23	R\$ 39.940,34	R\$ 32.345,22	R\$ 35.307,39	R\$ 377.012,05
2.16 - Compra de Energia Elétrica para Revenda	R\$ 189.453,15	R\$ 225.895,79	R\$ 200.135,04	R\$ 239.570,95	R\$ 238.933,22	R\$ 232.797,30	R\$ 241.286,06	R\$ 256.698,97	R\$ 194.482,30	R\$ 240.411,30	R\$ 283.358,74	R\$ 265.756,97	R\$ 2.808.779,79
2.17 - Outras Despesas Pessoal (recreação e lazer)	R\$ 9.865,00	R\$ 2.860,00	R\$ 1.341,70	R\$ 2.687,01	R\$ 902,53	R\$ 1.705,85	R\$ 16.829,09	R\$ 2.151,90	R\$ 15.517,36	R\$ 6.609,87	R\$ 2.398,66	R\$ 8.929,84	R\$ 71.798,81
2.18 - Publicidades	R\$ 8.940,37	R\$ 2.860,00	R\$ 1.341,70	R\$ 2.321,99	R\$ 190,00	R\$ 1.705,85	R\$ 13.950,00	R\$ 2.151,90	R\$ 15.155,31	R\$ 6.609,87	R\$ 2.303,66	R\$ 7.279,64	R\$ 64.810,29
Soma	R\$ 674.093,91	R\$ 544.754,32	R\$ 486.927,94	R\$ 536.244,89	R\$ 595.816,97	R\$ 772.759,38	R\$ 678.653,50	R\$ 609.123,63	R\$ 613.624,43	R\$ 656.023,42	R\$ 721.824,59	R\$ 721.042,09	R\$ 7.610.889,07
3. DIFERENÇA DO PERÍODO (1 - 2)	-45.002,42	87.626,71	239.384,71	105.439,12	63.950,39	-120.755,09	49.735,67	144.379,30	170.999,31	57.228,12	49.266,95	31.865,12	R\$ 834.117,89
4. SALDO INICIAL DE CAIXA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	R\$ 1.000,00
5. DISPONIBILIDADE ACUMULADA (±3 +4)	-44.002,42	88.626,71	240.384,71	106.439,12	64.950,39	-119.755,09	50.735,67	145.379,30	171.999,31	58.228,12	50.266,95	32.865,12	R\$ 835.117,89
6. NÍVEL DESEJADO DE CAIXA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	R\$ 1.000,00
7. EMPRÉSTIMOS A CAPTAR	45.002,42												R\$ 45.002,42
8. APLICAÇÕES NO MERCADO FINANCEIRO	0	-41.724,24	-281.526,19	-389.780,58	-457.628,77	-341.449,97	-394.600,14	-542.925,44	-719.354,00	-783.775,66	-840.880,37	-881.154,30	-R\$ 5.674.799,67
9. AMORTIZAÇÕES	0	-45.902,47											-R\$ 45.902,47
10. RESGATES	0		42.141,48	284.341,46	393.678,38	462.205,06	344.864,47	398.546,14	548.354,69	726.547,54	791.613,42	849.289,18	R\$ 4.841.581,83
11. SALDO FINAL DE CAIXA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Quadro 29: Proposta de Fluxo de Caixa para a Cooperativa de Energia Treviso. Ano base de 2009.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Os itens de conta, Cobrança em Carteira e Cobrança Bancária são provenientes de percentuais do item: Comercializações de Energia Elétrica. O item Cobrança em Carteira representa apenas 2% do total de recebimentos com a comercialização da energia elétrica, enquanto o item Cobrança Bancária representa 98% dos recebimentos, pois a política de ingressos da Cooperativa de Energia Treviso, se traduz desta maneira, desde o ano de 2009.

A soma de ingressos é o total das receitas obtidas com as seguintes contas: Comercializações de Energia Elétrica; Outras Receitas e Rendas; e Receita de Vendas de Produtos e Serviços.

Os dados financeiros utilizados na conta de Desembolsos são os resultados obtidos nas tabelas de desembolso por itens, conforme exposto anteriormente. Assim como o item soma de desembolsos, trata do somatório de todos os desembolsos que acontecem neste item, em períodos mensais durante o ano analisado.

A Cooperativa de Energia Treviso, tem por característica, manter um saldo de caixa baixo, pois sempre que necessita de valores maiores, retira de contas bancárias o necessário, portanto, todos os meses do ano, são projetados no valor de R\$ 1000,00.

Os valores projetados foram feitos de acordo com os resultados das disponibilidades acumuladas, conforme exposto na fundamentação teórica, com embasamento no modelo de Zdanowicz (1989).

O item de Amortização é realizado através do resultado do empréstimo a captar, acrescido de 2% de juros, valor este representativo, pelo que o mercado cobra em suas taxas.

O item Resgates é representado pelo total da aplicação acrescido da taxa de rendimento no mercado de 1% ao mês.

Analisando o fluxo de caixa no ano de 2009, observa-se o comportamento financeiro da Cooperativa de Energia Treviso, com relação a suas disponibilidades acumuladas. Segue figura 08, onde este exposto em gráfico, este parecer:

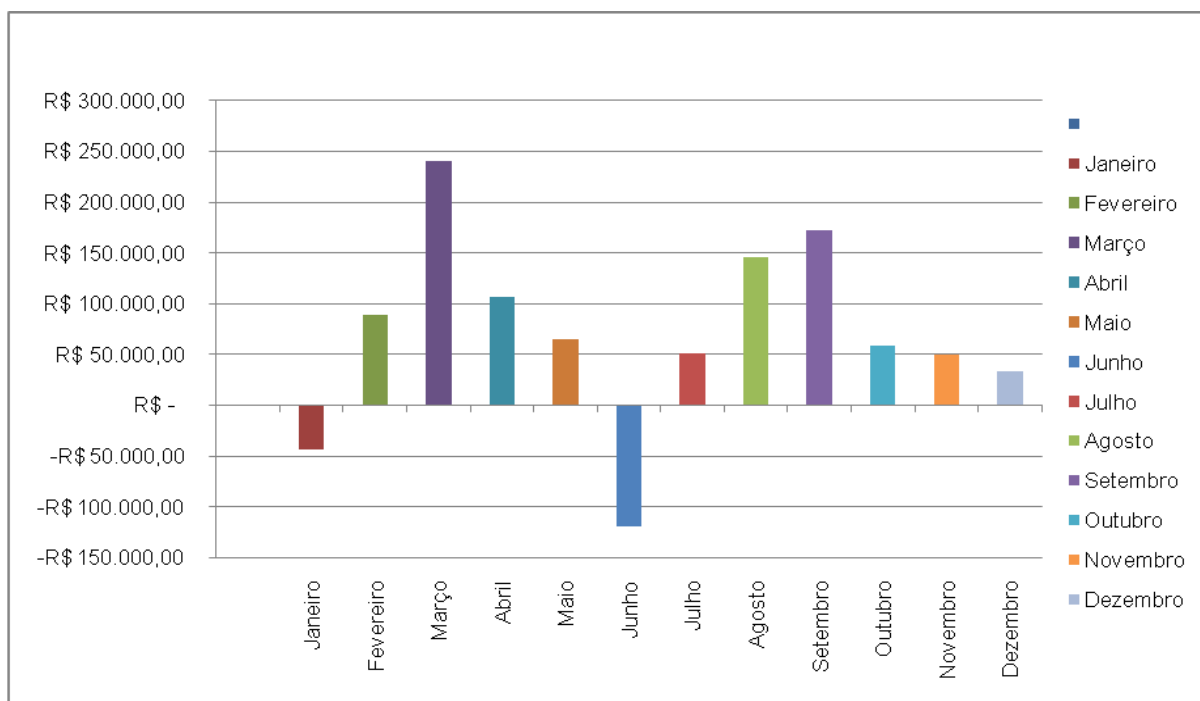


Figura 08: Disponibilidade Acumulada no ano de 2009.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Sendo assim, foi possível constatar que a Cooperativa de Energia Treviso, deve utilizar o fluxo de caixa como instrumento financeiro, para utilizar de forma eficiente seus recursos. Os registros contábeis em formas de relatórios, não devem ser utilizados exclusivamente para controle, pois não permitem a visualização do cenário atual, nem projeções futuras, levando em consideração apenas o comportamento dos saldos nos períodos anteriores.

A oscilação nos períodos mensais é elevada, verificando-se a ausência de planejamento e controle financeiro. A sugestão, portanto, é a implantação do fluxo de caixa na Cooperativa, para que seja realizado um controle detalhado de todas as entradas e saídas que ocorrem, utilizando o modelo proposto, que permite ainda, a realização das projeções de valores, para manter estabilidade durante os meses, através da verificação da necessidade de empréstimos a captar, ou aplicações no mercado financeiro.

As planilhas auxiliares criadas são de fácil utilização, permitindo ainda, que sejam verificados possíveis ajustes a serem realizados por setor, pois discriminam todas as contas detalhadamente.

A proposta de modelo apresentou dados do ano de 2009, pois o comportamento anual de 2010 é semelhante.

5 CONCLUSÃO

Por meio da fundamentação teórica, observando a opinião de diversos autores, verificou-se que a utilização do instrumento financeiro fluxo de caixa, é de extrema importância nas empresas, assegurando a possibilidade de controle efetivo de todos os ingressos e desembolsos, por intermédio do modelo adequado a organização, sendo possível ainda, realizar projeções de valores, para melhorar os resultados financeiros obtidos.

No presente estudo, foi possível constatar por meio da pesquisa documental, que a Cooperativa de Energia Treviso, possui deficiência em sua área financeira, pois não utiliza o instrumento, e não possui controle detalhado de suas entradas e saídas, sendo que opera sempre de acordo com a sequência de acontecimentos, sem qualquer tipo de planejamento com base em algum instrumento efetivo e correspondente a área gerencial, utilizando apenas relatórios contábeis, que não possuem os devidos ajustes, para gerenciamento de seus recursos.

O objetivo geral do presente estudo foi alcançado, através da apresentação da proposta de um fluxo de caixa, que atende as necessidades da Cooperativa, permitindo o controle e planejamento financeiro, de forma eficiente.

Os objetivos específicos, que são as ações que permitiram atingir o objetivo geral, foram gradativamente realizados. Inicialmente, os dados foram coletados, utilizando a técnica de pesquisa documental, e obtidos por meio de balancetes mensais, com a visualização das contas de débito e crédito ocorridas nos períodos. Estes dados foram organizados em planilhas auxiliares, para facilitar a visualização das informações contidas.

Foi diagnosticado então, que o método que a cooperativa utiliza para o controle de entradas e saídas, é a emissão de relatórios de balancetes, verificando-se a ausência de um método eficiente, pois o atual permite apenas a visualização das contas de crédito e débito, realizadas pela área contábil, deixando a gestão de recursos sem nenhuma base referencial de instrumentos.

Sendo assim, foi identificado o modelo de fluxo de caixa apresentado por Zdanowicz (1989) exposto na fundamentação teórica, como ideal para a organização, pois detalha projeções de valores, garantindo a empresa melhor manejo de seus recursos.

Foram então realizados ajustes a este modelo, propondo a utilização de planilhas auxiliares aos três setores da cooperativa, para que sejam analisados individualmente, identificando assim os aspectos de maior relevância no que diz respeito às entradas e saídas. Posteriormente, para fins de gestão devem ser agrupadas as contas de mesma natureza, e ajustadas para sua utilização no fluxo de caixa, oferecendo um parecer geral da situação financeira da cooperativa.

Através da proposta, foi identificada uma grande margem de oscilação de disponibilidades de capital, fato resultante da falta de planejamento dos recursos, e oriundo da ausência do instrumento de fluxo de caixa, que pode suprir esta deficiência, oportunizando um novo olhar para as projeções de valores e diagnósticos dos ingressos e desembolsos nos períodos analisados, a fim de remediar situações em que ocorre falta de recursos, por meio do planejamento, já que o comportamento anual de entradas e saídas é estável.

Diante do exposto, é realizada a sugestão de adoção do modelo de fluxo de caixa para a Cooperativa de Energia Treviso, pois se trata de um instrumento de planejamento e controle financeiro que apresenta muitas vantagens úteis e adequadas a empresa, que necessita do controle efetivo de seus ingressos e desembolsos, oportunizando que o gestor financeiro possa administrar melhor os recursos que possui disponíveis, obtendo retornos de capital interessantes do ponto de vista econômico, quando realizadas aplicações financeiras, assim como, estudar melhor os empréstimos que possam ser realizados quando necessário.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; AMBONI, Nério. **Estratégias de gestão**: processos e funções do administrador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson, 2006.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- CARDONE, Vanessa. . **Cooperativas de trabalho**: legalidade e subsistência. São Paulo: Antiqua, 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- _____. **Administração**: teoria, processo e prática. 3. Ed. São Paulo: Makron Books, 2004.
- CRUZ, Paulo Sergio Alves da. **A filosofia cooperativista e o cooperativismo no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Suma Econômica, S.d.
- CRÚZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**: uma alternativa para o desemprego. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed São Paulo: Ed. Atlas, 1996.
- GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harper, 1978.
- _____. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.
- GROPPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração financeira**. 2. ed São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.

HOJI, Masakazu. **Práticas de tesouraria**. São Paulo: Atlas, 2001.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 15 ed. Porto Alegre: Ed. Vozes, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**: Da Revolução Urbana à Revolução Digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. **Administração**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvia. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos**: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2006.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Controladoria**: gestão eficaz utilizando padrões. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEDROSO, Ediberto Tadeu. **Administração e os novos paradigmas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

PERIUS, Vergílio Frederico. **Cooperativismo e lei**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2001.

PRINCÍPIOS: Sete linhas orientam o cooperativismo. **OCB**. 2008. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: dezembro, 2010.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2000.

_____. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001

SANVICENTE, Antônio Zoratto. . **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1978.

_____. **Administração financeira**. 3. ed São Paulo: Atlas, 1987.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia prático e objetivo de apoio aos executivos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino da. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Thomson, 2004.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa** uma decisão de planejamento e controle financeiro. 3. ed. Porto Alegre: D. C. Luzzatto, 1989.

ANEXO

ANEXO – Balancete Cooperativa de Energia Treviso, mês janeiro de 2009.

Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
100	ATIVO	6.272.589,54D	2.931.100,70	2.836.341,28	6.367.348,96D
110	ATIVO CIRCULANTE	1.137.852,32D	2.670.884,86	2.698.235,91	1.110.501,27D
111	DISPONIBILIDADES	161.962,68D	1.311.959,78	1.324.008,12	149.914,34D
111.01	NUMERÁRIO DISPONIVEL	161.962,68D	865.254,90	877.303,24	149.914,34D
111.01.1	CAIXA	4.760,39D	302.407,41	300.749,00	6.418,80D
111.01.1.0.00.00.001	CAIXA	4.760,39D	302.407,41	300.749,00	6.418,80D
111.01.2	CONTAS BANCARIAS À VISTA	157.202,29D	562.847,49	576.554,24	143.495,54D
111.01.2.0.00.00.001	BANCO DO BRASIL S/A (INATIVA)	21.911,82D	35.869,18	46.248,76	11.532,24D
111.01.2.0.00.00.002	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	127.376,06D	238.629,65	285.318,00	80.687,71D
111.01.2.0.00.00.003	BANCO DO BRASIL S/A	7.914,41D	288.348,66	244.987,48	51.275,59D
111.09	NUMERÁRIO EM TRÂNSITO	0,00	446.704,88	446.704,88	0,00
111.09.0.0.00.00.001	NUMERÁRIO EM TRÂNSITO	0,00	446.704,88	446.704,88	0,00
112	CRÉDITOS, VALORES E BENS	975.889,64D	1.358.925,08	1.374.227,79	960.586,93D
112.01	CONSUMIDORES	944.701,17D	1.277.645,82	1.287.551,40	934.795,59D
112.01.1	FORNECIMENTO	872.173,39D	597.430,19	622.190,03	847.413,55D
112.01.1.0.00.00.001	RESIDENCIAL	188.015,61D	129.853,45	155.756,89	162.112,17D
112.01.1.0.00.00.002	INDUSTRIAL	500.553,09D	288.343,27	353.311,39	435.584,97D
112.01.1.0.00.00.003	COMERCIAL	65.676,22D	61.090,69	60.529,18	66.237,73D
112.01.1.0.00.00.004	RURAL	24.980,87D	22.782,28	24.561,21	23.201,94D
112.01.1.0.00.00.005	PODER PUBLICO	59.428,62D	62.032,50	13.385,64	108.075,48D
112.01.1.0.00.00.006	ILUMINACAO PUBLICA	21.397,77D	15.916,29	10.434,81	26.879,25D
112.01.1.0.00.00.007	RESIDENCIAL BAIXA RENDA	4.438,16D	4.164,01	4.210,91	4.391,26D
112.01.1.0.00.00.008	SERVICO PUBLICO	7.683,05D	13.247,70	0,00	20.930,75D
112.01.2	SERVIÇO TAXADO	487,69D	168,57	475,98	180,28D
112.01.2.0.00.00.002	TAXA DE RELIGACAO	273,50D	41,50	249,00	66,00D
112.01.2.0.00.00.005	2. VIA DE FATURAS	214,19D	127,07	226,98	114,28D
112.01.3	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	6.294,36D	0,00	0,00	6.294,36D
112.01.3.0.00.00.001	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	6.294,36D	0,00	0,00	6.294,36D
112.01.4	OUTROS CRÉDITOS	65.745,73D	38.217,98	23.056,31	80.907,40D
112.01.4.0.00.00.001	GERAL - PARCELAMENTO	63.412,10D	38.217,98	23.056,31	78.573,77D
112.01.4.0.00.00.002	RECEBIMENTOS ENERGIA A IDENTIFICAR	2.333,63D	0,00	0,00	2.333,63D
112.01.9	(-) ARRECAÇÃO EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	0,00	641.829,08	641.829,08	0,00
112.01.9.0.00.00.001	ARRECAÇÃO EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	0,00	641.829,08	641.829,08	0,00
112.21	RENDAS A RECEBER	2.012,62D	8.072,35	4.819,74	5.265,23D
112.21.9	OUTRAS RENDAS	2.012,62D	8.072,35	4.819,74	5.265,23D
112.21.9.0.00.00.001	MULTAS P/ ATRASO	483,43D	5.431,60	2.816,18	3.098,85D
112.21.9.0.00.00.002	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.410,39D	2.468,73	1.801,84	2.077,28D
112.21.9.0.00.00.003	TARIFA DE CORREIO	118,80D	172,02	201,72	89,10D
112.41	DEVEDORES DIVERSOS	41.036,58D	73.206,91	81.856,65	32.386,84D
112.41.2	TRIBUTOS E CONTRIB. SOCIAIS COMPENSÁVEIS	41.036,58D	73.206,91	81.856,65	32.386,84D
112.41.2.0.00.00.001	ICMS A RECUPERAR	0,00	73.181,49	73.181,49	0,00
112.41.2.0.00.00.004	ICMS A RECUPERAR - PARCELAMENTO	41.036,58D	25,42	8.675,16	32.386,84D
112.51	OUTROS CRÉDITOS	21.367,19D	0,00	0,00	21.367,19D
112.51.9	OUTROS	21.367,19D	0,00	0,00	21.367,19D
112.51.9.0.00.00.008	CHEQUES CUSTODIA	21.367,19D	0,00	0,00	21.367,19D
112.61	(-) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA	33.227,92C	0,00	0,00	33.227,92C
112.61.0.0.00.00.001	PROVISÃO PARA LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA	33.227,92C	0,00	0,00	33.227,92C
120	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	187.899,81D	74,88	0,00	187.974,69D
121	CRÉDITOS, VALORES E BENS	187.899,81D	74,88	0,00	187.974,69D
121.41	DEVEDORES DIVERSOS	187.899,81D	74,88	0,00	187.974,69D
121.41.2	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS	187.899,81D	74,88	0,00	187.974,69D
121.41.2.0.00.00.002	ICMS A RECUP-PARC-LONGO PRAZO	187.899,81D	74,88	0,00	187.974,69D

Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
132.04.1.1.07.00.001	MOVEIS E UTENSILIOS	22.469,22D	0,00	0,00	22.469,22D
132.04.1.5	(-) REINTEGRAÇÃO ACUMULADA	116.497,46C	0,00	0,00	116.497,46C
132.04.1.5.04	EDIFICAÇÕES, OBRAS CIVIS E BENFEITORIAS	85.731,72C	0,00	0,00	85.731,72C
132.04.1.5.04.00.001	EDIFICACOES, OBRAS CIVIS E BENF.	85.731,72C	0,00	0,00	85.731,72C
132.04.1.5.05	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	21.908,91C	0,00	0,00	21.908,91C
132.04.1.5.05.00.001	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	21.908,91C	0,00	0,00	21.908,91C
132.04.1.5.07	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.856,83C	0,00	0,00	8.856,83C
132.04.1.5.07.00.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.856,83C	0,00	0,00	8.856,83C
132.04.1.9	IMOBILIZADO EM CURSO	19.824,00D	0,00	0,00	19.824,00D
132.04.1.9.05	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.247,00D	0,00	0,00	3.247,00D
132.04.1.9.05.00.002	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.247,00D	0,00	0,00	3.247,00D
132.04.1.9.07	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	15.380,00D	0,00	0,00	15.380,00D
132.04.1.9.07.00.001	MOVEIS E UTENSILIOS	15.380,00D	0,00	0,00	15.380,00D
132.04.1.9.95	COMPRAS EM ANDAMENTO	1.197,00D	0,00	0,00	1.197,00D
132.04.1.9.95.00.001	COMPRAS EM ADAMAENTO	1.197,00D	0,00	0,00	1.197,00D
132.05	COMERCIALIZAÇÃO	45.814,23D	1.803,19	0,00	47.617,42D
132.05.1	COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	45.814,23D	1.803,19	0,00	47.617,42D
132.05.1.1	IMOBILIZADO EM SERVIÇO	53.320,55D	0,00	0,00	53.320,55D
132.05.1.1.05	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	53.320,55D	0,00	0,00	53.320,55D
132.05.1.1.05.00.001	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	53.320,55D	0,00	0,00	53.320,55D
132.05.1.5	(-) REINTEGRAÇÃO ACUMULADA	7.506,32C	0,00	0,00	7.506,32C
132.05.1.5.05	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.506,32C	0,00	0,00	7.506,32C
132.05.1.5.05.00.001	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.506,32C	0,00	0,00	7.506,32C
132.05.1.9	IMOBILIZADO EM CURSO	0,00	1.803,19	0,00	1.803,19D
132.05.1.9.95	COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	1.803,19	0,00	1.803,19D
132.05.1.9.95.00.001	COMPRAS EM ANDAMENTO	0,00	1.803,19	0,00	1.803,19D

Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
200	PASSIVO	6.161.993,93C	624.879,04	740.624,42	6.277.739,31C
210	PASSIVO CIRCULANTE	1.555.717,19C	622.017,63	735.805,52	1.669.505,08C
211	OBRIGAÇÕES	1.555.717,19C	622.017,63	735.805,52	1.669.505,08C
211.01	FORNECEDORES	563.531,13C	405.554,46	435.051,36	593.028,03C
211.01.2	SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	436.077,41C	265.163,26	252.577,05	423.491,20C
211.01.2.0.00.00.001	CELESC DISTRIBUIÇÃO S. A.	436.077,41C	265.163,26	252.577,05	423.491,20C
211.01.3	MATERIAIS E SERVIÇO	127.453,72C	140.391,20	182.474,31	169.536,83C
211.01.3.0.00.01.004	ADAM COM. REPRES. LTDA	2.094,42C	1.047,21	0,00	1.047,21C
211.01.3.0.00.01.010	MULLER AUDITORES INDEPENDENTES	0,00	689,50	689,50	0,00
211.01.3.0.00.01.011	BRUVER CRC LTDA	596,00C	596,00	590,00	590,00C
211.01.3.0.00.01.012	GRAFIMAC	0,00	0,00	610,66	610,66C
211.01.3.0.00.01.013	PAULISTA PAINÉIS E OUTDOORS	0,00	5.550,00	5.550,00	0,00
211.01.3.0.00.01.021	DPASCHOAL AUTOMOTIVA LTDA	5.408,00C	1.802,66	0,00	3.605,34C
211.01.3.0.00.01.054	RELUZ	0,00	4.906,60	4.906,60	0,00
211.01.3.0.00.01.055	RICATI COMERCIAL	15.864,75C	8.353,58	9.560,80	17.071,97C
211.01.3.0.00.01.059	SOINSA	11.256,00C	5.628,00	234,00	5.862,00C
211.01.3.0.00.01.075	AUTO POSTO VOLTA REDONDA	0,00	7.572,04	7.572,04	0,00
211.01.3.0.00.01.077	AUTO POSTO TREVISÓ	0,00	3.248,15	3.248,15	0,00
211.01.3.0.00.01.087	FECOERUSC - OFICINA DE TRANSFORMADOR	3.295,55C	6.448,00	5.683,86	2.531,41C
211.01.3.0.00.01.088	BONASSA E CIA LTDA	0,00	1.803,19	1.803,19	0,00
211.01.3.0.00.01.094	TOTI PNEUS LTDA	221,00C	221,00	0,00	0,00
211.01.3.0.00.01.112	GRAFICA E BRINDES GUGA LTDA	0,00	3.544,00	3.544,00	0,00
211.01.3.0.00.01.115	FECOERUSC - FLORIANÓPOLIS	0,00	2.147,52	2.147,52	0,00
211.01.3.0.00.01.117	SIDERCOMP INFORMATICA LTDA	790,00C	3.125,00	3.339,00	1.004,00C
211.01.3.0.00.01.144	TEZZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	0,00	15.550,00	38.380,25	22.830,25C
211.01.3.0.00.01.147	IÇARA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS	19.869,70C	7.959,70	23.015,00	34.925,00C
211.01.3.0.00.01.156	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS SALVARI	1.891,88C	1.891,88	0,00	0,00
211.01.3.0.00.01.158	JORNAL DA MANHÃ	0,00	0,00	570,00	570,00C
211.01.3.0.00.01.161	BRUNO GAMBALONGA JUNIOR	95,00C	95,00	205,00	205,00C
211.01.3.0.00.01.165	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS TEFER LTDA	0,00	5.558,96	5.558,96	0,00
211.01.3.0.00.01.168	CENTERLUX COMERCIO DE MATERIAL ELETR	0,00	0,00	9.883,05	9.883,05C
211.01.3.0.00.01.174	RADIO ELDORADO	1.000,00C	200,00	400,00	1.200,00C
211.01.3.0.00.01.175	NANSEN S/A - INSTRUMENTOS DE PRECISÃO	7.471,80C	7.471,80	0,00	0,00
211.01.3.0.00.01.187	D'MARCH COM. DE MATERIAIS ELETRICOS LT	9.475,52C	9.475,52	20.615,60	20.615,60C
211.01.3.0.00.01.192	GRAFICA ATUAL	0,00	3.010,00	3.010,00	0,00
211.01.3.0.00.01.193	SERVIÇOS TECNICOS DE SEGURANÇA	500,00C	500,00	500,00	500,00C
211.01.3.0.00.01.196	ERGOMED ERGOMEDICINAL MEDICA LTDA	0,00	378,82	378,82	0,00
211.01.3.0.00.01.198	METAIS E AÇOS ZANATTA LTA	226,00C	226,00	0,00	0,00
211.01.3.0.00.01.213	SERVIÇOS MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES IN	800,00C	800,00	800,00	800,00C
211.01.3.0.00.01.214	IND. DE POSTES INDAIAL LTDA	3.351,10C	3.351,10	0,00	0,00
211.01.3.0.00.01.218	CONCREFER IND. E COM. DE MAT. P/ CONST.	35.447,00C	11.815,66	18.054,00	41.685,34C
211.01.3.0.00.01.229	SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	3.800,00C	7.600,00	3.800,00	0,00
211.01.3.0.00.01.237	SERVIÇOS DE PODAS E ROÇADAS	4.000,00C	4.000,00	4.000,00	4.000,00C
211.01.3.0.00.03.003	USEALL SOFTWARE LTDA	0,00	3.824,31	3.824,31	0,00
211.11	FOLHA DE PAGAMENTO	56.534,09C	67.632,88	84.163,99	73.065,20C
211.11.0.0.00.00.001	DIRETORES	4.228,50C	11.344,08	7.366,16	250,58C
211.11.0.0.00.00.002	EMPREGADOS	45.800,72C	49.604,58	48.404,99	44.601,13C
211.11.0.0.00.00.004	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EMPREGADOS	0,00	0,00	25.672,36	25.672,36C
211.11.0.0.00.00.005	PENSOES JUDICIAIS	1.024,00C	1.024,00	267,25	267,25C
211.11.0.0.00.00.006	SEGUROS	354,20C	354,20	0,00	0,00
211.11.0.0.00.00.007	SINTRESC	0,00	179,35	224,35	45,00C
211.11.0.0.00.00.009	IMPOSTO DE RENDA- EMPREGADOS	5.126,67C	5.126,67	2.228,88	2.228,88C
211.31	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	156.700,33C	112.930,42	135.471,82	179.241,73C
211.31.1	IMPOSTOS	156.105,63C	112.930,42	130.483,41	173.658,62C
211.31.1.0.00.00.001	ICMS A RECOLHER	155.961,87C	112.744,77	130.431,02	173.648,12C
211.31.1.0.00.00.003	RECEITA FEDERAL	143,76C	185,65	52,39	10,50C
211.31.4	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	594,70C	0,00	4.988,41	5.583,11C
211.31.4.0.00.00.003	FGTS	0,00	0,00	4.434,14	4.434,14C
211.31.4.0.00.00.005	PIS	0,00	0,00	554,27	554,27C
211.31.4.0.00.00.006	RETENÇÃO DE PIS/COFINS/CSLL	594,70C	0,00	0,00	594,70C
211.71	CREDORES DIVERSOS	189.341,36C	272,78	2.510,79	191.579,37C
211.71.1	CONSUMIDORES	189.341,36C	272,78	2.510,79	191.579,37C
211.71.1.0.00.00.002	RECEBTO ENERGIA A IDENTIFICAR	2.387,36C	0,00	0,00	2.387,36C

Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
211.71.1.0.00.00.003	ENERGIA RECEBIDA EM DUPLICIDADE	0,00	272,78	2.510,79	2.238,01C
211.71.1.0.00.00.005	RECEBIMENTO DE ENERGIA ELETRICA ANTEC	186.954,00C	0,00	0,00	186.954,00C
211.81	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS	501.373,21C	35.627,09	78.448,06	544.194,18C
211.81.1	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	501.373,21C	35.627,09	21.683,77	487.429,89C
211.81.1.0.00.00.001	INSS	26.945,23C	26.945,23	17.142,89	17.142,89C
211.81.1.0.00.00.003	FGTS	7.488,13C	7.488,13	4.540,88	4.540,88C
211.81.1.0.00.00.004	PIS S/ FATURAMENTO	64.142,74C	0,00	0,00	64.142,74C
211.81.1.0.00.00.005	PIS	134.771,54C	1.193,73	0,00	133.577,81C
211.81.1.0.00.00.009	PIS COFINS CSLL	268.025,57C	0,00	0,00	268.025,57C
211.81.2	FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	0,00	56.764,29	56.764,29C
211.81.2.0.00.00.001	FERIAS	0,00	0,00	52.038,79	52.038,79C
211.81.2.0.00.00.002	13O SALARIO	0,00	0,00	4.725,50	4.725,50C
211.91	OUTRAS OBRIGAÇÕES	11.142,62C	0,00	159,50	11.302,12C
211.91.9	OUTRAS	11.142,62C	0,00	159,50	11.302,12C
211.91.9.0.00.00.001	JUROS DA ELETROBRAS EMPR.COMPULSORI	5.401,62C	0,00	0,00	5.401,62C
211.91.9.0.00.00.002	O BOM SAMARITANO	122,00C	0,00	30,00	152,00C
211.91.9.0.00.00.004	CONVENIO HOSPITALAR	4.453,00C	0,00	106,00	4.559,00C
211.91.9.0.00.00.011	FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	1.166,00C	0,00	23,50	1.189,50C
211.99	PROVISÕES PASSIVAS	77.094,45C	0,00	0,00	77.094,45C
211.99.7	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALH	77.094,45C	0,00	0,00	77.094,45C
211.99.7.0.00.00.001	PROVISÃO FERIAS	77.094,45C	0,00	0,00	77.094,45C
240	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.606.276,74C	2.861,41	4.818,90	4.608.234,23C
241	CAPITAL SOCIAL	1.973.661,32C	1.746,60	4.818,90	1.976.733,62C
241.01	CAPITAL SUBSCRITO	1.977.026,72C	85,20	3.775,20	1.980.716,72C
241.01.0.0.00.00.001	CAPITAL SUBSCRITO	1.977.026,72C	85,20	3.775,20	1.980.716,72C
241.51	(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	3.365,40D	1.661,40	1.043,70	3.983,10D
241.51.0.0.00.00.001	(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	3.365,40D	1.661,40	1.043,70	3.983,10D
243	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	1.421.750,34C	0,00	0,00	1.421.750,34C
243.01	REAVALIAÇÃO DE ELEMENTOS DO ATIVO	1.421.750,34C	0,00	0,00	1.421.750,34C
243.01.0.0.00.00.001	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	1.421.750,34C	0,00	0,00	1.421.750,34C
244	RESERVAS DE LUCRO	1.210.865,08C	1.114,81	0,00	1.209.750,27C
244.01	RESERVA LEGAL	1.210.865,08C	1.114,81	0,00	1.209.750,27C
244.01.0.0.00.00.001	FUNDO DE RESERVA LEGAL	250.053,95C	0,00	0,00	250.053,95C
244.01.0.0.00.00.002	FUNDO ASSISTENCIA TEC. ED. SOCIAL	72.593,47C	1.114,81	0,00	71.478,66C
244.01.0.0.00.00.003	FUNDO DESENVOLVIMENTO	888.217,66C	0,00	0,00	888.217,66C

Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
600	RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTI	0,00	655.073,52	634.087,56	20.985,96D
610	RESULTADO OPERACIONAL	0,00	655.069,17	624.468,31	30.600,86D
611	RECEITA LÍQUIDA	0,00	142.697,37	624.185,94	481.488,57C
611.03	DISTRIBUIÇÃO	0,00	130.431,02	1.382,43	129.048,59D
611.03.6	(-) IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE A RI	0,00	130.431,02	1.382,43	129.048,59D
611.03.6.1	LINHAS, REDES E SUBESTAÇÕES	0,00	130.431,02	1.382,43	129.048,59D
611.03.6.1.22	ESTADUAIS	0,00	130.431,02	1.382,43	129.048,59D
611.03.6.1.22.00.001	ICMS	0,00	130.431,02	1.382,43	129.048,59D
611.04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	2,70	172,02	169,32C
611.04.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,00	2,70	172,02	169,32C
611.04.1.9	OUTRAS RECEITAS E RENDAS	0,00	2,70	172,02	169,32C
611.04.1.9.19	OUTRAS RECEITAS	0,00	2,70	172,02	169,32C
611.04.1.9.19.00.001	TARIFA DE CORREIO	0,00	2,70	172,02	169,32C
611.05	COMERCIALIZAÇÃO	0,00	12.263,65	618.999,09	606.735,44C
611.05.1	COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	12.263,65	618.999,09	606.735,44C
611.05.1.1	RECEITA DE OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉ	0,00	12.262,68	612.538,12	600.275,44C
611.05.1.1.01	FORNECIMENTO	0,00	12.262,68	612.538,12	600.275,44C
611.05.1.1.01.01	FORNECIMENTO DE ENERGIA	0,00	5.740,32	604.074,59	598.334,27C
611.05.1.1.01.01.001	RESIDENCIAL	0,00	5.717,22	134.017,46	128.300,24C
611.05.1.1.01.01.002	INDUSTRIAL	0,00	0,00	288.343,27	288.343,27C
611.05.1.1.01.01.003	COMERCIAL	0,00	0,00	61.090,69	61.090,69C
611.05.1.1.01.01.004	RURAL	0,00	23,10	22.782,28	22.759,18C
611.05.1.1.01.01.005	PODERES PUBLICO	0,00	0,00	62.032,50	62.032,50C
611.05.1.1.01.01.006	ILUMINACAO PUBLICA	0,00	0,00	15.916,29	15.916,29C
611.05.1.1.01.01.008	SERVIÇO PÚBLICO	0,00	0,00	13.247,70	13.247,70C
611.05.1.1.01.01.009	RECEITA CONVENIO ILUMINAÇÃO PUBLICA	0,00	0,00	6.644,40	6.644,40C
611.05.1.1.01.03	(-) DEVOLUÇÕES	0,00	6.522,36	8.463,53	1.941,17C
611.05.1.1.01.03.006	ILUMINAÇÃO PUBLICA	0,00	6.522,36	8.463,53	1.941,17C
611.05.1.9	OUTRAS RECEITAS E RENDAS	0,00	0,97	6.460,97	6.460,00C
611.05.1.9.16	SERVIÇO TAXADO	0,00	0,97	6.460,97	6.460,00C
611.05.1.9.16.00.003	TAXA DE RELIGACAO	0,00	0,00	41,50	41,50C
611.05.1.9.16.00.005	2 VIA DE FATURAS	0,00	0,97	127,07	126,10C
611.05.1.9.16.00.007	AUX. EST. DE REDE	0,00	0,00	5.692,40	5.692,40C
611.05.1.9.16.00.010	ALUGUEL DE TRANSFORMADOR	0,00	0,00	600,00	600,00C
611.06	ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO	0,00	0,00	3.632,40	3.632,40C
611.06.1	RECEITA BRUTA	0,00	0,00	3.632,40	3.632,40C
611.06.1.1	RECEITA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVI	0,00	0,00	3.632,40	3.632,40C
611.06.1.1.06	VENDAS DE SERVIÇOS	0,00	0,00	3.632,40	3.632,40C
611.06.1.1.06.00.002	COMPARTILHAMENTO DE POSTES	0,00	0,00	3.632,40	3.632,40C
615	(-) GASTOS OPERACIONAIS	0,00	512.371,80	282,37	512.089,43D
615.03	DISTRIBUIÇÃO	0,00	139.502,30	0,00	139.502,30D
615.03.1	LINHAS, REDES E SUBESTAÇÕES	0,00	139.502,30	0,00	139.502,30D
615.03.1.1	CUSTO DE OPERAÇÃO	0,00	139.502,30	0,00	139.502,30D
615.03.1.1.01	PESSOAL	0,00	117.168,15	0,00	117.168,15D
615.03.1.1.01.31	GERAL	0,00	117.168,15	0,00	117.168,15D
615.03.1.1.01.31.100	ORDENADOS	0,00	41.158,46	0,00	41.158,46D
615.03.1.1.01.31.101	INSS	0,00	28.463,55	0,00	28.463,55D
615.03.1.1.01.31.102	FGTS	0,00	6.570,47	0,00	6.570,47D
615.03.1.1.01.31.108	FÉRIAS	0,00	37.433,17	0,00	37.433,17D
615.03.1.1.01.31.109	13º SALÁRIO	0,00	3.542,50	0,00	3.542,50D
615.03.1.1.11	MATERIAL	0,00	16.238,71	0,00	16.238,71D
615.03.1.1.11.31	GERAL	0,00	16.238,71	0,00	16.238,71D
615.03.1.1.11.31.183	COMBUSTÍVEIS	0,00	8.807,11	0,00	8.807,11D
615.03.1.1.11.31.210	FERRAMENTAS PERECÍVEIS	0,00	7.431,60	0,00	7.431,60D
615.03.1.1.21	SERVIÇO DE TERCEIROS	0,00	5.683,86	0,00	5.683,86D
615.03.1.1.21.31	GERAL	0,00	5.683,86	0,00	5.683,86D
615.03.1.1.21.31.189	MANUTENCAO TRANSFORMADOR	0,00	5.683,86	0,00	5.683,86D
615.03.1.1.93	TRIBUTOS	0,00	411,58	0,00	411,58D

Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
615.03.1.1.93.31	GERAL	0,00	411,58	0,00	411,58D
615.03.1.1.93.31.103	PIS	0,00	411,58	0,00	411,58D
615.04	ADMINISTRAÇÃO	0,00	155.439,15	282,37	155.156,78D
615.04.1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,00	154.908,07	282,37	154.625,70D
615.04.1.1	DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,00	136.102,70	282,37	135.820,33D
615.04.1.1.01	PESSOAL	0,00	21.093,05	0,00	21.093,05D
615.04.1.1.01.41	GERAL	0,00	21.093,05	0,00	21.093,05D
615.04.1.1.01.41.100	ORDENADOS	0,00	6.451,10	0,00	6.451,10D
615.04.1.1.01.41.101	INSS	0,00	3.765,95	0,00	3.765,95D
615.04.1.1.01.41.102	FGTS	0,00	1.024,29	0,00	1.024,29D
615.04.1.1.01.41.103	FÉRIAS	0,00	5.821,71	0,00	5.821,71D
615.04.1.1.01.41.105	VALE ALIMENTAÇÃO	0,00	4.030,00	0,00	4.030,00D
615.04.1.1.02	ADMINISTRADORES	0,00	8.722,94	0,00	8.722,94D
615.04.1.1.02.41	ADMINISTRADORES	0,00	8.722,94	0,00	8.722,94D
615.04.1.1.02.41.001	PRESIDENTE	0,00	8.722,94	0,00	8.722,94D
615.04.1.1.11	MATERIAL	0,00	16.354,67	0,00	16.354,67D
615.04.1.1.11.41	GERAL	0,00	16.354,67	0,00	16.354,67D
615.04.1.1.11.41.182	COMBUSTÍVEIS	0,00	3.233,99	0,00	3.233,99D
615.04.1.1.11.41.201	MATERIAS AUXILIO DE CONSUMO	0,00	7.298,00	0,00	7.298,00D
615.04.1.1.11.41.216	MATERIAL DE ESCRITÓRIOS	0,00	5.822,68	0,00	5.822,68D
615.04.1.1.21	SERVIÇO DE TERCEIROS	0,00	52.954,21	0,00	52.954,21D
615.04.1.1.21.41	GERAL	0,00	52.954,21	0,00	52.954,21D
615.04.1.1.21.41.001	CONVENIO HOSPITALAR	0,00	86,00	0,00	86,00D
615.04.1.1.21.41.002	FUNDO INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	21,50	0,00	21,50D
615.04.1.1.21.41.182	MANUTENCAO DE VEICULOS	0,00	2.309,16	0,00	2.309,16D
615.04.1.1.21.41.186	TELECOMUNICACOES	0,00	150,00	0,00	150,00D
615.04.1.1.21.41.190	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	0,00	240,00	0,00	240,00D
615.04.1.1.21.41.192	FRETES	0,00	42,13	0,00	42,13D
615.04.1.1.21.41.193	SERVICOS TEMPORARIOS	0,00	988,00	0,00	988,00D
615.04.1.1.21.41.205	AGUA	0,00	36,00	0,00	36,00D
615.04.1.1.21.41.209	SEGURANCA E VIGILANCIA	0,00	3.254,00	0,00	3.254,00D
615.04.1.1.21.41.212	TELEFONE E TELEX	0,00	5.897,72	0,00	5.897,72D
615.04.1.1.21.41.215	VIAGENS E REPRESENTAÇÕES	0,00	2.040,50	0,00	2.040,50D
615.04.1.1.21.41.221	SERVICOS PROFIS.CONTRATADOS	0,00	37.889,20	0,00	37.889,20D
615.04.1.1.93	TRIBUTOS	0,00	6.147,97	0,00	6.147,97D
615.04.1.1.93.41	GERAL	0,00	6.147,97	0,00	6.147,97D
615.04.1.1.93.41.103	PIS	0,00	64,51	0,00	64,51D
615.04.1.1.93.41.208	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	4.121,64	0,00	4.121,64D
615.04.1.1.93.41.304	OCESC	0,00	1.961,82	0,00	1.961,82D
615.04.1.1.98	(-) RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	0,00	282,37	282,37C
615.04.1.1.98.41	GERAL	0,00	0,00	282,37	282,37C
615.04.1.1.98.41.204	ENERGIA ELETRICA	0,00	0,00	282,37	282,37C
615.04.1.1.99	OUTROS	0,00	30.829,86	0,00	30.829,86D
615.04.1.1.99.41.002	PATROCINIO E DOAÇÕES	0,00	970,00	0,00	970,00D
615.04.1.1.99.41.204	ENERGIA ELETRICA	0,00	26.849,27	0,00	26.849,27D
615.04.1.1.99.41.213	CORREIOS	0,00	207,50	0,00	207,50D
615.04.1.1.99.41.217	COPA, COZINHA E REFEIÇÕES	0,00	1.603,09	0,00	1.603,09D
615.04.1.1.99.41.218	REVISTAS E PUBLICACOES	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00D
615.04.1.9	OUTRAS DESPESAS	0,00	18.805,37	0,00	18.805,37D
615.04.1.9.01	PESSOAL	0,00	9.865,00	0,00	9.865,00D
615.04.1.9.01.41	GERAL	0,00	9.865,00	0,00	9.865,00D
615.04.1.9.01.41.110	DESP C/RECREACAO E LAZER	0,00	9.865,00	0,00	9.865,00D
615.04.1.9.99	OUTROS	0,00	8.940,37	0,00	8.940,37D
615.04.1.9.99.41	GERAL	0,00	8.940,37	0,00	8.940,37D
615.04.1.9.99.41.222	PUBLICIDADES	0,00	6.520,00	0,00	6.520,00D
615.04.1.9.99.41.999	OUTRAS- OUTRAS INDENIZACOES	0,00	2.420,37	0,00	2.420,37D

Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
615.04.8	(-) TRANSFERENCIA PARA ATIVIDADES	0,00	531,08	0,00	531,08D
615.04.8.1	DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	0,00	531,08	0,00	531,08D
615.04.8.1.01	PESSOAL	0,00	531,08	0,00	531,08D
615.04.8.1.01.42	13º SALÁRIO	0,00	531,08	0,00	531,08D
615.05	COMERCIALIZAÇÃO	0,00	217.430,35	0,00	217.430,35D
615.05.1	COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	0,00	217.430,35	0,00	217.430,35D
615.05.1.1	CUSTO DE OPERAÇÃO	0,00	27.977,20	0,00	27.977,20D
615.05.1.1.01	PESSOAL	0,00	23.560,97	0,00	23.560,97D
615.05.1.1.01.33	GERAL	0,00	23.560,97	0,00	23.560,97D
615.05.1.1.01.33.100	ORDENADOS	0,00	7.818,10	0,00	7.818,10D
615.05.1.1.01.33.101	INSS	0,00	4.926,78	0,00	4.926,78D
615.05.1.1.01.33.102	FGTS	0,00	1.380,26	0,00	1.380,26D
615.05.1.1.01.33.109	FÉRIAS	0,00	8.783,91	0,00	8.783,91D
615.05.1.1.01.33.110	13º SALÁRIO	0,00	651,92	0,00	651,92D
615.05.1.1.11	MATERIAL	0,00	4.338,05	0,00	4.338,05D
615.05.1.1.11.33	GERAL	0,00	4.338,05	0,00	4.338,05D
615.05.1.1.11.33.183	COMBUSTÍVEIS	0,00	4.338,05	0,00	4.338,05D
615.05.1.1.93	TRIBUTOS	0,00	78,18	0,00	78,18D
615.05.1.1.93.33	GERAL	0,00	78,18	0,00	78,18D
615.05.1.1.93.33.103	PIS	0,00	78,18	0,00	78,18D
615.05.1.5	OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA	0,00	189.453,15	0,00	189.453,15D
615.05.1.5.41	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVEN	0,00	189.453,15	0,00	189.453,15D
615.05.1.5.41.33	GERAL	0,00	189.453,15	0,00	189.453,15D
615.05.1.5.41.33.001	COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA P/REVENDA	0,00	189.453,15	0,00	189.453,15D
630	RESULTADO OPERACIONAL FINANCEIRO	0,00	4,35	9.619,25	9.614,90C
631	RECEITA FINANCEIRA	0,00	4,35	9.619,25	9.614,90C
631.03	DISTRIBUIÇÃO	0,00	4,35	7.900,33	7.895,98C
631.03.3.9	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	4,35	7.900,33	7.895,98C
631.03.3.9.00.00.002	MULTAS	0,00	3,04	5.431,60	5.428,56C
631.03.3.9.00.00.003	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	0,00	1,31	2.468,73	2.467,42C
631.05	COMERCIALIZAÇÃO	0,00	0,00	1.718,92	1.718,92C
631.05.9	(-) TRANSFERÊNCIAS PARA IMOBILIZAÇÕES E	0,00	0,00	1.718,92	1.718,92C
631.05.9.9	OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	1.718,92	1.718,92C
631.05.9.9.00.00.001	ENCARGOS FINANC. S/ENERGIA	0,00	0,00	1.718,92	1.718,92C

Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
700	LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	110.595,61C	0,00	0,00	110.595,61C
710	RESULTADO DO EXERCÍCIO	110.595,61C	0,00	0,00	110.595,61C
710.01	GERAÇÃO	110.595,61C	0,00	0,00	110.595,61C
710.01.1	RESULTADO DO EXERCÍCIO DEPOIS DA CX	110.595,61C	0,00	0,00	110.595,61C
710.01.1.1	RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTI	110.595,61C	0,00	0,00	110.595,61C
710.01.1.1.00.00.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	110.595,61C	0,00	0,00	110.595,61C
		0,00C	4.211.053,26	4.211.053,26	0,00C